

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



**REFLEXÕES SOBRE GESTÃO ARQUEOLÓGICA E MUSEOLÓGICA DA
CULTURA MATERIAL: O SÍTIO GUARANI PS- 03 TOTÓ (PELOTAS, RS)
E SEUS VESTÍGIOS**

Rafaela Nunes Ramos

Pelotas, 2013.

Rafaela Nunes Ramos

**REFLEXÕES SOBRE GESTÃO ARQUEOLÓGICA E MUSEOLÓGICA DA
CULTURA MATERIAL: O SÍTIO GUARANI PS- 03 TOTÓ (PELOTAS, RS)
E SEUS VESTÍGIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Memória Social e Patrimônio
Cultural da Universidade Federal de Pelotas,
como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Memória Social e Patrimônio
Cultural

Orientador: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas, Abril de 2013.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Prof.^a Dr.^a Carla Rodrigues Gastaud

Pós- Dr.^a Carolina Kesser Barcellos Dias

Este trabalho é dedicado a minha mãe, Sandra Regina Nunes Ramos e a minha tia, Maria da Graça Gomes Ramos, as quais sempre me incentivaram durante este percurso acadêmico.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao Prof.º Dr.º Fábio vergara cerqueira, orientador e amigo de longa data, o qual esteve sempre disponível, não medindo esforços para que se atingisse o objetivo deste estudo.

Agradeço aos amigos que sempre estiveram ao meu lado nesses últimos oito anos de jornada acadêmica, pelo constante incentivo e companheirismo. São eles: Aluísio Gomes Alves, Priscilla Ferreira Ulguim, Cristiano Gehrke, Mariciana Zorzi, Luísa Maciel, Luciana da Silva Peixoto, Rafael Milheira e Jaqueline Belletti.

Da mesma forma agradeço aos amigos Simone Ortiz, Suzana Munsberg, Daiane Marin, Luiza Wolff, Cristiano Von Der Muhlen, Fabiano Pretto Neis, João Mansur, aos professores Loredana Ribeiro, Bruno Sanches, e ao funcionário Jorge Oliveira Viana, por tornarem a convivência no LEPAARQ/UFPel sempre alegre e agradável.

Cabe aqui também agradecer a CAPES, pelo financiamento desta pesquisa, ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, por todo o conhecimento proporcionado, principalmente, aos professores Maria Letícia Mazzuchi Ferreira, Isabel Porto Nogueira e Lúcio Ferreira, bem como à secretária do curso Nanci Ribeiro por sempre estar disponível a ajudar.

Não poderia deixar de agradecer da mesma maneira à bibliotecária do MAE/USP Eleuza Gouveia, por estar sempre à disposição para o envio de bibliografia, que se não fosse por ela, eu nunca teria acesso.

Enfim, não poderia deixar de agradecer à minha família pelo carinho e apoio cotidianos, portanto, agradeço à minha mãe, Sandra Regina Nunes Ramos, aos meus irmãos, Clarissa Nunes Ramos e Gustavo Nunes Ramos, à minha tia, Maria da Graça Gomes Ramos, e aos meus primos, José Antônio Duarte e Otávio Duarte.

(...) de que valem coleções (...) arqueológicas mal documentadas e mal conservadas, acumuladas em reservas técnicas poeirentas, ameaçadas de mofo e infestação de cupim? (...) Como extrair, porém, informação científica, cultural e simbólica de objetos mudos, carentes de dados mínimos para subsidiá-la? (RIBEIRO, 1989 *apud* LEAL, 2011, p.45).

Resumo

O presente estudo objetiva refletir a respeito da gestão tanto arqueológica, quanto museológica, do acervo procedente do sítio Guarani PS- 03 Totó (Pelotas, RS). Dentro desse enfoque destaca-se a importância da preservação da cultura material, pois a partir desta se constituem o patrimônio histórico-cultural, a memória coletiva e as identidades sociais, bem como há a possibilidade desta ser utilizada como documento histórico para o entendimento das relações sociais e compreensão do passado. Dessa forma, esta pesquisa centra-se na demonstração do processo metodológico empregado para a proteção dos vestígios arqueológicos recuperados no sítio em questão, desde o momento da sua coleta em campo, até o seu acondicionamento na reserva técnica do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPel). Essa demonstração/reflexão é desenvolvida no âmbito da musealização da arqueologia, comprovando a relevância da aplicação de metodologias de gestão estruturadas de forma apropriada e padronizada para proporcionar a devida preservação da cultura material.

Palavras-Chave: Cultura Material. Preservação. Gestão de Acervos. Arqueologia. Museologia.

Abstract

The present study aims to reflect about the archaeological and museological management of the collection from site Guarani PS-03 Totó (Pelotas, RS). It is important to preserve the material culture, because this constitute the historical and cultural heritage, collective memory and social identities, and there is the possibility of this being used as a historical document for understanding the social relationships and the past. Thus, this research focuses on the demonstration of the methodological process used for the protection of archaeological remains recovered at the site Guarani PS-03 Totó (Pelotas, RS), from the moment of the excavation until the moment that these remains were stored in the technical reserve of the Federal University of Pelotas's Laboratory of Education and Research in Anthropology and Archaeology (LEPAARQ / UFPel). This demonstration / reflection is developed within the musealization of archeology, proving the importance of the management of collections to provide the proper preservation of material culture.

Key-Words: Material Culture. Preservation. Management of collectios. Archaeology. Museology.

Lista de figuras

Figura 01. Demonstração do esquema contratual da pesquisa arqueológica. Fonte: Caldarelli e Santos (1999-2000).....	33
Figura 02. Exemplo de uma das tabelas de resumo das coleções trabalhadas pelo projeto CAB. Fonte: Afonso <i>et al</i> (1999)	43
Figura 03. Reserva Técnica do MAE/USP. Fonte: Afonso <i>et al</i> (1999)	44
Figura 04. Numeração das peças. Fonte: Zanettini (2008)	47
Figura 05. Acondicionamento geral do acervo antes de ser transferido para a nova reserva técnica. Fonte: Zanettini (2008)	48
Figura 06. Objetos sendo guardados de acordo com a categoria de material (neste caso materiais construtivos). Fonte: Zanettini (2008)	49
Figura 07. Gráfico de quantificação geral das peças. Fonte: Zanettini (2008)	50
Figura 08. Exemplo do <i>layout</i> de algumas das telas que compõem o Catálogo dos Acervos das Missões. Fonte: Zanettini (2008).....	50
Figura 09. Exemplo do <i>layout</i> de algumas das telas que compõem o Catálogo dos Acervos das Missões. Fonte: Zanettini (2008).....	51
Figura 10. Sede da reserva técnica. Fonte: Leal (2011)	52
Figura 11. Gavetas. Fonte: Leal (2011).....	53
Figura 12. Armários deslizantes. Fonte: Leal (2011)	54
Figura 13. Sondagem inicial.....	61
Figura 14. Sondagem inicial e as primeiras quadrículas abertas em seu entorno.....	61
Figura 15. Área escavada em superfície ampla.....	62
Figura 16. Plotagem do material arqueológico.....	64
Figura 17. Utilização do protocolo para registro de informações.....	65
Figura 18. Retirada de sedimento das quadrículas.....	66
Figura 19. Coleta de amostra para a realização de flotação.....	67
Figura 20. Em destaque as quadrículas aonde foram coletadas as amostras para a realização de flotação.....	67
Figura 21. Coleta de amostras de vegetação encontrada na superfície do sítio.....	68

Figura 22. Consolidação de material (concentração de ossos fragilizados) <i>in situ</i> (a partir da substância primal 10%/ água destilada), sua retirada do solo e acondicionamento.....	70
Figura 23. Materiais arqueológicos sendo acondicionados em embalagens plásticas juntamente com etiquetas informativas.....	70
Figura 24. Materiais arqueológicos agrupados de acordo com as suas quadrículas e níveis de origem.....	71
Figura 25. Protocolos de coleta agrupados de acordo com as quadrículas escavadas.....	71
Figura 26. Acondicionamento do material em caixas provisórias.....	76
Figura 27. Materiais separados de acordo com a sua tipologia.....	77
Figura 28. Triagem do material oriundo das peneiras de acordo com a sua tipologia.....	77
Figura 29. Higienização de um fragmento de cerâmica Guarani	78
Figura 30. Higienização de variadas tipologias de fragmentos.....	78
Figura 31. Fragmentos de cerâmica Guarani com sedimento incrustado em sua superfície, passando pelo processo de limpeza mecânica a seco e com água corrente, bem como a guarda de sedimento para futura análise química.....	79
Figura 32. Materiais arqueológicos secando nas peneiras.....	80
Figura 33. Materiais sendo separados para numeração.....	80
Figura 34. Materiais sendo inventariados.....	81
Figura 35. Em destaque a numeração tripartida inscrita na peça.....	81
Figura 36. Número de inventário identificado na etiqueta em vez de ser adicionado no material (materiais arqueobotânicos carbonizados).....	82
Figura 37. Processos de limpeza, inventário e sistematização de dados realizados de forma conjunta.....	83
Figura 38. Material acondicionado de acordo com a sua tipologia e sequência de inventário.....	83
Figura 39. Material acondicionado em caixas de arquivo na área de análise do laboratório.....	84
Figura 40. Exemplo de como os materiais foram dispostos para análise: Na parte superior da figura, à esquerda, fauna; à direita, materiais cerâmicos. Na parte inferior, à esquerda, material lítico; à direita, também material lítico separado para registro fotográfico.....	85

Figura 41. Peças sendo reorganizadas de acordo com as suas respectivas quadriculas (material lítico).....	86
Figura 42. Etapa em que foi reconferido o inventário adicionado ao protocolo de campo digitalizado	86
Figura 42. Fragmentos de cerâmica acondicionados em saco plástico com etiqueta contendo informações de procedência.....	86
Figura 44. Caixa de arquivo com etiquetas em sua lombada dispondo de referências sobre o catálogo do sítio, a tipologia do material ali acondicionado, bem como o número da caixa.....	87
Figura 45. Janela inicial do banco de dados informatizado.....	89
Figura 46. Fluxo ideal da documentação arqueológica proposto por Novick (1980). Fonte: Novick (1980).....	103

Sumário

Introdução	13
 Capítulo 1 – A Concepção de Patrimônio e a Proteção Legal dos Bens de Valor Arqueológico Brasileiros	19
1.1. O patrimônio e a dinâmica social	19
1.2. O patrimônio arqueológico nacional e a sua proteção legal	26
 Capítulo 2- O Gerenciamento de Acervos Arqueológicos em Quatro Diferentes Instituições Brasileiras.....	38
2.1. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE/USP).....	39
2.1.1. Etapas propostas e processos curatoriais do projeto CAB	41
2.1.2. Documentação de gestão museológica do projeto CAB	44
2.2. Escritório Técnico das Missões.....	45
2.3. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE/UFPR)	51
2.4. Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM).....	56
 Capítulo 3 – Intervenção Arqueológica e Procedimentos Metodológicos Utilizados na Gestão da Cultura Material Proveniente do Sítio Guarani PS-03 Totó.....	59
3.1. Intervenção arqueológica em superfície ampla (Campanha 2010).....	59
3.1.1. Gerenciamento dos vestígios arqueológicos, e de suas informações, durante escavação.	62
3.2. Gerenciamento dos vestígios arqueológicos, e de suas informações, em laboratório	71
3.2.1. Políticas de preservação utilizadas no LEPAARQ/UFPel	72
3.2.2. Processos de curadoria aplicados ao material oriundo do sítio PS-03 Totó.....	75
 Capítulo 4 – A Relevância dos Métodos de Preservação Direcionados à Cultura Material e Interpretação da Gestão do Acervo Arqueológico Proveniente do Sítio PS-03 Totó	90
4.1. Memória e identidade.....	91
4.2. A cultura material, o patrimônio e a compreensão do passado	94
4.3. Reflexões acerca da gestão arqueológica e museológica da coleção oriunda do sítio Guarani PS-03 Totó.....	98
 Considerações finais	110
 Referências bibliográficas.....	115
 Anexos.....	123

Introdução

Este estudo tem como finalidade refletir acerca do gerenciamento do acervo arqueológico formado a partir dos vestígios culturais recuperados no sítio Guarani PS- 03 Totó (Pelotas- RS) (campanha 2010), evidenciando, dessa forma, a relevância da preservação da cultura material por se tratar de fonte de pesquisa em potencial. Com isso, propõe-se demonstrar todo o processo metodológico direcionado a esses vestígios, desde a sua retirada do solo até o seu acondicionamento na reserva técnica do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPel).

É inegável o valor documental da cultura material para o entendimento do comportamento humano dentro da sociedade, já que ela é um elemento fundamental no desenvolvimento das relações sociais. Além disso, esta é responsável pela constituição do patrimônio cultural, bem como é carregada de sentido memorial, ou seja, é interpretada como suporte de memória. Em vista disso, torna-se justificável o esforço para a sua preservação.

Outra justificativa, para o desenvolvimento desta pesquisa, é a divulgação do real valor do gerenciamento dos materiais arqueológicos para a melhor fruição dos estudos que envolvem os vestígios materiais e imateriais da cultura, uma das missões do conservador é conscientizar o público sobre a importância da conservação (BRAGA, 2001). Embora o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “instituição que tem por finalidade precípua a proteção e salvaguarda do patrimônio nacional de interesse cultural” (BASTOS, R.; SOUZA, M.; GALLO, H., 2005, p.VII), lance normas para o gerenciamento do patrimônio arqueológico, por vezes, os arqueólogos podem não focar nesta questão. Quando é negligenciada a gestão dos materiais provenientes das escavações, pode ser deturpado o desenvolvimento da pesquisa arqueológica por perda de informação.

O sítio arqueológico, o qual gerou a coleção trabalhada nesta pesquisa, teve sua identificação¹ feita no âmbito do Projeto de Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região². Este visa à realização de levantamentos sistemáticos dos sítios arqueológicos de Pelotas e região com o intuito de dar maior visibilidade à diversidade das diferentes culturas que ocuparam a região pesquisada, isto é, os primeiros caçadores-coletores, os construtores de Cerritos, os horticultores Guarani, os colonizadores europeus ibéricos e africanos escravos, e, também, os diferentes imigrantes europeus que chegaram ao Brasil a partir do século XIX. (CERQUEIRA, 2005).

Segundo Alves (2010), este sítio está situado na margem Sudoeste da Laguna dos Patos, no balneário dos Prazeres, município de Pelotas, Rio Grande do Sul. Mais especificamente, o sítio encontra-se junto à estrada que liga a comunidade do Barro Duro à colônia de pescadores Z3, na desembocadura do arroio Totó (ALVES, 2010). Encontra-se precisamente na foz desse arroio (sendo cortado por ele) de forma que são encontrados materiais arqueológicos na sua margem em processo de impactação (MILHEIRA, 2008) (anexo 01).

As primeiras intervenções realizadas neste local foram desenvolvidas em 2007, durante a pesquisa de mestrado de Rafael Guedes Milheira³, um estudo sobre estratégias de assentamento Guarani na planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste, do Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Este estudo de arqueologia regional buscou entender as relações sistêmicas de ocupação Guarani focando na distribuição regional de sítios, suas estruturas internas e conjuntos artefatuais.

Através da sua dissertação de mestrado, intitulada “Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudoeste-RS” (2008), o autor construiu um panorama histórico de longa duração, revelando estratégias de manutenção de redes sociais Guarani e contatos inter-culturais, num domínio de território que se articula entre os distintos estratos ambientais da região. Esta pesquisa buscou lançar um

¹A região onde está localizado o sítio arqueológico já havia sido investigada na década de 60, através das pesquisas realizadas pelo PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), quando alguns sítios foram identificados (MILHEIRA, 2008). Todavia, o sítio PS-03 foi identificado pelo Projeto de Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região em 2006, em decorrência das pesquisas vinculadas ao mestrado de Rafael Guedes Milheira.

² Este projeto está registrado no IPHAN sob número de processo 01512.000006/2005 – 92 e é coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira.

³ Foram duas intervenções arqueológicas realizadas no sítio PS-03 Totó no ano de 2007, uma no início do ano, e outra em meados deste mesmo ano.

novo olhar sobre a arqueologia Guarani, abordando discussões que dizem respeito aos aspectos culturais.

Já a intervenção arqueológica desenvolvida neste sítio, durante a campanha de 2010 (entre os meses de Março e Setembro), foi coordenada por Aluísio Gomes Alves, pois fez parte do seu projeto de mestrado “Arqueologia Guarani em uma aldeia no Litoral Sudoeste da Laguna dos Patos, Sítio PS-03 Totó”, também do Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), o qual procurou estudar, a partir de uma abordagem intra-sítio, a distribuição espacial e a variabilidade artefactual dos vestígios arqueológicos. Esse projeto buscou, por meio de uma perspectiva micro, reconstituir os locais de atividade e habitação deste sítio arqueológico, articulando os diferentes vestígios escavados (ALVES, 2010).

A escavação arqueológica desenvolvida no ano de 2010 ocorreu de uma forma um pouco diferenciada, contou com o apoio de uma equipe multidisciplinar e com uma metodologia de intervenção que visava, entre outros aspectos, a facilitar a gestão futura do material escavado no laboratório de pesquisa. Não é novidade o fato de que os arqueólogos acabam por destruir parte do seu objeto de estudo (o próprio sítio), portanto estes têm o dever de desenvolver as intervenções nos sítios de maneira minuciosa e tratar os artefatos encontrados com o maior dos cuidados (ORSER, 2000).

De acordo com essa premissa, ao longo do processo de escavação foram utilizados procedimentos, considerados aqui importantes para o devido registro e gerenciamento das informações que são produzidas através do trabalho arqueológico. Para tanto, a coordenação de campo elaborou um protocolo que seguia um padrão para a coleta dos materiais e o armazenamento abrangente dos dados referentes a estes mesmos e ao contexto de onde foram exumados.

A equipe que trabalhou para o desenvolvimento desta escavação era formada principalmente por pesquisadores acadêmicos e profissionais das áreas de arqueologia, história, museologia e conservação e restauro, isto é, um grupo multidisciplinar, o qual permitiu que a intervenção se processasse a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Conforme Alves (2010), desse modo, efetivou-se o primeiro sítio escola interdisciplinar realizado pelo LEPAARQ, onde se procuraram discutir diferentes abordagens na forma de se efetuar o registro, coleta e transporte dos materiais escavados, pois dependendo da sua natureza, este possui distintas características passíveis de perda de informação.

Isso permitiu a possibilidade para que profissionais de diferentes formações buscassem empregar e testar abordagens referentes ao gerenciamento das informações oriundas de campo (ALVES, 2010). Também foi possível discutir critérios de coleta dos vestígios arqueológicos através de uma maior exatidão na documentação arqueológica primária, através dos protocolos, bem como de conservação física dos materiais *in situ*, com a finalidade de preservar um número significativo de informações para o entendimento do sítio (ALVES, 2010).

No que se refere à estrutura desta dissertação, pretende-se desenvolver quatro capítulos, os quais englobarão discussões acerca do patrimônio cultural, da sua proteção legal, uma breve exemplificação da gestão de acervos arqueológicos desenvolvida em quatro diferentes instituições, e também a demonstração e reflexão das metodologias aplicadas para a preservação da coleção proveniente do sítio PS-03 Totó.

Como o foco desta pesquisa abarca a proteção dos vestígios culturais, e sendo estes a base, o suporte, para o enquadramento patrimonial, o primeiro capítulo tratará do patrimônio cultural dentro da dinâmica social, enfatizando, assim, sua trajetória no contexto mundial. A importância da instituição do patrimônio, da valorização do que se acredita ser testemunho histórico é vista pela grande quantidade de cartas patrimoniais elaboradas, principalmente, a partir da terceira década do século XX, e das próprias leis para o seu amparo, formuladas no Brasil desde meados deste mesmo século. Nesse sentido, neste capítulo também se fará um pequeno relato sobre o desenvolvimento dessas leis, focando nas que foram criadas com o objetivo de proteger o patrimônio arqueológico.

No segundo capítulo será descrito, de forma sucinta, de que modo quatro instituições arqueológicas, localizadas na região Sul e Sudeste do Brasil, lidam com a gerenciamento das suas coleções arqueológicas. Nesse caso, utilizaram-se, como exemplos: o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE/USP), por ser considerado um centro de referência no cenário acadêmico nacional (MORAIS; AFONSO, 1997); o Escritório Técnico das Missões, por ter sido alvo de um projeto de Catalogação e Armazenamento do seu acervo, financiado pelo IPHAN e desenvolvido pela empresa Zanettini Arqueologia S/S Ltda.; o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE/UFPR), por contar com um significativo acervo, e por ter passado por um processo de transferência da reserva técnica para uma sede separada, ocasionando a reorganização das coleções que compõem esse acervo; e o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM), pois este, recentemente, realizou o arrolamento do seu acervo com o

intuito de criar uma reserva técnica apropriada, bem como um sistema documental para o seu gerenciamento.

No capítulo seguinte, será exposto o gerenciamento do acervo arqueológico originado pela campanha arqueológica no sítio PS-03 Totó, no ano de 2010. Para isso, será descrita, passo a passo, a metodologia de escavação utilizada em campo, incluindo o tratamento direcionado aos vestígios culturais e o gerenciamento das suas informações por meio dos protocolos de coleta; além disso, também os processos metodológicos empregados aos itens arqueológicos em laboratório, tais como procedimentos de limpeza, inventário, acondicionamento, e administração das informações originadas com esses procedimentos.

No último capítulo desta pesquisa se mostrará como a cultura material pode ser interpretada para o conhecimento do passado através das pesquisas arqueológicas, museológicas, e, conseqüentemente, históricas. Uma vez que esta pode ser configurada como patrimônio cultural, como um sistema simbólico através do qual um grupo social interpreta o seu presente e o seu passado, bem como possui propriedades memoriais, e informativas, ela pode, então, ser utilizada para a compreensão do homem em sociedade. Essas são as razões fundamentais para a sua preservação.

Ainda nesta última parte do trabalho, evidenciando a aproximação das áreas da arqueologia e da museologia, será feita uma reflexão sobre a gestão dos itens arqueológicos oriundos do sítio PS-03 Totó no âmbito da musealização da arqueologia, buscando aporte teórico para embasar as metodologias utilizadas no processamento dessa coleção.

A literatura específica norteadora para a pesquisa sobre os temas da organização de acervos arqueológicos, preservação e conservação de vestígios materiais da cultura, documentação de gestão arqueológica e museológica, sustentou-se precipuamente em autores nacionais, em diálogo com diretrizes e reflexões apontadas em alguns autores estrangeiros. Nesse sentido, entre as obras e autores consultados, destaca-se: Morais e Afonso (1997), Afonso *et al* (1999), Bottallo (1996, 1998), Zanettini (2008), King (1980), Hichcock (1980), Novick (1980).

O que se espera com a constituição deste estudo é a possibilidade de contribuir para o melhor conhecimento de base para a organização dos acervos arqueológicos no Brasil, e, ao mesmo tempo, complementar a divulgação científica do LEPAARQ/UFPel, de forma a publicizar os procedimentos de gestão aplicados por essa instituição. Em se tratando dessa divulgação, pretende-se fundamentar esses procedimentos no contexto da arqueologia, da museologia e do patrimônio cultural, já que o alcance pretendido pelo presente estudo não se restringe meramente à descrição das metodologias de gestão utilizadas, ampliando-se

outrossim a uma publicização que gere reflexão sobre a temática, pois se procurou pautar o processo desta pesquisa por um viés descritivo-reflexivo.

Capítulo 1 – A Concepção de Patrimônio e a Proteção Legal dos Bens de Valor Arqueológico Brasileiros

(...) o culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento (...) (CHOAY, 2006, p. 12).

O patrimônio não deve ser assimilado apenas como um bem a ser preservado, deve-se entendê-lo como uma instituição, uma construção social, ou seja, a cultura material carregada de valores simbólicos atribuídos não ao acaso, mas sim propositalmente, através de conflitos sociais, e de escolhas políticas classificatórias e hierarquizadas.

Estas questões salientadas acima serão tratadas mais a fundo no quarto capítulo deste trabalho. Neste primeiro ponto, será feito um breve ensaio teórico acerca da historicidade⁴ do patrimônio, de como a concepção de patrimônio foi se transformando desde a Antiguidade até os dias atuais, bem como um esboço cronológico da adoção de algumas leis e estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro.

1.1. O patrimônio e a dinâmica social

A cultura material⁵, como será discutido mais adiante, está intimamente ligada à dinâmica das sociedades por vários motivos, entre eles, a construção da memória social, de identidades e do patrimônio cultural. Nesse sentido, pode-se afirmar que o patrimônio impacta sobre as relações sociais e, como estas, é mutável, instável, não é algo estático, congelado no

⁴ Refiro-me aqui à historicidade no que tange às maneiras de ser no tempo, às “formas de experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem” (HARTOG, 2006, p. 263).

⁵ É importante deixar claro que a cultura material, além da materialidade possui também um caráter simbólico, imaterial. Ouve-se muito hoje em dia expressões como “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”, mas acredita-se que elas sejam utilizadas por mera convenção, para facilitar o registro do que é enquadrado como patrimônio, pois o material não existe sem o imaterial e vice e versa, posto que estes dois elementos se complementam e coexistem.

tempo. Assim como as diferentes sociedades, acaba passando por transformações ao longo da história.

Nem sempre o patrimônio foi concebido como o é na atualidade, pois a sua concepção foi mudando com o decorrer do tempo⁶. A origem da palavra patrimônio é latina (*patrimonium*), que, para os antigos romanos, era referente ao que pertencia ao pai de família e que podia ser legado por testamento, inclusive os escravos, pois esta era uma sociedade escravocrata. Segundo Funari e Pelegrini (2009), na antiguidade romana não existia o conceito de patrimônio público, ou o que entendemos por patrimônio cultural; surgiu na esfera do direito de propriedade e era ligado aos pontos de vista e aos interesses aristocráticos, “o patrimônio era patriarcal, individual e privado da aristocracia” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 11).

Pode-se tomar como exemplo da cultura material própria do patrimônio aristocrático da época os objetos gregos espoliados pelos exércitos romanos. “Roma espoliou a Grécia em escala equivalente à das pilhagens napoleônicas (...)” (CHOAY, 2006, p. 33). O império contava com um mercado de arte que era alimentado por colecionadores eruditos. Contudo, esses bens não possuíam um apego histórico, seus valores não se prendiam às suas relações com uma história à qual conferissem autenticidade ou permitissem datar, eram apenas modelos, os quais serviam para promover um refinamento que acreditavam apenas os gregos possuírem. Colecionar esses objetos não se referia a uma medida reflexiva, nem tampouco cognitiva, mas sim a um processo de apropriação. As preferências e as escolhas não eram orientadas por uma visão do passado, visto que, nessa época, faltava um distanciamento da história apoiado a um projeto de preservação (CHOAY, 2006).

Com a expansão do cristianismo no final da Antiguidade, mas em especial no período Medieval, acrescentou-se o caráter religioso ao aristocrático no que se referia ao patrimônio. Embora o caráter aristocrático do patrimônio ainda se mantivesse, “o culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, P. 12).

Durante este período, a Europa (devido à vastidão territorial que outrora o Império Romano havia dominado) estava coberta por resquícios culturais romanos, dos quais muitos foram destruídos pela expansão dos povos bárbaros e pela própria Igreja. Muitos monumentos da Antiguidade foram transformados em pedreiras e em igrejas; esses edifícios eram apropriados e cristianizados, mas, em contrapartida, muitas obras e monumentos do

⁶ As discussões deste trabalho se referem apenas à concepção de patrimônio no âmbito da sociedade ocidental.

paganismo foram conservados pelos seus valores mágicos e pela curiosidade que despertavam.

Nesta época, os monumentos da Antiguidade também não eram ainda considerados históricos:

Móveis ou imóveis, as criações da Antiguidade não desempenham, pois, o papel de monumentos históricos. Sua preservação é, de fato, uma reutilização. Ela se apresenta sob duas formas distintas: reutilização global, combinada ou não com reformas; fragmentação em peças e pedaços, utilizáveis para fins diferentes e em lugares diversos (CHOAY, 2006, p.40).

O Renascimento traz uma mudança de perspectiva em relação ao patrimônio. Através do Humanismo que iniciava, os indivíduos lutavam pelos valores humanísticos em substituição ao teocentrismo. Durante esse período, o interesse pelos vestígios do passado concentrava-se nas obras e nos monumentos específicos da Antiguidade. Os eruditos, os artistas e os mecenas excluía de seu âmbito tudo o que pertencia aos períodos intermediários, o monumento só poderia ser antigo, a arte só poderia ser antiga ou contemporânea (CHOAY, 2006). Os objetos de tipo variado, os quais eram organizados pelos príncipes e senhores renascentistas, eram utilizados como paradigmas visuais, pois recriavam (simbolicamente) a ordem do mundo (de acordo com as suas visões de mundo) e o espaço do exercício de seu poder (MENESES, 1994).

De um lado, moedas, inscrições, esculturas e fragmentos diversos, colecionados pelos artistas, humanistas e príncipes italianos, são conservados nos *studioli*, nas antecâmaras, nas *cortili* e nos jardins de suas residências. A galeria, espaço específico, só aparece no século XVI (...). A coleção que se diferencia da sala de curiosidades precede o museu (CHOAY, 2006, p.51).

Os antiquários acumulavam não apenas fragmentos do passado antigo, mas também dossiês que contavam com descrições e representações das antiguidades, do século XV ao XVIII, pesquisas foram desenvolvidas por eruditos da média burguesia à alta aristocracia de toda a Europa. Esses eruditos (religiosos, leigos, cientistas, etc.) trocavam objetos e informações, “discutindo seus achados e suas hipóteses” (CHOAY, 2006, p. 65).

A paixão pela antiguidade vigorou de forma exacerbada, através do antiquariado, pelo menos, até o desenvolvimento do iluminismo; porém, nunca deixou de existir como um todo, visto que, ainda existem resquícios do antiquário na atualidade (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Esse modelo de Antiguidade Clássica possibilitou a abertura de um novo campo de pesquisa para os eruditos, ou seja, o das antiguidades nacionais medievais⁷. Esse projeto se esboça já no século XVI, contudo, é no século XVIII, com a “época das luzes”, Revolução Francesa e instituição dos Estados nacionais, que surge o moderno conceito de patrimônio. Nesse período, “a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento dos Estados nacionais” (FUNARI; PELEGRINI 2009, p. 13).

Como exemplo da instituição de um Estado nacional, temos a Revolução Francesa, a qual destruiu os fundamentos do antigo regime monárquico, incentivando a criação de uma cultura nacional, isto é, uma língua, um território e uma origem únicos.

Neste contexto, a arqueologia solidificou-se, evocando identidades nacionais. Por meio dos vestígios culturais ela possibilitou a elaboração de símbolos nacionais e conexões ancestrais (ATKINSON *et al*, 1996 *apud* FERREIRA, 2011); sendo assim, “estabeleceu as regras de uma gramática da pertença, incutindo nas comunidades o sentimento de pertencimento a uma nação e a um território nacional” (FERREIRA, 2011, p.19). Nesse sentido:

A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação. Permeando essas dimensões, está a consolidação do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens – e aqui me refiro tanto à produção quanto a conservação e destruição – na elaboração das categorias de espaço e tempo. (...) no final do século XVIII, o Estado assumiu, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação (...) (FONSECA, 2005, p. 51).

Como exemplo disto, tem-se o processo de criação dos primeiros arquivos públicos durante o período da Revolução Francesa. Inicialmente os revolucionários desejavam apagar qualquer vestígio do antigo regime; os mais radicais insistiam na destruição de todos os documentos do antigo governo, pois neles estavam consolidados os privilégios do Estado. Porém, os mais conservadores argumentavam que esses documentos eram agora propriedade pública e tinham de ser preservados, já que, através deles, o povo teria acesso aos mesmos, tendo assim, a oportunidade de investigá-los para defender os seus próprios interesses. Segundo Schellenberg (2005), no ano de 1789 a Assembléia Nacional criou um arquivo onde deveriam ser guardados e exibidos os atos desencadeados pela Revolução. Um ano depois,

⁷ Como um dos exemplos do campo de estudo das antiguidades nacionais tem-se o Gótico, o qual reúne testemunhos da arquitetura cristã (do século VI ao XV).

esse arquivo tornou-se os *Archives Nationales de Paris*, o primeiro arquivo nacional do mundo, e nele deveriam ser armazenados os documentos da nova França.

Em 1794, foi estabelecido em todo território nacional francês uma administração dos arquivos públicos (SCHELLENBERG, 2005). Os documentos pertencentes à sociedade anterior à revolução foram preservados para usos culturais, já os da nova sociedade, para proteção dos direitos públicos. Assim, foram tomadas medidas que resultaram em três importantes realizações no campo arquivístico: a criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; a proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos; e o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor do passado (SCHELLENBERG, 2005).

O desenvolvimento dos museus históricos no século XIX é, do mesmo modo, associado ao surgimento das nacionalidades. Nesse contexto a história nacional representaria a culminação do desenvolvimento da civilização a partir dos museus de arqueologia das civilizações clássicas, do Egito e da Mesopotâmia (HORNE, 1984 *apud* MENESES, 1994). Os museus, além de justificar o nacionalismo, por meio das coleções, legitimavam o congelamento das civilizações antigas, computando a distância entre “primitivos” e “civilizados” (FERREIRA, 2011).

O restauro de edifícios antigos desenvolve-se também a partir do século XIX. Segundo Viollet-le-duc (1996), é a partir de então que se assume uma postura inusitada em relação ao passado, ou seja, analisá-lo, compará-lo, e formular a sua “verdadeira história” seguindo passo a passo a marcha, os “progressos”, as transformações da humanidade.

Ainda segundo este mesmo autor, a primeira comissão dos monumentos históricos é criada, na França, em 1837, sendo as principais categorias de monumentos de interesse da comissão as construções da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. O programa da comissão admitia, em primeiro lugar, que cada edifício ou cada parte deste deveria ser restaurado no estilo que lhe é próprio, não só como aparência, mas inclusive como estrutura.

A primeira legislação protetora do patrimônio nacional francês é de 1887, a qual seria completada por uma legislação mais ampla no século XX, em 1906. Nesse mesmo ano surge a primeira lei patrimonial nos Estados Unidos, porém, essa lei restringia-se a proteger os bens culturais que fossem encontrados em terras controladas pelo governo (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Para entender essa medida tomada pelo governo dos Estados Unidos, é importante inferir que o patrimônio engloba duas tradições de direito, segundo Funari & Pelegrini (2009),

pois os Estados nacionais surgiram tanto em localidades de tradição latina (tributária da tradição do direito romano), como em regiões de tradição britânica (com base no chamado *common Law*), que é o caso dos Estados Unidos. Na tradição derivada do direito romano, a propriedade privada é sujeita a restrições. Já na tradição britânica de direito consuetudinário, a limitação ao direito de propriedade é mais tênue. Por exemplo, artefatos arqueológicos encontrados em propriedades privadas pertencem ao proprietário e podem ser comercializados. Porém, na tradição de direito romano estes objetos são considerados públicos e não podem ser vendidos.

Nestas duas tradições jurídicas, o conceito de propriedade é diferenciado, fato que repercute nas definições do patrimônio pelo Estado nacional. Contudo existem muitos traços comuns entre essas duas tradições de direito:

Em primeiro lugar, o patrimônio é entendido como um bem material concreto, um monumento, um edifício, assim como objetos de alto valor material e simbólico para a nação. Parte-se do pressuposto de que há valores comuns, compartilhados por todos, que se consubstanciam em coisas concretas. Em segundo lugar, aquilo que é determinado como patrimônio é o excepcional, o belo, o exemplar, o que representa a nacionalidade. Uma terceira característica é a criação de instituições patrimoniais, além de uma legislação específica. Criam-se serviços de proteção do patrimônio, como museus, formando uma administração patrimonial. Essa burocracia foi composta por profissionais de diversas formações e especialidades, principalmente arquitetos, historiadores da arte, historiadores, arqueólogos, geógrafos, antropólogos e sociólogos, entre outros (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 20).

O patrimônio se constitui, então, de fato, como um conjunto de bens a serem preservados, cultuados e legados ao coletivo a partir de valores históricos e artísticos, referentes a uma identidade nacional (FONSECA, 2005). A efetivação da preservação do mesmo é socialmente definida pelo Estado, o qual assume a sua proteção por meio de ordenações jurídicas, o oficializa como bem cultural, regulamentando o seu uso, sua finalidade, bem como o seu caráter (MILET, 1988).

Segundo Fonseca (2005), a concepção de patrimônio nacional homogeneiza simbolicamente os bens de diferentes grupos sociais (que são culturalmente heterogêneos). Esses bens passam, então, por medidas jurídicas através da criação de leis e comissões específicas. São adotadas, assim, em instituições, práticas de conservação, isto é, inventário, classificação e proteção.

Para esta autora, a noção de patrimônio foi inserida em um projeto de construção de identidade nacional, cumprindo quatro funções simbólicas:

- Reforçar a noção de cidadania. São identificados bens (que não são de exclusiva posse privada) como propriedade de todos os cidadãos. Esses bens têm o Estado como guardião e gestor.
- Identificar bens representativos da nação, demarcando-a no tempo e no espaço. Assim, tenta-se tornar visível e real essa entidade ideal a partir das bandeiras, dos hinos, dos calendários, das obras de artistas plásticos.
- Justificar a conservação desses bens patrimoniais por seu alcance pedagógico e artístico.
- Utilizar esses bens como documentos para provar as versões oficiais da história nacional, legitimando, assim, a ocupação de territórios, e o poder atual.

A partir deste último ponto não se pode deixar de atribuir também às características do patrimônio nacional a sua utilização para fins nefastos. Como afirma Funari & Pelegrini (2009), além de afirmar identidades nacionais, o patrimônio histórico nacional legitimou o colonialismo e o próprio nazismo/fascismo. Por exemplo, a arqueologia na Europa experimentou teorias anti-semitas calcadas no racismo científico. Nesse contexto, a cultura material foi manipulada com a finalidade de reivindicar territórios e justificar dominações e invasões militares.

Com o fim das duas grandes guerras mundiais, impulsionadas pelos nacionalismos, tenta-se superar o conceito de patrimônio nacional (que enfatizava uma homogeneidade) e imperialista, com a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

No fim da década de 1950, a legislação patrimonial ampliou-se para o meio ambiente, bem como para os grupos sociais e locais, antes descartados pelo nacionalismo, abrindo espaço, assim, para patrimônios de valor provincial, municipal, e também de comunidades, como os indígenas, as mulheres, grupos religiosos e esportivos. Abriu espaço, assim, para a interpretação das sociedades compostas por diversos grupos sociais fluidos, em constante mutação e com interesses conflitantes (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Com esta nova configuração, principalmente a partir da década de 1980, o patrimônio se liga à memória e ao território, os quais acabam operando como vetores de identidade. Nesse caso, este acaba definindo menos o que as pessoas possuem e sim mais o que elas são (HARTOG, 2006).

No decorrer do século XX ao XXI foram desenvolvidas conferências mundiais e publicadas cartas nacionais e internacionais com o intuito de reconhecer e proteger o patrimônio cultural, permitindo a criação de uma gama de legislações para a gestão e a conservação deste mesmo. Esse fato torna evidente o quanto o patrimônio vem se impondo nos dias atuais como uma categoria dominante nas relações culturais e no desenvolvimento das políticas públicas.

Como afirma Hartog (2006):

O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao “dever” da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a “ardente obrigação” do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração (HARTOG, 2006, p. 266).

Através das discussões desenvolvidas até este ponto, pretendeu-se descrever que concomitante à modificação das estruturas sociais ao longo da história a concepção de patrimônio se transformou, passou da categoria de herança que era transferida de pai para filho na Idade Antiga, para um sistema classificatório do que deve ou não ser cultuado como testemunho da história na contemporaneidade. Essa descrição expõe, de forma sucinta, como o patrimônio vinculou-se, no decorrer do tempo, à memória social, ao sentimento de identidade, bem como acabou compondo um dos elementos que envolvem as relações entre os diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, pode-se entender o patrimônio também como documento histórico. Não somente ele, mas também a cultura material em geral pode ser entendida dessa forma, por ser considerada como um vetor das relações humanas (MENESES, 1994), e, sendo assim, se configura como fonte para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, museológicas, históricas, entre outras.

Isto posto, fica clara a preocupação, não só dos órgãos do Estado, mas também da própria comunidade acadêmica, com a proteção dos bens de valor patrimonial e arqueológico. E é neste ponto que se encaixa este trabalho, no que se refere a ressaltar a importância do desenvolvimento de métodos adequados para tratamento da cultura material.

1.2. O Patrimônio arqueológico nacional e a sua proteção legal

A primeira norma a estabelecer um regime jurídico próprio de proteção ao patrimônio de valor arqueológico foi a Lei 3.924, de 26 de Julho de 1961. Esse princípio se mantém até os dias atuais sob a fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(IPHAN) e reflete a influência das cartas patrimoniais internacionais desenvolvidas até os anos de 1960 (SANTOS JÚNIOR, 2005).

Desde as primeiras décadas do século XX já existiam preocupações relativas ao amparo do patrimônio histórico e pré-histórico brasileiro. Os fatores que antecederam a lei 3.924/61 remontam ao ano de 1920, quando se teve a primeira tentativa de formular uma legislação a fim de proteger o patrimônio arqueológico nacional. Nessa época, o presidente da Sociedade Brasileira de Artes Plásticas e conservador de antiguidades Clássicas do Museu Nacional Alberto Childe, elaborou um projeto de lei que reconhecia o patrimônio arqueológico e o elevava à categoria de bem cultural. Esse projeto tinha, dentre as suas propostas, a desapropriação dos locais que se configurassem como sítios arqueológicos, fator esse que o tornou inviável (TELLES, 2009).

No ano de 1931, é divulgada a carta de Atenas contendo recomendações para que o poder público tivesse algumas responsabilidades em relação aos monumentos históricos. Isso gera uma certa preocupação nas autoridades governamentais brasileiras relativa à necessidade de abarcar leis de proteção aos monumentos históricos nacionais (SANTOS JÚNIOR, 2005).

Em relação à proteção dos bens arqueológicos, ocorrem medidas para a sua proteção apenas no ano de 1937, por meio no decreto de lei nº 25. Nesse ano foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e foi instituída a prática de tombamento como instrumento de preservação (TELLES, 2009). Essa norma introduz no primeiro artigo o conceito do que seria patrimônio histórico e artístico:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (SANTOS JÚNIOR, 2005, p.2).

Elementos do projeto de Childe e de um anteprojeto formulado por Mário de Andrade (em 1936)⁸ foram incorporados a esse decreto. Assim, implementa-se um livro tombo para o registro dos bens configurados como patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico. Todavia, tal instrumento jurídico não se adequou à proteção do patrimônio arqueológico (TELLES, 2009).

⁸ O anteprojeto de Mario de Andrade previa a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Esse anteprojeto tinha uma preocupação com o que atualmente é denominado de patrimônio imaterial (TELLES, 2009).

Este decreto, conhecido como a *Lei do Tombamento*, possuía uma visão de patrimônio cultural elitista, simplista, devido à sua inclinação ideológica integralista, que o relegava somente ao monumental, não reconhecendo a importância de monumentos referentes ao homem comum, ou mesmo à arquitetura vernacular rural ou construções industriais (CERQUEIRA, 2006).

Segundo Telles (2009), nos primeiros anos de funcionamento do SPHAN, se tombava apenas os bens que possuíam um caráter excepcional, além de que existiam alguns dispositivos do Decreto-Lei 25/37 que tornavam inviável a pesquisa arqueológica. O artigo 17 desse decreto, por exemplo, afirmava que os bens tombados não poderiam ser modificados sem a prévia autorização do SPHAN⁹. Acontece que as intervenções arqueológicas, de certa forma, são processos que danificam os sítios, tornando um tanto quanto conflituosa a proteção pelo tombamento com o desenvolvimento da arqueologia.

A partir de então, segundo Silva (2007), se buscou o desenvolvimento de uma legislação própria para atender as necessidades específicas do patrimônio arqueológico, tentando adaptar o decreto de lei 25/37 à proteção desses bens. Entre essas alternativas, tem-se o projeto do deputado Plínio Barreto (de 1947), o qual pretendia o tombamento imediato de todos os sambaquis que se encontravam em território brasileiro, ou ainda o projeto apresentado pelo deputado Aureliano Leite, que incluía a proteção de outras categorias de sítios arqueológicos, como grutas e lapas.

Até a metade do século XX, os sítios arqueológicos brasileiros se encontravam expostos quase que ao esquecimento. Mas, no final da década de 1950, com as pesquisas desenvolvidas por equipes de arqueólogos americanos e franceses¹⁰, despertou-se para a necessidade de uma lei federal própria para efetivamente proteger o patrimônio arqueológico de forma mais sólida, e que incorporasse medidas punitivas se este fosse negligenciado (SANTOS JÚNIOR, 2005).

Outro fator que influenciou na configuração da demanda por uma medida específica de proteção aos vestígios arqueológicos foi a publicação da Carta de Nova Delhi, em 1956, a qual continha os princípios internacionais a serem aplicados no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, estipulando, dessa forma, obrigações relacionadas à preservação do patrimônio arqueológico. Entre as recomendações desse documento, destacam-se a obrigatoriedade de se declarar o descobrimento de vestígios arqueológicos às autoridades

⁹ Informação acessada no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm

¹⁰ Dentre os arqueólogos envolvidos nestas pesquisas podemos citar Joseph Empereire, Annette Laming, Clifford Evans e Betty Meggers.

competentes e de aplicar sanções aos infratores dessas regras (BASTOS; SOUZA; GALLO, 2005).

Neste contexto, no ano de 1957, é elaborado um projeto de decreto federal prevendo a proteção às grutas e aos sambaquis, com o objetivo de pesquisa. Esse projeto é apresentado ao então Ministro da Agricultura (Mário Meneguetti), o qual publica uma portaria gerando uma comissão específica para a elaboração de um projeto de lei a fim de proteger o patrimônio pré-histórico e arqueológico nacional (SILVA, 2007).

A combinação desses projetos com as recomendações da carta de Nova Delhi serviram de base teórica para a elaboração de uma lei nacional com a finalidade de regular as intervenções arqueológicas, bem como o amparo do patrimônio arqueológico brasileiro. Segundo Santos Júnior (2005), essa lei viria a contemplar métodos para criar obstáculos ao processo destrutivo do patrimônio de valor arqueológico nacional. As autoridades competentes discutiram, então, sobre a causa da depredação desse patrimônio e sobre medidas para a conservação, assim como restauro dos bens culturais que o configuram.

Alguns anos a seguir, em 26 de Julho de 1961, foi publicada pelo IPHAN a Lei 3.924. Esse regulamento estabelece um regime jurídico próprio para os bens de valor arqueológico, não sendo mais necessário o tombamento destes (TELLES, 2009). A referida lei foi:

(...) promulgada no governo Jânio Quadros e publicada pelo órgão responsável, que então se denominava *Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Dphan), criado em 1946 em substituição ao antigo SPHAN. A lei, que ficou conhecida como *Lei do Sambaqui*, dispunha sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, expressando as obrigações da união e listando direitos e deveres dos proprietários de áreas com sítios arqueológicos, assim como regulamentando aspectos da atuação do arqueólogo pesquisador (CUNHA; CERQUEIRA, 2007, p.3).

Este documento trazia também alguns avanços na concepção do que seria considerado monumento arqueológico, conforme indica o artigo n ° 2 citado por Santos Júnior (2005) em um de seus estudos:

Art. 2º. - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, estações e cerâmicos, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (SANTOS JÚNIOR, 2005, p.4).

A referida lei cotinha uma preocupação, que foi de grande valor, quanto a conter de forma intimidadora, os atos de vandalismo e depredação que estavam sofrendo, de forma desenfreada, os sítios arqueológicos em todas as regiões do território nacional (SANTOS, 2004 *apud* CUNHA; CERQUEIRA, 2007).

A lei também tomou importantes medidas de preservação, como indicam os artigos nº3 e nº 27. O artigo nº3 proibia o aproveitamento econômico, a destruição, ou a mutilação (para qualquer fim) das jazidas arqueológicas conhecidas como sambaquis ou concheiros, encontradas em território nacional (BASTOS; SOUZA; GALLO, 2005).

Já, por meio do artigo 27 é criada uma forma de registro para os sítios arqueológicos brasileiros, chamado de *cadastro dos monumentos arqueológicos do Brasil*, o qual incide em um somatório de todas as fichas de registro dos sítios arqueológicos brasileiros (BASTOS; SOUZA; GALLO, 2005).

Um fato importante também dessa lei é que esta desapropria o bem arqueológico encontrado em propriedade particular, pois já que é considerado patrimônio de valor arqueológico, pertence à União, é um bem público (TELLES, 2009). No entanto, a falta de fiscalização, de institutos de pesquisas arqueológicas e da própria clareza do que seria monumento histórico, acabava dificultando a execução da lei em questão (SANTOS JÚNIOR, 2005).

O conceito de monumento histórico só ficaria mais claro três anos depois da criação da Lei 3.924/61, com a publicação da Carta de Veneza (1964) e suas implicações sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios arqueológicos. Esse documento afirma que o monumento histórico abrange as criações arquitetônicas isoladas¹¹ e o ambiente urbano e paisagístico que componha o testemunho histórico de uma determinada sociedade¹².

No decorrer dos anos seguintes (1965-1970) foi desenvolvido no Brasil o Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) com o objetivo de sistematização e padronização de procedimentos nas intervenções arqueológicas. Esse programa agrupava diferentes instituições e pesquisadores, os quais utilizavam uma metodologia de ensinamentos americana chamada de “*escola Ford*” (SANTOS JÚNIOR, 2005).

¹¹ No documento, esta noção se aplica não somente as grandes obras, mas também às obras modestas que tenham adquirido um significado cultural com o tempo.

¹² Informações acessadas no site <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>.

O PRONAPA reunia uma pesquisa integrada por 11 arqueólogos (de oito estados), coordenado por Clifford Evans e Betty Meggers¹³, que se propunha fornecer, através de uma metodologia e uma perspectiva teórica únicas, uma sintética visão da pré-história dos estados costeiros do Brasil (PROUS, 2000).

Todavia, tal projeto teve falhas, como afirma Santos Júnior (2005). Os pesquisadores insistiam em parâmetros estatísticos, nem sempre confiáveis, e alguns esquemas metodológicos que utilizavam eram considerados fora de uso até mesmo nos Estados Unidos. Porém, a sua aplicação pode ser considerada como um marco na arqueologia nacional. Tendo como aspecto positivo o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em algumas áreas do nordeste brasileiro, expondo um conjunto complexo para a ocupação pré-colonial do Brasil, a qual era desconhecida no que tange a sua magnitude espaço-temporal (DIAS, 1995).

A conscientização, quanto à necessidade de reavaliar o tratamento do patrimônio arqueológico brasileiro, avança, em 1979, com o advento da Carta de Burra para sítios com significado cultural, a qual continha os conceitos de bem, sítio, preservação, restauração, reconstrução e manutenção¹⁴.

Neste momento, tinha-se, então, uma preocupação abarcando a conservação adequada do patrimônio, sendo visíveis as expectativas referentes às interferências ocorridas nas cidades históricas por conta do desenvolvimento urbano. Em consequência dessa inquietação, publica-se, em 1986, a Carta de Toledo para a conservação das cidades históricas, a qual recomenda a adesão dos grupos sociais na conservação das cidades. A carta indica que essa conservação deve ter, entre a área histórica e a cidade, uma relação harmônica (SANTOS JÚNIOR, 2005).

A década de 1980 também foi contemplada com políticas de preservação ambiental.

(...) a legislação que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente incorporou ao licenciamento ambiental a proteção ao patrimônio arqueológico e ao patrimônio cultural, ampliando de maneira significativa o conceito de meio ambiente (BASTOS; SOUZA; GALLO, 2005, p. XI).

Mais precisamente em 1981 foi estabelecida a Lei Federal nº 6.938, que constituiu a política nacional de meio ambiente a ser adotada no Brasil. Essa lei formou o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o atual órgão deliberativo do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000 *apud* CUNHA; CERQUEIRA, 2007) e ao qual compete:

¹³ Estes pesquisadores integravam a equipe do Smithsonian Institution e desde o fim dos anos 1940 desenvolviam pesquisas em regiões da América do Sul (DIAS, 1995).

¹⁴ Informações acessadas no site <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>.

(...) entre outras coisas, segundo o artigo oitavo: estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; determinar a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental; e estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000 *apud* CUNHA; CERQUEIRA, 2007, p.6).

De acordo com Cunha e Cerqueira (2007), a partir da Resolução nº1 do CONAMA, de 1986, foi efetivada a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), onde foram estabelecidos os seus critérios básicos, bem como as suas diretrizes e implementação. Esse princípio aborda os elementos para a execução dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e para a apresentação dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA). É interessante ressaltar que, no artigo sexto desta resolução, dispõe que, no estudo de impacto ambiental, os sítios arqueológicos devem ser destacados como meio sócio-econômico a ser preservado.

No decorrer dos anos seguintes, foi se compondo um enquadramento legal mais completo acerca das políticas de preservação ambiental, o qual conjeturava regras para situações mais específicas (CUNHA; CERQUEIRA, 2007).

Um dos marcos da defesa do patrimônio arqueológico através da legislação ambiental no Brasil é o decreto nº 99.274, de 1990. Esse regulamento contempla, já no seu primeiro artigo, a determinação de que cabe ao poder público sustentar a constante fiscalização, por meio dos órgãos especializados da administração pública, dos recursos ambientais, e manter o controle permanente de atividades que possam danificar o patrimônio cultural (KOPEZINSKI, 2000).

Ainda nos anos 1980, paralelo ao avanço das garantias de preservação do patrimônio cultural decorrentes da legislação ambiental, a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, deu sequência à regulamentação da proteção do patrimônio arqueológico, e, ao mesmo tempo, ampliou a conceituação deste, abrangendo, assim, a diversidade cultural e o patrimônio imaterial.

Por patrimônio cultural brasileiro, a atual constituição entende o conjunto de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico e paleontológico, conforme disposto no artigo 216, inciso V (CUNHA; CERQUEIRA, p.6, 2007).

Esta carta constitucional enfatiza os modos e as responsabilidades da proteção do patrimônio cultural através de três títulos, quatro capítulos, seis artigos, e mais os incisos (SPENCER, 2000). Estabelece que o Estado tem de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional, e a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, e de outros grupos que compõem a civilização brasileira (BASTOS; SOUZA; GALLO, 2005).

É também neste contexto dos anos 1980 que se desenvolve a arqueologia de contrato no Brasil. Segundo Caldarelli e Santos (1999-2000), mesmo esta não sendo a maior responsável pelo avanço teórico da disciplina da arqueologia, o qual é resultado da pesquisa acadêmica, é necessário pontuar essa prática, em vista do impacto que é causado na arqueologia pelo seu desenvolvimento, principalmente no que se refere a questões metodológicas.

A origem da arqueologia de contrato remonta à década de 1960, à chamada “arqueologia de salvamento”, determinada pela lei 3.924/60. No entanto, é apenas com o avanço da legislação ambiental nos anos 1980 que se desenvolve a arqueologia empresarial que vem sendo praticada até os dias atuais, a qual é centrada fundamentalmente na avaliação ambiental de empreendimentos (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000).

Atualmente esta atividade é desempenhada no Brasil por universidades, museus, empresas ou por arqueólogos independentes (autônomos) que são contratados por empresas estatais ou privadas (como é demonstrado na figura 01 abaixo).

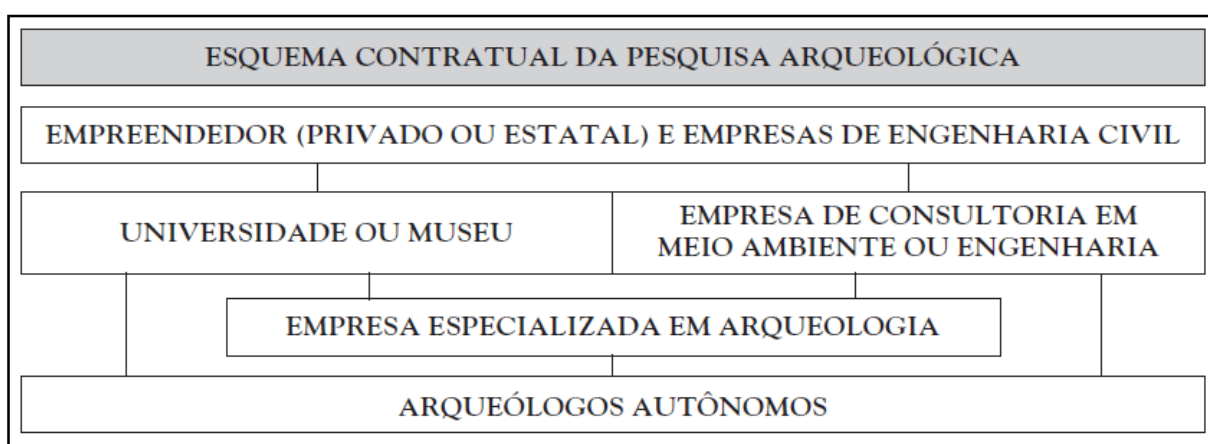


Figura 01: Demonstração do esquema contratual da pesquisa arqueológica. Fonte: Caldarelli e Santos (1999-2000).

Segundo Caldarelli e Santos (1999-2000), a pesquisa arqueológica de contrato é pautada diretamente nos problemas de gestão dos bens arqueológicos, no que se refere a

decisões sobre o que se deve ou não preservar. A principal questão colocada na elaboração e no desenvolvimento dos levantamentos arqueológicos é, pois, a capacidade de se fazer a identificação e a amostragem de todas as categorias dos recursos arqueológicos de uma determinada área, utilizando-se das mesmas questões teórico-metodológicas discutidas nas pesquisas acadêmicas de longa duração.

A escolha das táticas adotadas nos levantamentos arqueológicos, desenvolvidos na avaliação ambiental, inicialmente está sujeita às especificidades de cada empreendimento, ou seja:

(...) o conhecimento já existente do contexto arqueológico da área em estudo; os problemas de pesquisa a serem resolvidos; a natureza do empreendimento, que pode ser linear (rodoviário, ferroviário, dutoviário, linhas de transmissão, etc.), ou em área ampla (hidrelétrica, projeto urbanístico, distrito industrial, projeto agropecuário, extração de minério ou combustível, porto/aeroporto, etc.); a extensão da área a ser afetada; a categoria de licenciamento (licença prévia/licença de instalação/licença de operação); o tempo disponível e os recursos alocados (CALDARELLI; SANTOS, p.61, 1999-2000).

Constata-se, então, conforme a particularidade de cada projeto, distintos levantamentos arqueológicos se fazem necessários, abarcando a eleição de estratégias para a localização dos sítios e para os procedimentos de registro de informações destes mesmos. Na base das decisões das táticas a serem tomadas, estão a pesquisa bibliográfica histórica e etnográfica, bem como o levantamento dos dados ambientais atualizados da área a sofrer intervenção (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000).

No que se refere aos regulamentos atinentes ao licenciamento e à arqueologia de contrato, é importante ressaltar a Resolução nº 237 do CONAMA, de 1997, a qual coloca que a despesa necessária para a realização dos Estudos de Impacto Ambiental, incluindo também os estudos de impacto sobre o patrimônio arqueológico, deve ser custeada pelo empreendedor (CUNHA; CERQUEIRA, 2007).

No ano de 2002, por iniciativa do IPHAN, o Governo Federal publicou a Portaria nº 230, que determinou quais são os procedimentos a serem seguidos para a proteção legal do patrimônio arqueológico pelos arqueólogos e empreendedores por conta da elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental em obras de grande porte, concernentes às etapas do licenciamento, intituladas: *Licença Prévia* - LP, *Licença de Instalação* - LI e *Licença de Operação* - LO (MONTICELLI, 2005). Como também afirma Bueno (2011):

Do ponto de vista jurídico um elemento fundamental associado ao crescimento da demanda por mão-de-obra qualificada para a realização de trabalho de cunho

arqueológico é a Portaria IPHAN 230 de 2002, que procura correlacionar etapas do licenciamento aos trabalhos arqueológicos, definindo os requisitos necessários para implantação de cada etapa do empreendimento (BUENO, 2011, p. 65).

Especificando as etapas do licenciamento, segundo Monticelli (2005), na fase de obtenção da Licença Prévia (EIA/RIMA), deve-se proceder à contextualização arqueológica e etno-histórica da área de impacto do empreendimento através do levantamento bibliográfico e de campo. Na fase de obtenção da Licença de Instalação, deve-se implementar o programa de prospecção proposto na fase anterior, o qual deverá prever prospecções intensivas nas áreas ambientais de maior potencial arqueológico que sofrerão influência direta do empreendimento. Já na fase de obtenção de Licença de Operação, deve ser executado o programa de resgate arqueológico proposto no EIA e detalhado na fase anterior.

Ainda na lei relatada acima, no seu artigo sexto, fica explícita a preocupação quanto à guarda adequada do material arqueológico recuperado nas escavações. Assim expressa o parágrafo oitavo do sexto artigo:

No caso de destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 13).

Através desta pequena demonstração de como se desenvolveram as principais leis de proteção direcionadas aos bens de valor arqueológico, pretende-se evidenciar que a aplicabilidade dessas leis nacionais e internacionais é de grande importância para a preservação destes mesmos. É relevante também deixar claro que a ineficiência da aplicabilidade desses regulamentos não quer dizer que estes sejam incompletos, pois o problema é, por vezes, como essas normas são colocadas em prática, pesando aí a falta de conhecimento de uma parte da sociedade no que se refere à preservação patrimonial.

Neste sentido, como coloca Santos Júnior (2005), a praticidade da aplicação destas leis acaba esbarrando na deficiência de fiscalização e controle dos órgãos públicos que são responsáveis por essas atividades. O que também facilitaria o cumprimento dessas normas seria a tomada, com maior frequência, de diretrizes voltadas à educação patrimonial junto às populações locais para que elas promovam a defesa do patrimônio cultural localizado no território onde vivem. Para que ocorra o conhecimento e a defesa do patrimônio cultural pela sociedade é preciso demonstrar que a arqueologia pode ser um instrumento na construção da história, da memória e da identidade dos diferentes grupos sociais, e para isso, o principal instrumento é a educação (ALMEIDA, 2002 *apud* BUENO, 2011).

Devido à realidade e à demanda da arqueologia contratual no Brasil, no ano de 2005, houve um esforço dos técnicos da 9ª Superintendência Regional do IPHAN, de São Paulo, em fazer uma compilação das diversas normas jurídicas contidas na Constituição Federal, das leis ordinárias e também dos códigos civil e penal, acerca do patrimônio arqueológico (BASTOS; SOUZA; GALLO, 2005). Essa publicação foi intitulada *Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*, e tem como finalidade permitir aos arqueólogos e à sociedade o acesso a essas normas, bem como aos procedimentos administrativos e técnicos que regulamentam a identificação e a gestão dos bens de valor arqueológico.

Para a gestão dos bens arqueológicos, este livro propõe:

A proposta de gerenciamento arqueológico que será objeto de projeto ou programa, deverá estar embasada nas etapas anteriores do processo de salvamento em todas suas fases. O gerenciamento dos bens arqueológicos da área do empreendimento e de sua área de influência direta e indireta deverá procurar obrigatoriamente inserir o seu trabalho e os resultados dentro de uma contextualização mais ampla possível, procurando ligações, correlações ou divergências com a existência do conhecimento arqueológico já estabelecido.

O fundamental aqui é preparar ações que possibilitem uma real apropriação do conhecimento gerado por parte, principalmente, da comunidade local.

Importante é realizar ações encadeadas em todo o processo de salvamento, procurando integrar e interagir com os agentes locais, de forma a criar uma necessidade de conhecimento que será base fundamental da troca a ser estabelecida por ocasiões da implantação do empreendimento.

É necessário romper com a ideia de exposições estanques, descontextualizadas e inacessíveis ao grande público.

O patrimônio arqueológico será melhor aproveitado se for realizada uma ação educativa didático-cultural de acompanhamento de todo o percurso de ações que compreendem o processo de salvamento como um todo.

O retorno do material arqueológico, fruto dos trabalhos de pesquisa de levantamento realizados, sempre que possível deverá voltar à localidade ou município do qual ele foi pesquisado e/ou retirada, em formas compreensíveis de leitura pela grande maioria da população (BASTOS; SOUZA; GALLO, 2005, p. 182).

Por meio destas discussões sobre a legislação patrimonial, pretende-se deixar claro que as leis nacionais de proteção ao patrimônio arqueológico, além de suas dimensões normativas, orientadoras e fiscalizadoras, têm o papel de produzir e difundir o conhecimento referente à preservação patrimonial (BASTOS; SOUZA; GALLO, 2005). Portanto, através da comunicação desses regulamentos e da educação patrimonial pode-se também atingir a apropriação e a preservação do patrimônio cultural pelos grupos sociais.

Além da importância das políticas de preservação citadas até este momento, verifica-se também a relevância das metodologias de gestão (de outra natureza) aplicadas aos bens de

valor arqueológico durante a coleta destes em campo e no seu posterior processamento nos laboratórios de pesquisa ou nos museus. Em outras palavras, para a devida preservação do patrimônio arqueológico, este deve alcançar, após ter passado pelas regulamentações e orientações legais, um outro nível de preservação, que vem depois das exigências legais, isto é, os procedimentos de curadoria dos materiais ainda no sítio (cuidado com a integridade física dos vestígios e das informações contextuais, bem como a administração adequada dos dados gerados com isso), e a posterior gestão destes dentro das instituições arqueológicas, por meio da higienização, inventário, documentação e acondicionamento dos acervos.

Nesse sentido, o capítulo vindouro mostra esse aspecto, exemplificando a gestão dos acervos arqueológicos em algumas instituições brasileiras (não incluindo o LEPAARQ/UFPel). Nesse ponto se descreverá as técnicas de curadoria aplicadas às coleções vinculadas a esses espaços.

Capítulo 2- O Gerenciamento de Acervos Arqueológicos em Quatro Diferentes Instituições Brasileiras

Os espaços arqueológicos, tais como museus e laboratórios de ensino e pesquisa, lidam constantemente com problemas relacionados ao tratamento dos seus acervos. São encontradas dificuldades em variados aspectos, que vão desde a estrutura física precária das Reservas Técnicas, até a falta de informações sobre as coleções que a compõem. Um fator que também tem sido discutido é a preocupação com o abarrotamento desses espaços em virtude não só das pesquisas acadêmicas, mas, principalmente, da arqueologia de contrato.

O problema é que nem todos os arqueólogos se preocupam com o destino que as coleções, trabalhadas por eles, terão ao término de suas pesquisas. Este quadro, aos poucos, tem mudado, mas durante a década de 1990 ainda era bastante evidente, como coloca Afonso *et al* (1999):

No Brasil, infelizmente, ainda são poucos os arqueólogos interessados no debate sobre as coleções arqueológicas. Se, por um lado, há uma preocupação maior dos arqueólogos com o registro dos sítios e seus achados, com a utilização de novas técnicas, por outro, o destino das coleções, após terem sido analisadas e publicadas, parece não interessar à maior parte dos arqueólogos brasileiros (AFONSO *et al*, 1999, p. 234).

Nos anos 1980, Pebbles e Galloway (1981) já alertavam da relevância de se produzir, ainda em campo, documentos necessários à futura curadoria dos vestígios arqueológicos, apontando para “uma mudança no processo do trabalho do arqueólogo, através do gerenciamento dos dados a partir da coleta em campo” (AFONSO *et al*, 1999, p. 234).

Em virtude do crescimento da arqueologia por contrato também no cenário internacional, a partir dos anos 1990, nos Estados Unidos, houve um esforço pela criação de métodos de gestão mais eficazes para lidar com essa realidade. Conforme Afonso *et al* (1999), no ano de 1999 ocorreu o congresso da *Society for American Archaeology* (SSA) em Chicago (EUA), no qual se realizou um fórum chamado “*The ethics of curation*”, e que foi organizado pelo *Committee on Ethics and National Association of State Archaeologists*. Este fórum teve como proposta o debate de temas vinculados a questões curatoriais, assim como éticas, relacionadas às coleções derivadas de projetos de arqueologia de contrato.

Ainda segundo estes autores, uma das medidas tomadas, nos Estados Unidos, para não sobrecarregar os museus tradicionais, foi a criação de grandes reservas técnicas (repositórios) para o armazenamento da cultura material proveniente das pesquisas desenvolvidas pela arqueologia de contrato. Já na França, a partir de 1995, foram estabelecidos depósitos de pesquisa para o tratamento e o estudo de vestígios arqueológicos que não teriam espaço nos museus tradicionais.

Para exemplificar como algumas instituições brasileiras voltadas à arqueologia lidam com seus acervos, serão relatados, a seguir, os métodos de gerenciamento aplicados por elas no que se refere ao tratamento dos materiais arqueológicos e à criação de documentação para gestão museológica.

2.1. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE/USP)

O termo *curadoria* é objeto de várias definições, mas o conceito aplicado no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP engloba o tratamento com o acervo, desde a coleta, documentação, conservação até a comunicação. No caso da área de Arqueologia Brasileira, inserida no âmbito de Divisão Científica, os três objetivos universitários – *pesquisa, docência e extensão de serviços à comunidade* – são desenvolvidas concomitantemente aos trabalhos curatoriais (MOREIS; AFONSO, 1997, p. 37).

As atividades envolvendo pesquisa, docência e extensão, reunidas à orientação de bolsistas e estagiários, permitem que arqueólogos se formem no MAE com variadas especialidades, devido à interdisciplinaridade das disciplinas ofertadas, fato que torna essa instituição um centro de referência no cenário acadêmico nacional (MORAIS; AFONSO, 1997).

Os profissionais e pesquisadores deste museu, que atuam na área de curadoria, trabalham com coleções provenientes, principalmente, de intervenções arqueológicas. Um exemplo de como essa ação se desenvolve pode ser exposto por meio do Projeto Curatorial intitulado “*Organização e Gerenciamento do Acervo Arqueológico Pré-Histórico Brasileiro no MAE/USP (o projeto CAB)*”.

Quando formulado, este projeto tinha como pretensão enfrentar alguns desafios colocados por Pebbles e Galloway já no início dos anos 1981: o processamento dos dados resultantes de pesquisas em campo, isto é, o gerenciamento eficiente e apropriado dos dados arqueológicos, bem como o processo de uma documentação de gestão museológica

apropriada e a disponibilidade de um espaço físico para a curadoria adequado (PEBBLES; GALLOWAY, 1981).

A grande intenção do projeto estava centrada na necessidade de preservar, controlar e resgatar os materiais arqueológicos e as suas informações correspondentes. Isso, a partir da implantação de um sistema que unificaria a linguagem de acesso aos objetos das coleções e suas informações, com o intuito de conhecer tanto a quantidade, quanto a potencialidade do acervo, definindo, assim, critérios de “identificação, organização, registro, preservação e recuperação de dados sobre as coleções arqueológicas” (MORAIS; AFONSO, 1997, p. 42).

Este projeto foi elaborado em 1996 e desenvolvido entre os anos de 1997 e 1999¹⁵ em dois espaços distintos: na sede do MAE/USP e no Centro Regional Mário Neme do MAE/USP (localizado em Pirajú, SP). Resumindo:

O projeto “Organização e Gerenciamento do Acervo arqueológico pré-histórico brasileiro do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo” foi realizado com os objetivos de definir uma sistemática de trabalho para este acervo; organizar a documentação primária proveniente das pesquisas de campo e laboratório; possibilitar o controle sobre acervos e documentação correspondente e acondicionar as coleções arqueológicas na Reserva Técnica. Das 170 coleções propostas, 60% foram atingidas pelo projeto, sendo que na sede do MAE/USP foram tratadas 44 coleções e no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme/MAE/USP, em Piraju, 58 coleções, num total de 66.570 peças (AFONSO *et al*, 1999, p. 223).

Os processos para a constituição do MAE/USP, como é conhecido atualmente, começou no fim dos anos 1980 e solidificou-se com a integração espacial do seu acervo em 1998. Isso ocorreu por consequência da fusão de coleções arqueológicas e etnográficas oriundas dos setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista, do Acervo Plínio Ayrosa (Departamento de Antropologia/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), e dos antigos Instituto de Pré-História e Museu de Arqueologia e Etnologia. A quantificação desse acervo é estimada em 120.000 peças, e foi a partir dessa fusão que se começou a discutir um sistema de gestão para essas coleções (AFONSO *et al*, 1999).

Segundo Afonso *et al* (1999), concomitante ao processo de fusão, que criou o novo MAE, e a disponibilidade de condições mínimas de infraestrutura, com a reserva técnica devidamente mobiliada, deu-se início à organização dos fragmentos materiais da cultura pré-histórica brasileira, os quais constituem a maior parte do acervo desta instituição, proveniente

¹⁵ O projeto CAB foi elaborado por Marisa Coutinho Afonso (coordenadora), José Luiz de Moraes (vice-coordenador), Silvia Cristina M. Piedade e Marilúcia Botallo (AFONSO *et al*, 1999).

sobretudo de pesquisas arqueológicas desenvolvidas em São Paulo, Amazonas, Mato Grosso, Tocantins e Santa Catarina.

Conforme os autores supramencionados, até então não existia uma documentação de gestão museológica referente a este acervo, o qual tinha recebido apenas o tratamento de pesquisa por parte dos arqueólogos que trabalharam com os materiais que o compunha. Portanto o projeto CAB¹⁶ resultou do conhecimento das necessidades de tratamento dessas coleções.

Ainda segundo Afonso *et al* (1999), se fará a seguir um esboço das etapas propostas por este projeto, das metodologias de curadoria aplicadas aos vestígios arqueológicos, e também do tipo de documentação de gestão museológica utilizada nesse processo.

2.1.1. Etapas propostas e processos curatoriais do projeto CAB

Foram propostas quatro etapas para este projeto:

- Levantamento dos projetos de pesquisa que tinham sido, ou ainda estavam sendo desenvolvidos no MAE/USP, traçando, assim, um perfil organizacional para a reserva técnica.
- Localização das coleções e das suas documentações primárias. Nessa etapa seria selecionado o material que comporia a reserva técnica e o arquivo, bem como a higienização e o tratamento das peças arqueológicas, o inventário padronizado e o acondicionamento desses materiais nos locais apropriados.
- Informatização dos dados.
- Avaliação dos procedimentos e métodos adotados, e, por fim, elaboração de relatórios.

A organização do acervo em questão, sua curadoria, sistematização e o treinamento da equipe que desenvolveu essas ações foi coordenado por Silvia Cristina Piedade, especialista em curadoria de acervos arqueológicos.

¹⁶ Este projeto apoiou-se em bibliografia internacional referente ao tratamento, gerenciamento, bem como documentação de gestão de acervos arqueológicos salvaguardados em instituições museológicas. A exemplo disso, tem-se Novick (1980), King (1980), Wilcox (1980), Hichcock (1980), Malero (1987), Yang (1989), Pearce (1990), entre outros (AFONSO *et al*, 1999). Alguns projetos desenvolvidos em outros museus também serviram de base para a elaboração do projeto CAB, como o “*Collections and Information System (CRIS)*”, aplicado no National Museum of Natural History (Smithsonian Institution), e o projeto de gerenciamento de informação no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) (AFONSO *et al*, 1999).

Os procedimentos gerais para o tratamento dos materiais foram traçados levando em consideração a natureza, a coleção, bem como o projeto a que estas últimas pertenciam, sendo as coleções processadas uma de cada vez.

Depois de ser identificada e localizada a coleção a ser trabalhada, o próximo passo era entrar em contato com os arqueólogos responsáveis pelas intervenções associadas a este material com o intuito de recuperar a documentação primária de campo para o regate de informações que poderiam ter sido perdidas com a transferência do material para o novo espaço do MAE/USP.

A primeira coleção a ser trabalhada pelo projeto foi a de Piçagueira, por apresentar uma grande quantidade de material de diversas categorias com uma importante documentação associada. Entre esses materiais se encontravam: artefatos líticos, osteodontomalacológicos (ossos, dentes, conchas), cerâmicos, e faunísticos.

Em relação à higienização das peças, apenas os materiais faunísticos foram limpos, os demais já haviam sido higienizados previamente, necessitando somente a troca de suas embalagens.

Após a limpeza e a separação desses materiais, eles foram ordenados e conferidos de acordo com a sua documentação primária, e, posteriormente, foram acondicionados em sacos plásticos e em pequenas mantas de polietileno. Algumas peças foram guardadas individualmente, enquanto outras em grupos de até 10 fragmentos. Isso, de acordo com a necessidade de proteção do material.

Foram adicionadas às embalagens, contendo os materiais, identificação de procedência e a quantidade de peças que ali se encontravam. Em seguida estas foram acondicionadas em caixas de plástico contendo também identificação de procedência e categoria das peças ali guardadas.

Os materiais foram transferidos para diferentes tipos de caixas plásticas, as peças com dimensões maiores e mais pesadas foram colocadas em caixas mais reforçadas. Os materiais líticos até 15 cm e os fragmentos de cerâmica foram guardados em caixas pequenas. Os materiais osteodontomalacológicos foram acondicionados em pequenos gaveteiros de plástico. As amostras de fauna, devido às condições precárias de acondicionamento prévio, foram higienizados e acondicionados individualmente em sacos zipados identificados com canetas de tinta permanente conforme procedência e tipologia de material, e em seguida guardados em engradados marfinites. Já o material ósseo humano não foi processado como os outros, porém foram feitos testes de embalagens e fichas de inventários por conservadores e especialistas em curadoria de acervos do MAE/USP.

Conforme as coleções foram processadas no âmbito do projeto CAB, todas as etapas do trabalho foram documentadas e fotografadas, bem como foram feitas tabelas de resumo (figura 02) dos materiais objetivando o levantamento de informações relacionadas às coleções. Concomitante a esses processos, as caixas, os gaveterios e os engradados foram sendo acomodados na reservatécnica em armários deslizantes “Telos” (figura 03).

Coleção	Sigla	Origem	Nº. de Peças Ausentes	Categoria	Nº. de Peças	Nº. de Caixas/ Gavetas	Data
Abrigo das Furnas	AF	Cajuru	lítico	51	03	01	5/98
Alambari	Al	Itapetininga	lítico	4076	34	07	4/98
Areia Branca IA	ABI-A	Guareí	lítico	122	01	01	5/98
Areia Branca II	ABII	Guareí	lítico	725	10	04	5/98
Areia Branca-IB	ABI-B	Guareí	lítico	45	09	01	5/98
Aretusina	Ar	São Simão	lítico	3452	06	01	6/98
Belmonte	Be	São Simão/SP	lítico		81	26	2/98
Bicame I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII	Bi	Laranjal Paulista	lítico	354	—	04	6/98
Boa Sorte	BS	Jardinópolis	lítico	333	05	03	5/98
Catanduva	Ca	Guareí	lítico	89	01	01	5/98
Corredeira	Co	Serra Azul	lítico	2584	73	12	2/98
Ferreiras	Fe	Pereiras	lítico	615	02	02	5/98
Fundão	Fu	Pereiras	lítico/cer.	386	04	01	5/98
Gramado	Gr	Brotas	cerâmica	5031	—	30	2/99
Morro do Cruzeiro	Cr	São Simão	lítico	119	03	06	6/98
Nova Esperança I	NE	Pereiras	lítico	1709	27	07	6/98
Nova Esperança II	NE	Pereiras	lítico	814	30	07	6/98
Pau Papudo	PP	Guareí	lítico	17	—	01	6/98
Piaçagüera	Pi	Baixada Santista	osteodontom.	698	09	16 gavetas	10/97
Piaçagüera	Pi	Baixada Santista	lítico	49	04	2	10/97
Piaçagüera	Pi	Baixada Santista	fauna	549 amost.	—	12	8/97
Queimador II	Qu-II	Pereiras	lítico	2109	50	06	5/98
Santa Cruz	SC	Pereiras	lítico	3076	28	03	5/98
Santa Maria I	SM-I	São Simão	lítico	99	02	01	6/98
Santa Maria II	SM-II	São Simão	lítico	36	—	01	6/98
Santa Maria III	SM-III	São Simão	lítico	17	—	01	6/98
Santa Maria IV	SM-IV	São Simão	lítico	13	—	01	6/98
Santo André	An	Porangaba	lítico	279	7	02	6/98
São José	SJ	Porangaba	lítico	210	104	01	5/98
São Pedro	SP	Guareí	lítico	9	01	01	5/98
São Simão	SS	São Simão	lítico	43	06	01	6/98
Sarandi	Sa	Guareí	lítico	5628	59	16	4/98
Serrote	Se	São Simão/SP	lítico	810	11	9C	3/98
Tamanduá I	TA-I	São Simão	lítico	92	03	01	5/98
Tamanduá II	TA-II	São Simão	lítico	40	—	01	5/08
Tamanduá-III	TA-III	São Simão	lítico	11	—	01	7/98
Vista Alegre	VA	Guareí	lítico	264	3	—	5/98
Tenório	Te	Ubatuba	fauna	456 amost.	—	18	9/98
Tenório	Te	Ubatuba	osteodontom. e lítico	3952	146	50 gavetas 21 caixas	11/98
Mar Virado	MV	Ubatuba	osteodontomal.	1226	—		2/99
Mar Virado	MV	Ubatuba	lítico	2517	69	40	2/99

Figura 02: Exemplo de uma das tabelas de resumo das coleções trabalhadas pelo projeto CAB. Fonte: Afonso *et al* (1999).

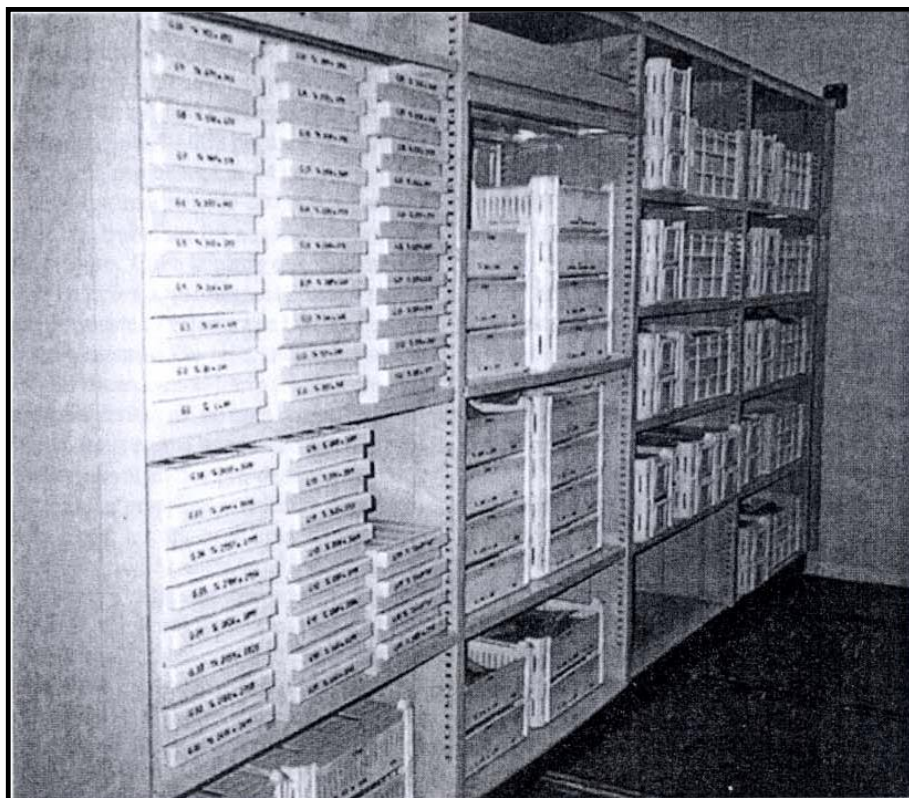


Figura 03: Reserva técnica do MAE/USP. Fonte: Afonso *et al* (1999).

2.1.2. Documentação de gestão museológica do projeto CAB

Como afirma Bottallo (1998):

A Documentação Museológica, definida como um sistema de trabalho relacionado ao gerenciamento de museus é uma das áreas aplicadas da Ciência Museológica e se define por métodos que procuram tratar todo o tipo de informação, sobre qualquer suporte, desde que se relacione com coleções de museu ou tratadas sob o aspecto da possibilidade de musealização (BOTTALLO, 1998, p. 257).

Nesse sentido, foi desenvolvida uma nova ficha catalográfica para as coleções a serem processadas a partir do projeto CAB, a fim de cumprir algumas exigências de caráter museológico no que se refere à comunicação e à salvaguarda da cultura material. Através disso, tinha-se em vista a compreensão total das coleções que compunham o acervo do MAE/USP em uma única ficha catalográfica, pois a documentação existente até então abordava diferentes sistemas de gerenciamento referentes às práticas de controle das instituições de origem (anteriores à constituição do museu em questão). As novas fichas reuniriam informações diversas, tais como administrativas, culturais, materiais, jurídicas, bibliográficas, topográficas e históricas, em um único modelo (BOTTALLO, 1998).

Para isto, esforçou-se em criar glossários, com o levantamento das tipologias, bem como manuais de instrução de preenchimento e instrução para a ficha catalográfica,

permitindo, então, o fornecimento de informações para a adaptação do sistema documental ao processo de informatização. Isso facilitaria a constituição do banco de dados digital criado para o cadastro dos diferentes inventários em uma ficha única (“ficha-mãe”). Essa ficha abria a possibilidades de *links* para o registro e o inventário das peças de forma individual, compondo, assim, determinada coleção.

Os objetivos da documentação museológica envolvem o reconhecimento, a hierarquização, o acondicionamento, a recuperação dos objetos e de suas informações, e, principalmente, a preservação deste últimos, já que, a consulta aos documentos diminui ou substitui a feita aos materiais (BOTTALLO, 1998). Portanto, um banco de dados informatizado permite que “(...) seja possível acessar documentos de gradações diversas, que estejam relacionados com a coleção do museu e cujo uso possibilite a divulgação de seus conteúdos, respeitando os princípios estabelecidos por meio de um plano diretor” (BOTTALLO, 1998, p. 260).

Então, segundo a autora mencionada no parágrafo anterior, ao tomar-se como princípio que são as informações sobre os objetos que os tornam significativos, pode-se considerar que o projeto CAB possibilitou o acesso a dados fundamentais de uma expressiva parte de suas coleções. Essas informações foram organizadas, tratadas e disponibilizadas em um sistema, o qual visa à “reunião multidisciplinar de interesses comuns”, ou seja, da área científica e do gerenciamento, considerando-se ainda que esse contexto contribuiu para que o MAE/USP desempenhasse, de forma otimizada, “uma parcela fundamental de sua missão institucional”.

2.2. Escritório Técnico das Missões

Aqui será apresentado, por meio de Zanettini (2008), o processo de organização e curadoria no âmbito do Projeto de Catalogação e Armazenamento do acervo sob salvaguarda do Escritório Técnico das Missões, o qual tinha como meta unificar a linguagem de acesso aos objetos desse acervo, possibilitando a sua integridade física, bem como o conhecimento da sua quantidade e potencialidade.

Este projeto foi desenvolvido pela empresa Zanettini Arqueologia S/S Ltda., a qual foi selecionada pelo Edital de Licitação Processo nº 01512.000079/2007-46, proposto pela 12ª Superintendência Regional do IPHAN.

Os acervos que receberam tratamento, em virtude deste projeto, são oriundos de quatro sítios arqueológicos: São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São Nicolau e São João Batista. O processamento dos materiais dessas coleções se desenvolveu em três etapas:

- Reconhecimento do estado dos acervos e definição dos pressupostos teóricos e metodológicos adequados para o desenvolvimento do trabalho.
- Desenvolvimento da curadoria dos objetos.
- Organização e tratamento das informações geradas com a criação do Catálogo de Acervos do Escritório Técnico das Missões.

A partir do diagnóstico dos acervos, efetuado durante algumas visitas técnicas ao local onde estes se encontravam, pode-se definir critérios adequados para a sua salvaguarda. Estes materiais estavam acondicionados de forma e em local inadequados, verificando-se, inclusive, a presença de urina de rato, bem como baratas, aranhas, entre outros agentes biológicos, em contato com os objetos. Muitos destes não possuíam indicação de procedência (elementos construtivos), não haviam passado por qualquer procedimento básico de curadoria e a sua documentação primária revelava algumas lacunas.

Este diagnóstico apontou algumas ações emergenciais, tais como: a transferência dos materiais arqueológicos para uma nova reserva técnica, acondicionando-os em caixas adequadas; a higienização e instituição do inventário com a numeração das peças; triagem dos materiais sem identificação de procedência, descarte controlado dos destituídos de informações relevantes sobre as técnicas construtivas; e por fim a elaboração de um banco de dados de imagens dos acervos.

Para atender a tais demandas se buscaram as orientações metodológicas necessárias na disciplina museológica, uma vez que a museologia é entendida como o “conjunto de teoria e prática envolvendo o cuidado e o uso da herança cultural e natural” (MENSCH, 1994, p.7). Deste modo adotaram-se critérios organizacionais nos parâmetros definidos pelo projeto CAB desenvolvido pelo MAE/USP, já mencionado, assim como em publicações acerca da salvaguarda em museus¹⁷.

Os processos curatoriais destes acervos ocorreram no ano de 2008, com o apoio e o envolvimento da equipe da Zanettini Arqueologia, dos funcionários do Escritório Técnico das Missões, e de estagiários da Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

¹⁷ As bibliografias utilizadas foram: Sha (1993); King (1980); Pearce (1996) e Novick (1980) (ZANETTINI, 2008).

Estas ações se desenvolveram em seis passos: a higienização das peças, a numeração da peças, as remontagens, a triagem dos acervos, a documentação fotográfica e o acondicionamento.

As peças arqueológicas foram limpas de forma individual. Os metais, as borrachas e os materiais orgânicos passaram por limpeza mecânica a seco. Já os materiais cerâmicos foram lavados, mas somente as suas fraturas foram escovadas, evitando, assim, a danificação das suas superfícies, o que prejudicaria a análise dos acabamentos das peças.

Para a numeração das peças foi adotado um número de lote referente a cada conjunto de peças com a mesma procedência e nível. Em cada um dos lotes as peças receberam números individuais transcritos nelas próprias, da seguinte forma: primeiramente passou-se uma camada de esmalte incolor no interior da peças, em seguida estas receberam uma numeração sequencial iniciada pela sigla do sítio de onde foram retiradas, transcrita com tinta nanquim, e, finalmente, se acrescentou mais uma camada de esmalte incolor para a fixação da sigla numérica (figura 04). Porém, nem todos os objetos receberam esse tratamento, somente os fragmentos de cerâmica, louça, vidro, e lítico com mais de 15 mm. Os materiais com dimensões menores foram identificados apenas com etiquetas contendo o número de lote. Os metais receberam números individuais, mas não os tiveram transcritos em suas superfícies, de modo que foram fixadas a estas etiquetas com os números individuais.



Figura 04: Numeração das peças. Fonte: Zanettini (2008).

Após isso, foi feita a remontagem dos fragmentos que pertenciam a um mesmo objeto, através da colagem das peças com cola branca neutra.

A triagem dos acervos foi feita por meio do preenchimento de planilhas de controle, classificando os materiais por categorias a partir da sua matéria prima e funcionalidade presumida. Nesse sentido, foram adotadas as seguintes categorias: cerâmicas, louças, vidros, metais, líticos, elementos construtivos, osteodontomalacológicos, e a categoria outros.

A documentação fotográfica foi criada através do registro fotográfico dos lotes de materiais, o qual, posteriormente, foi acrescentado ao Catálogo de Acervos das Missões.

O acondicionamento do acervo (figura 05), procede-se com a guarda dos materiais em sacos apropriados, contendo etiquetas de identificação também ensacadas, para evitar o contato destas com os objetos arqueológicos. Estes foram colocados em caixas poliondas de acordo com a sua categoria de material (figura 06), portanto, um mesmo lote de material pode ser guardado em diferentes caixas. Toma-se essa medida para a melhor conservação dos acervos, assim, materiais líticos, metais e elementos construtivos foram guardados em caixas específicas. As categorias de osteodontomalacológico e “outros” foram colocadas em outras caixas. Porém, as cerâmicas, as louças e os vidros, por serem categorias formadas de materiais semelhantes, foram agrupados e acondicionados juntos em uma mesma caixa, de acordo com a sua procedência.



Figura 05: Acondicionamento geral do acervo antes de ser transferido para a nova reserva técnica. Fonte: Zanettini (2008).

Finalizados estes procedimentos, foram organizadas as informações advindas das etapas de gestão, visando à produção de uma documentação museológica adequada destes acervos; paralelamente, foi feita a quantificação das peças que compõem as coleções do acervo trabalhado.



Figura 06: objetos sendo guardados de acordo com a categoria de material (neste caso, materiais construtivos).

Fonte: Zanettini (2008)

Dessa forma, se procedeu a digitalização das planilhas de controle do acervo no programa *Excel* para obter os resultados quantitativos, e foram vistoriadas as imagens fotográficas produzidas durante o processamento do material, para a posterior inserção no catálogo dos acervos.

As coleções tratadas por este projeto totalizam 11053 peças, conforme demonstra o gráfico (figura 07).

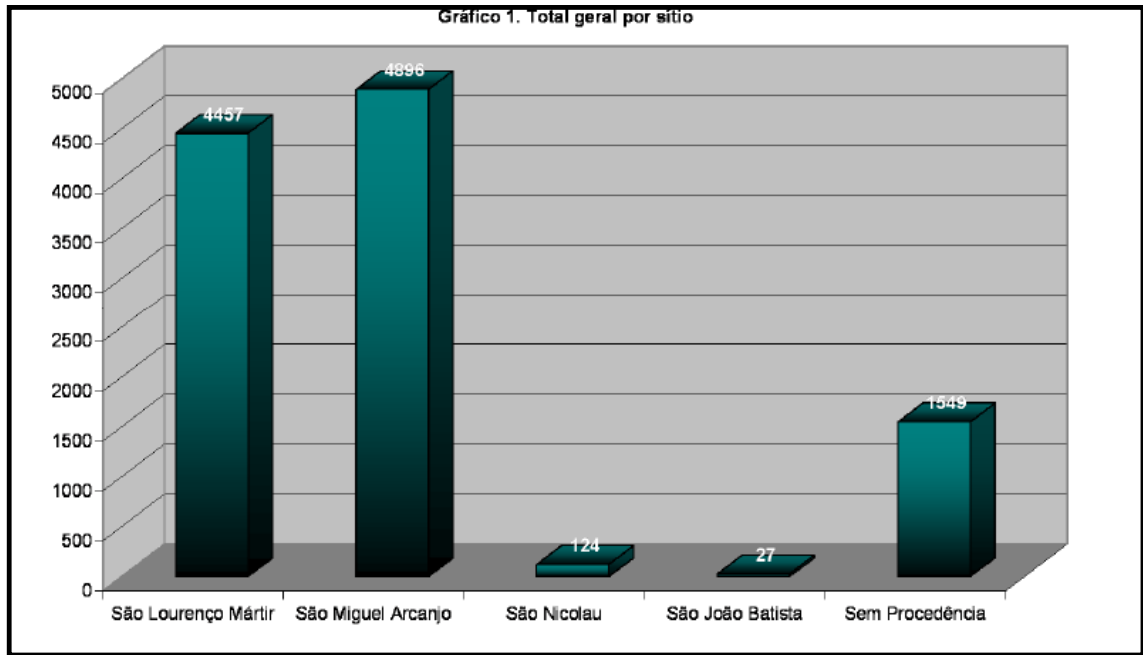


Figura 07: Gráfico da quantificação geral das peças. Fonte: Zanetti (2008).

A última etapa no tratamento deste acervo foi a confecção de um catálogo digital dos acervos das Missões (figuras 08 e 09), o qual foi apresentado, de forma integral, em um CD anexo, e foi produzido em dois passos. O primeiro, foi a administração das informações estatísticas em um banco de dados *MySQL*, utilizando-se ferramentas desenvolvidas em *Apache*, em uma linguagem de programação *PHP*. O segundo passo foi a criação do catálogo em si, produzido em *Adobe Flash CS3*, utilizando-se de imagens e animações dinâmicas.



Figura 08: Exemplo do *layout* de algumas das telas que compõem o Catálogo dos Acervos das Missões. Fonte: Zanettini (2008).



Figura 09: Exemplo do *layout* de algumas das telas que compõem o Catálogo dos Acervos das Missões. Fonte: Zanettini (2008).

A realização do projeto apresentado foi de grande importância para a Arqueologia Missioneira, pois, como resultado destas metodologias de gerenciamento, tem-se mais de onze mil fragmentos, que anteriormente se encontravam em estado de degradação, devidamente organizados e documentados, garantindo, assim, a sua preservação para possíveis novas pesquisas. A elaboração do Catálogo dos Acervos das Missões também merece enaltecimento, em vista de que garante o acesso e a comunicação destas importantes referências patrimoniais ao grande público.

2.3. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE/UFPR)

Ao explanar-se, neste ponto, sobre o processamento dos vestígios da cultura material salvaguardados nesta instituição, tem-se como referência Leal (2011), visto que, esta autora desenvolveu um estudo detalhado sobre os sistemas de gerenciamento utilizados no MAE/UFPR, com o intuito de destacar a importância da documentação como etapa no processo da musealização de acervos arqueológicos.

O prédio¹⁸ que abriga este museu localiza-se na cidade de Paranaguá (Paraná). Sua inauguração se deu em 1963, porém com outro nome: “Museu de Arqueologia e Artes Populares (MAAP)”. No ano de 1990, houve uma reestruturação e, em 1999, alterou-se o seu nome para o qual é conhecido hoje.

¹⁸ Este prédio é tombado e data de 1775. Foi a antiga sede do Colégio Jesuíta, e, após ser restaurado entre os anos 1940 e 1950, foi cedido à Universidade Federal do Paraná (LEAL, 2011).

Atualmente o museu é dividido em quatro unidades, tais como: Arqueologia, Etnologia, Cultura Popular, Documentação Sonora, Visual, bem como Textual. A sua sede expositiva é na cidade de Paranaguá, todavia, conta com mais duas sedes, sendo elas a reserva técnica (figura 10) e a Sala Didático-Expositiva, ambas localizadas na cidade de Curitiba. Em 2005, o acervo do museu foi transferido para a reserva técnica, que foi inaugurada no ano seguinte.

A metodologia de gestão relatada neste trabalho é referente apenas àquela aplicada à cultura material que compõe o acervo pertencente à Unidade de Arqueologia do museu. Este acervo contém cerca de 60.000 peças de diferentes tipologias (como materiais líticos, cerâmicos, osteodontomalacológicos, entre outros), as quais derivam das pesquisas arqueológicas desenvolvidas entre os anos 1950 e 1970, bem como de doações feitas a essa instituição.

A transferência da reserva técnica para a cidade de Curitiba ocorreu a partir do desenvolvimento de três projetos: Projeto de Restauro e Projeto Museográfico, Projeto de Adequação da reserva técnica, e Projeto de Sala Didático-Expositiva do Museu. Estes projetos foram executados em vista do processo de revitalização e restauro que ocorreu no museu entre os anos de 2002 e 2006.

Entretanto, no início desta mudança já ocorreram alguns problemas, pois, os materiais retirados do museu em Paranaguá foram acomodados na nova sede, em armários e gavetas, de forma que não obedecia à mesma ordem de localização utilizada no espaço anterior.



Figura 10: Sede da reserva técnica. Fonte: Leal (2011).

Segundo Leal (2011), como a arqueóloga responsável pelo levantamento do material não esteve presente no momento do traslado do acervo, não se teve o cuidado de documentar a mudança dos locais de armazenagem. Este fato, e a falta de informações acerca do próprio acervo, ocasionada pela ausência de registros quanto aos métodos de sua gestão anterior, dificultou a nova instalação da reserva técnica.

Diante destes problemas, e a necessidade de se ter um acervo devidamente organizado para as práticas de extroversão¹⁹ do museu, houve um novo esforço para o levantamento e organização das coleções arqueológicas. Esse processo iniciou-se em 2010, e foi pensado e desenvolvido pelo arqueólogo Laércio Brochier, juntamente com uma equipe de estagiários.

O primeiro passo, para isto, foi um levantamento preliminar da documentação e dos materiais acondicionados na nova reserva técnica, seguido da concepção de um banco de dados e de um dossiê dos sítios arqueológicos de proveniência dos materiais deste acervo.

Concomitante ao levantamento das coleções, os armários e as gavetas (figura 11), onde estavam acondicionados os objetos, foram numerados, havendo também uma divisão mais detalhada dos armários (figura 12).



Figura 11: Gavetas. Fonte: Leal (2011).

¹⁹ Forma de tornarem públicas as pesquisas referentes aos acervos arqueológicos, tanto através das publicações científicas, quanto das exposições e ações educativas.



Figura 12: Armários deslizantes. Fonte: Leal (2011).

O levantamento preliminar do acervo foi feito em dois tipos de planilhas: uma indicando o conteúdo dos 24 armários (com um total de 492 caixas), e outra com informações sobre os materiais guardados nas 270 gavetas.

Estas planilhas informam dados como: nome do sítio, ano de escavação, tipologia de material, número de registro anteriores presentes nos objetos, localização exata na reserva técnica, e observações gerais que se façam oportunas. Porém, conforme Leal (2011), pecam ao não informarem esses dados dos materiais de forma individual, ou seja, os materiais não foram quantificados individualmente, e sim em conjunto.

Após a confecção destas planilhas, foi desenvolvido um banco de dados para o registro das informações nelas contidas. Todavia, a sua criação não se baseou em bibliografias sobre o tema nem em modelos aplicados em outras realidades museais, mas sim na própria experiência com este acervo, a partir do conhecimento da real demanda causada por problemas anteriores.

Os tópicos para o registro de dados neste programa são os seguintes:

(...) “*ordem*” (número sequencial); quatro campos para *registros anteriores*; “*sítio*” (nome); “*acervo no MAE*” (dividido em 1 para gavetas e 2 para armários); “*localização atual*”; “*localização antiga - arm. gav.*” (armário e gaveta na antiga Reserva Técnica); “*nº de caixa*”; “*tipo*” (material); “*descrição*”; “*1995/1996*” e “*2002*” (espaços para informações que apareçam nos relatórios de 1996 e 2002); “*outro local de referência*”; “*observações*”; “*situação*” (se foi finalizado ou não); “*rc, re e rp*” (indicação de relevância comunicacional, expográfica e pedagógica) (LEAL, 2011, p. 50).

No entanto, esta ferramenta não foi o suficiente para a gestão do acervo deste museu, uma vez que não tinha espaço para o registro de informações importantes concernentes ao processo de musealização. Para isso, foi, então, criado um dossiê para comportar dados sobre os sítios arqueológicos de onde derivam as coleções desse acervo.

Este dossiê de sítios foi desenvolvido a fim de separar as coleções por procedência, baseando-se no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) utilizado pelo IPHAN, e com o intuito de ser aplicado aos sítios ligados ao acervo do museu e aos que vierem a se ligar quando novos materiais forem integrados a esta instituição.

O documento, configurado como dossiê, compõe-se de quatro páginas com campos para o registro de informações específicas. Na primeira página consta uma tabela com espaços para a inclusão de dados gerais do sítio. Na segunda, há um manual de orientação para o preenchimento da primeira, indicando também que se destaquem os objetos que possuem relevância didática e expográfica. Quando identificados, estes devem ser fotografados e as imagens devem ser anexadas à tabela. Já nas duas últimas páginas existem campos para a listagem geral e individual das peças.

A formulação e implantação de métodos de gerenciamento como estes, que são aplicados a longo prazo, são extremamente importantes. O banco de dados se mostra eficaz para o preliminar registro e conhecimento dos sítios arqueológicos vinculados ao acervo, bem como para a recuperação de informações sobre o histórico das peças e suas formas de registro anteriores. E o dossiê de sítios também possui relevância, pois, além de aspectos museológicos, também tem características arqueológicas e conservacionistas, ou seja, um documento misto, com dados importantes para futuras pesquisas no acervo, bem como para a própria salvaguarda do mesmo.

2.4. Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM).

Para exemplificar a gestão dos materiais arqueológicos no LEPA será exposto, a partir de Ballardo e Milder (2011), o sistema de documentação desenvolvido recentemente para a gestão do acervo salvaguardado nessa instituição.

Criou-se este sistema procurando atender as necessidades documentais do acervo arqueológico adotando parâmetros técnicos e utilizando-se de mecanismos para auxiliar na organização e na recuperação dos objetos e das suas informações.

Esta instituição conta com um representativo acervo que remonta às pesquisas arqueológicas desenvolvidas desde os anos 1960. No entanto, os materiais que o compõem não possuíam, até pouco tempo, uma documentação de gestão museológica apropriada, pois o que existia era apenas a documentação arqueológica não padronizada acerca das intervenções em campo. Além disso, não havia um sistema de catalogação e classificação para as coleções do acervo, o que dificultava a localização desses materiais e de suas informações quando solicitados para pesquisa.

Portanto, para implantar o sistema de gestão documental, por meio de um banco de dados digital, foi necessária a criação de uma reserva técnica, e, para isso, foi feito o arrolamento de todas as coleções arqueológicas por procedência e tipologia de material, padronizando, assim, o acondicionamento e a identificação das coleções.

Durante este processo, foi feito também um levantamento de dados sobre o acervo para o diagnóstico das reais necessidades do LEPA. E, concomitante a isso, analisou-se a bibliografia nacional e internacional sobre o assunto em questão, com o intuito de ficar a par dos impasses e das soluções encontrados por pesquisadores que lidam com o gerenciamento de acervos e com documentações de gestão museológica.

Nesse sentido, a metodologia utilizada para a criação do sistema documental deste laboratório baseou-se no programa de gestão documental para acervos arqueológicos do Instituto Português de Museus (IPM), por se tratar de um padrão internacional de normas de inventário que se mostrou eficiente em seu aspecto prático. Essa última instituição implantou essas normas padronizando o sistema de documentação museológica, de forma que os processos de organização das informações foram desenvolvidos para atender o acervo de acordo com as necessidades das diferentes coleções que o compunham (PINHO; FREITAS, 2000; RAPOSO *et al*, 2000 *apud* BALLARDO; MILDER, 2011).

O IPM baseou-se no sistema *Endovellicus*, desenvolvido pelo Instituto Português de Arqueologia, para a elaboração do seu programa. Para isso, após o processamento do acervo

do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu Monográfico de Coimbra, foi elaborada a sua estrutura com subcategorias, como item de identificação das tipologias dos acervos arqueológicos, bem como foram adicionados ao programa itens para a identificação de contexto arqueológico e datação de sítios. Com isso, geraram-se campos para o registro de informações específicas para os objetos (RAPOSO *et al*, 2000 *apud* BALLARDO; MILDER, 2011) .

Apoiando-se nessa metodologia, foi adotado um sistema de identificação voltado aos objetos que constituem o acervo do LEPA, para a criação do seu próprio programa, classificando-os em categorias e subcategorias, as coleções correspondendo às categorias, e os materiais que as compõem, às subcategorias.

A base deste programa de gerenciamento documental é um *software* livre conhecido como *OpenOffice*, disponível para download no site: <http://www.openoffice.org/download/>. Esta ferramenta pode ser configurada conforme as necessidades de cada usuário. No caso do LEPA, os campos do banco de dados correspondem aos itens contidos em uma ficha de registro, elaborada especificamente para o controle da reserva técnica em construção, contendo informações sobre o histórico do material e sua localização espacial.

A proposta destas fichas visa ao registro das peças de forma conjunta e individual, delimitando-as em categorias e subcategorias, e procedendo, assim, às suas indexações por meio da marcação física e da preservação das suas informações intrínsecas em uma base de dados digital.

Para classificar este material, e formular as fichas de registro, se fez necessária a instituição de um inventário para a identificação das peças em suas coleções. Esse sistema foi constituído a partir de uma sigla alfa-numérica, inscrita nos objetos, ou seja: uma sigla com letras relacionadas à coleção a que a peça pertence, um algarismo determinando a sua tipologia (correspondente à subcategoria) e um número sequencial para identificar a ela própria, ou um conjunto de peças dentro de determinada coleção.

A partir, então, da confecção das fichas de registro, com o processamento documental e físico de cada fragmento, e após o seu devido acondicionamento na reserva técnica, foi se fazendo o cadastro do acervo no banco de dados, através do preenchimento de formulários digitais com as informações geradas por meio desse processo de gestão.

A formulação do sistema documental do LEPA foi fundamental para a organização do seu acervo arqueológico, pois anteriormente à criação dessa ferramenta de gerenciamento, a instituição não contava com uma reserva técnica propriamente dita. Portanto, a implantação desse programa, além de permitir a construção desse espaço fundamental, garantiu tanto a

preservação física dos objetos quanto a de suas informações contextuais, bem como proporcionou uma melhoria no sistema de busca, já que permite a localização exata das coleções na reserva.

* * *

Analisando os impasses pelos quais passaram as diferentes instituições citadas, fica claro que as reservas técnicas devem ser planejadas como um dos principais locais do museu ou laboratório de pesquisa, que precisam ser consideradas prioritárias (BRAGA,1998). Estas não devem ser encaradas “como um depósito fechado, um lugar para guardar aquilo que não cabe em uma sala de exposição” (BRAGA, p.271, 1998).

Também é importante salientar que, segundo Afonso *et al* (1999), para estas dificuldades serem superadas, é necessário que os vestígios arqueológicos sejam organizados já no próprio campo, e que haja “o acompanhamento de todas as etapas do processo curatorial no museu e um compromisso maior, científico e ético, com o destino e o futuro dos materiais coletados” (AFONSO *et al*, 1999, p.232). E é neste contexto que se seguirá o próximo capítulo deste estudo, isto é, se mostrará o esforço do LEPAARQ/UFPel em elaborar e utilizar-se de metodologias para o gerenciamento da cultura material *in situ*, bem como no laboratório, onde encontra-se a sua reserva técnica.

Capítulo 3 – Intervenção Arqueológica e Procedimentos Metodológicos Utilizados na Gestão da Cultura Material Proveniente do Sítio Guarani PS-03 Totó

O tratamento de acervos arqueológicos prioriza tanto uma abordagem científica quanto os processos de comunicação, extroversão. Dentro da primeira abordagem seguem-se padrões da academia, com a publicação de teses e artigos, desenvolvimento de palestras, conferências, entre outros fins (BOTTALLO, 1998). Já os processos de extroversão promovem exposições museológicas, educação patrimonial, entre outras ações educativas (BOTTALLO, 1998).

Este tratamento, então, deve ser desenvolvido de forma minuciosa e, dentro do possível, padronizada, pois isso permite a melhor fruição das futuras pesquisas ligadas a esses acervos. Nessa perspectiva, neste capítulo se descreverá a metodologia de escavação aplicada ao sítio Guarani PS- 03 Totó durante a campanha de 2010, bem como o método utilizado para a gestão dos vestígios arqueológicos durante esta campanha. Será apresentado, assim, como o material arqueológico foi gerenciado desde a sua retirada do solo, até o seu acondicionamento no LEPAARQ/UFPel, evidenciando todas os procedimentos empregados nesse processo para que esses vestígios pudessem ser utilizados como fonte de pesquisa.

3.1. Intervenção arqueológica em superfície ampla (Campanha 2010)

A escavação arqueológica desenvolvida no sítio PS- 03 Totó teve início no dia 31 de março e terminou no dia 16 de Setembro de 2010. Durante esta intervenção foram exumados um total de 16836 itens arqueológicos: 5322 cerâmicos, 10036 arqueofaunísticos, 621 líticos, 252 antracológicos, 506 arqueobotânicos e 99 conchiliológicos. Foram também, conforme Alves (2010) coletadas diversas amostras para datação radiocarbônica, sendo que até o momento obteve-se, a partir de algumas dessas amostras, a data de 510 ± 40 A.P.

Foram quase 6 meses de trabalho, realizado com a colaboração tanto de profissionais, quanto de alunos vinculados a diferentes cursos e instituições²⁰. Isso permitiu a efetivação de um sítio escola interdisciplinar baseado na discussão de critérios de coleta, buscando sempre comparar e discutir metodologias que permitissem uma maior exatidão na documentação gerada em campo (ALVES, 210).

Esta intervenção foi coordenada por Aluísio Gomes Alves, em virtude do seu projeto de mestrado, já mencionado na introdução deste trabalho, e foi articulada de acordo com o método de múltiplos estágios (REDMAN, 1973). Segundo Alves (2010), a partir de Redman (1973), este método consiste em uma estratégia sistematizada para a investigação de campo e análise dos artefatos, por meio de quatro princípios gerais de condução e planejamento da pesquisa arqueológica, os quais são integrados por uma constante retro-alimentação.

Segundo Redman (1973), o planejamento da pesquisa de campo, os procedimentos analíticos e as perspectivas interpretativas devem refletir os objetivos do pesquisador, bem como sua concepção da natureza do dado arqueológico. Como forma de operacionalizar seus quatro princípios gerais, o autor recomenda o uso de um programa baseado em quatro estágios conexos e retro-alimentáveis: 1) Reconhecimento geral da região de estudo (em nosso trabalho foi realizado o reconhecimento das áreas próximas ao sítio – porém, há muito a se fazer!); 2) Prospecção de superfície da área de estudo (realizada durante duas etapas no ano de 2007); 3) Coleta sistemática de superfície (também realizada em etapas anteriores a nossa pesquisa); 4) Escavação, sondagens e trincheiras (realizadas em duas etapas no ano de 2007 e complementadas pela escavação em superfície ampla realizada no transcorrer do ano de 2010) (ALVES, 2010, p.59-60).

A técnica de escavação utilizada durante esta intervenção caracteriza-se pelo método de decapagem ou escavação em superfície ampla, a qual representa a interferência horizontal das camadas e perfis do solo, evidenciados verticalmente pelas trincheiras, sondagens e poços teste (PALLESTRINI; MORAIS, 1980). Através disso, tem-se por objetivo o registro tridimensional dos vestígios escavados, tendo como finalidade o entendimento da contemporaneidade, funcionalidade e cronologia dos eventos presentes no registro arqueológico (ALVES, 2010).

²⁰ Os pesquisadores que participaram da escavação possuíam vínculo com os seguintes cursos/instituições: Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Móveis (UFPel), Bacharelado em Antropologia/Arqueologia (UFPel), Bacharelado em Museologia (UFPel), Bacharelado e Licenciatura Plena em História (UFPel), Licenciatura Plena em Geografia (UFPel), Bacharelado em Arqueologia (FURG), pesquisadores pertencentes ao grupo de Conservação Arqueológica do Programa de Arqueologia Subaquática (PAS) da Universidad de La República Oriental del Uruguay (UDELAR), Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel) (ALVES, 2010).

A escavação teve início a partir da abertura de uma sondagem de 50 cm (denominada posteriormente como quadrícula 14.14) (figura 13), localizada próxima às margens do Arroio Totó, um contexto que já havia sido interpretado como área de deposição de vestígios arqueológicos. A partir dessa sondagem, foram abertas as primeiras quadrículas (figura 14), “utilizando como limites da escavação a estrada que corta o sítio ao meio (oeste), as áreas de mata (a norte e sul) e a área escavada na campanha de 2007” (leste) (ALVES, 2010, p.65).



Figura 13: Sondagem inicial.



Figura 14: Sondagem inicial e as primeiras quadrículas abertas em seu entorno.

A intervenção no sítio desenvolveu-se em uma superfície ampla (figura 15), com 72m², dividida em 72 quadrículas de 1m². No entanto, em um determinado momento da escavação ocorreu um fato que impulsionou a demarcação de mais 12 quadrículas a alguns metros do sítio trabalhado. De tempos em tempos passa um trator na estrada de chão (a qual corta o sítio PS-03) com o intuito de nivelá-la para melhoria do tráfego de automóveis na região. Isso ocorrido, foi evidenciado material arqueológico nesse local (a Oeste do Sítio PS-03), impulsionando, assim, a coordenação de campo a demarcar quadrículas onde esse material tinha aflorado (anexo 02). Porém, não houve escavação nesse local, foi feito apenas o registro das quadrículas, bem como foi feita uma coleta superficial dos fragmentos que ali se encontravam (anexo 03). Dessa forma se ampliou o total de quadrículas de 72 para 84.



Figura 15: Área escavada em superfície ampla.

A decapagem do solo, segundo Alves (2010), das primeiras 72 quadrículas abertas, foi feita de forma horizontal, onde os contextos foram sendo evidenciados e registrados no decorrer dos processos de escavação.

3.1.1. Gerenciamento dos vestígios culturais, e de suas informações, durante a escavação

Através da arqueologia pode-se entender a dinâmica social por meio da cultura material, pois esta:

(...) está sempre presente na vida humana. Nascemos, crescemos e morremos interagindo com as mais diversas materialidades, criadas dentro de diferentes propósitos: são as estruturas, objetos e modificações que compõem os nossos espaços de lazer, trabalho, moradia, entre inúmeras outras possibilidades. A cultura material é tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo ser humano, ou seja, tudo aquilo que faz parte do cotidiano da humanidade (...) (FUNARI; CARVALHO, 2009, p. 2).

Além dos vestígios culturais, o registro arqueológico²¹, referente às escavações, também é importante para o entendimento das relações sociais estudadas pela arqueologia. Nesse sentido, o registro acurado e o gerenciamento das informações geradas a partir das escavações são essenciais. A finalidade da intervenção arqueológica é evidenciar a cultura material e os contextos onde ela se encontra, e para isso acontecer é necessário o registro detalhado dos procedimentos de escavação e dos contextos onde os materiais foram encontrados, sendo essa uma das etapas cruciais para posterior análise dos vestígios arqueológicos (KIPNIS, 2003).

Segundo Braga (2001), os objetos arqueológicos são bens culturais que trazem um potencial imenso de informações, e a partir do momento em que eles são coletados em campo, ou retirados de seus contextos, uma vasta documentação começa a ser formada. O próprio sítio é um objeto arqueológico, as relações espaciais entre os objetos no sítio também (FROEHLICH, 1994). Daí a importância da documentação referente à intervenção arqueológica (que é sempre um processo destrutivo), bem como da preservação dos dados e da integridade dos vestígios (BRAGA, 2001).

Dessa forma, durante esta campanha arqueológica, foram utilizados como métodos de gestão da cultura material registros fotográficos de diferentes contextos, desenhos de croquis de áreas de atividade, gerenciamento das informações através da aplicação de um protocolo de registro e coleta dos materiais, coletas diferenciadas de materiais para datações absolutas e análises de sedimentos, bem como foram feitos ainda *in situ* procedimentos voltados à conservação dos achados (Alves, 2010).

A partir de Kipnis (2003) e Schell-ybert *et al* (2005/2006), a coordenação de campo elaborou um protocolo de coleta e registro de materiais para a melhor administração das informações geradas através do trabalho arqueológico.

Este protocolo é composto por cinco fichas descritivas, as quais possibilitam a preservação de informações, consideradas aqui importantes para o registro arqueológico. A primeira das fichas, que integram o protocolo de escavação, é responsável pelo controle de quadrícula, onde são registradas informações gerais sobre determinada quadra, tais como:

²¹ Refere-se neste ponto ao conjunto de informações geradas com o trabalho arqueológico.

nome do responsável pela escavação da quadrícula, o número da quadra, o nível do solo que está sendo escavado, as medidas iniciais e finais da quadra. Essa ficha também possui um espaço onde se tem a possibilidade de desenhar as diferentes tipologias de materiais encontrados no contexto arqueológico (anexo 04).

A segunda ficha possibilita o registro espacial das peças. Nela é possível informar o seguinte: o número das peças²², suas coordenadas, orientações, inclinações, ou ainda se a peça recebeu tratamento de conservação *in situ*, (anexo 05). Na terceira ficha do protocolo, pode-se registrar o volume escavado de cada nível do solo que sofreu intervenção (anexo 06). A quarta ficha possibilita o registro de informações específicas a respeito das camadas do solo escavadas, dos materiais encontrados, das amostras coletadas para futura análise, entre outras (anexo 07). E a última ficha é um formulário de descrição de fotografia, no qual se tem a possibilidade de preencher informações acerca das fotos que foram tiradas ao longo da escavação (anexo 08).

A partir dessa ferramenta de gerenciamento, os vestígios escavados foram plotados²³ individualmente (figura 16), segundo suas coordenadas.



Figura 16: Plotagem do material arqueológico.

²² Durante a escavação, cada peça, ou concentração de peças, recebeu uma numeração de acordo com a sua retirada do solo. Essa numeração não foi acrescentada à peça posteriormente com o inventário, ela serviu apenas para controle de retirada das peças das quadrículas.

²³ O termo “plotar” é utilizado quando se faz o registro exato das coordenadas do material dentro do contexto arqueológico. Nem todos os materiais são plotados durante as escavações arqueológicas, isso depende dos objetivos e do tempo disponível.

Foram também registradas as orientações dos materiais, em relação aos pontos cardiais, bem como a inclinação em que os materiais estavam no solo no momento da intervenção. Isso, utilizando-se sempre desse protocolo para registrar essas informações (figura 17), visto que o principal objetivo de sua criação foi exclusivamente a elaboração de uma documentação institucional detalhada, com informações padronizadas para realização de análises posteriores (ALVES, 2010).

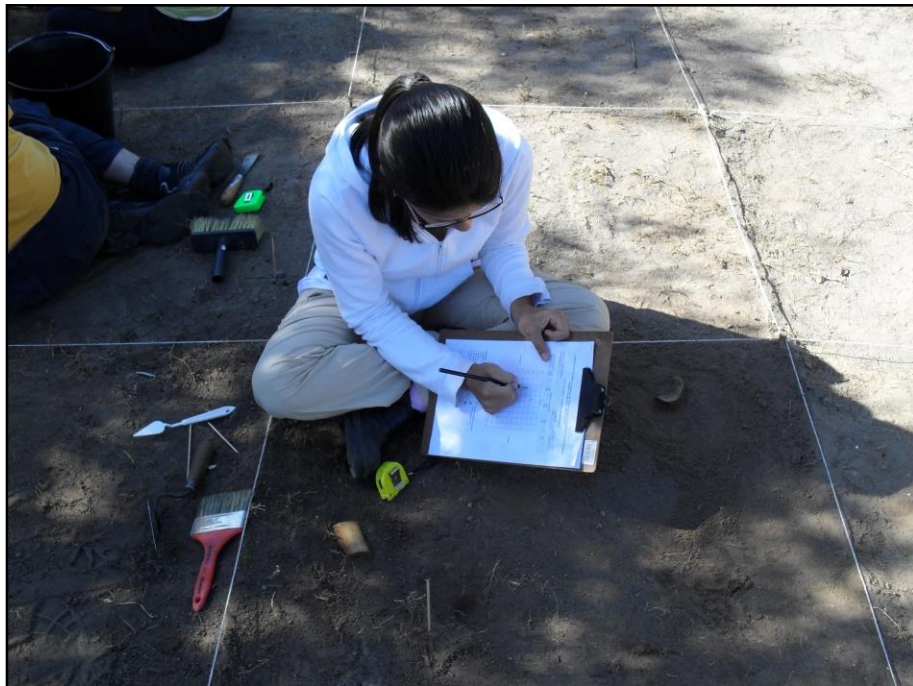


Figura 17: Utilização do protocolo para o registro de informações.

Os materiais plotados receberam etiquetas individuais com informações contextuais, isto é, em relação ao sítio, à quadrícula, ao número de peça, ao nível do solo em que se encontrava, às coordenadas, à orientação e inclinação, assim como à data da coleta, nome do responsável pela coleta, e se foram aplicadas técnicas de conservação arqueológica *in situ* aos materiais (anexo 09). Porém, nem todo material arqueológico foi plotado, uma vez que, com o processo de retirada de sedimento das quadrículas, alguns vestígios passavam despercebidos. No entanto, todo sedimento que foi retirado do contexto arqueológico foi peneirado em uma malha de 2mm para que não ocorresse o perigo de perda de material.

A maioria dos materiais retirados das peneiras foi separada por tipologia²⁴ e acondicionada juntamente com uma etiqueta relatando informações específicas. As mesmas etiquetas utilizadas para identificar os materiais plotados.

No decorrer do processo de escavação, os sedimentos retirados das quadrículas (figura 18) foram depositados em baldes de 12 litros, “onde as respectivas litragens escavadas por nível/camada, feição ou estrutura foram devidamente anotadas para efeitos de cálculos de volume escavado e densidade de materiais por quadrícula” (ALVES, 2010, p. 70).



Figura 18: Retirada de sedimento das quadrículas.

Partindo do princípio de que o sedimento pode ser um material potencialmente informativo, além de peneirar o mesmo, utilizou-se outra técnica para evitar a possível perda de material durante a escavação, ou seja, coletou-se, de forma amostral, 6 litros de sedimento não peneirado (figura 19), escavado de forma dispersa na quadrícula, para a realização de flotação²⁵ (ALVES, 2010) (conforme demonstra a figura 20).

Segundo Schell- Ybert *et al* (2005/2006), flotação consiste em um:

(...) método ideal para recuperação dos restos vegetais, pois implica em menor esforço e maior eficiência, além de ser o menos agressivo para o material. A flotação permite a recuperação de material botânico de todas as classes de tamanho preservadas no sedimento, tornando viável a realização de análises quantitativas. Os

²⁴ Os materiais que não foram separados por tipologia em campo, posteriormente foram separados em laboratório.

²⁵ Para a realização da flotação foi fabricada uma “célula de flotação” conforme um modelo (anexo 10) e um protocolo (anexo 11) apresentados por Schell-Ybert *et al.* (2005/2006) .

fragmentos de carvão e outros restos vegetais sendo de pequenas dimensões e muito leves, sua capacidade de flutuação pode ser aproveitada para separá-los do material mais pesado (restos faunísticos, cerâmica etc.). Esta técnica é baseada na diferença de densidade dos resíduos orgânicos e inorgânicos. Fragmentos carbonizados de madeira, sementes ou tubérculos em geral flutuam, enquanto restos de moluscos, ossos, líticos e cerâmica, são depositados na peneira (SCHELL- YBERT *et al*, 2005/2006, p.155).



Figura 19: Coleta de amostra para a realização de flotação.

18.15	17.15	16.15	15.15	14.15	13.15	12.15	11.15	10.15	09.15	08.15	07.15
18.14	17.14	16.14	15.14	14.14	13.14	12.14	11.14	10.14	09.14	08.14	07.14
18.13	17.13	16.13	15.13	14.13	13.13	12.13	11.13	10.13	09.13	08.13	07.13
18.12	17.12	16.12	15.12	14.12	13.12	12.12	11.12	10.12	09.12	08.12	07.12
18.11	17.11	16.11	15.11	14.11	13.11	12.11	11.11	10.11	09.11	08.11	07.11
18.10	17.10	16.10	15.10	14.10	13.10	12.10	11.10	10.10	09.10	08.10	07.10

Figura 20: Em destaque as quadrículas aonde foram coletadas as amostras para a realização de flotação.

Fonte: Alves (2010).

Amostras de sedimentos para futuras análises químicas também foram coletadas. Assim como foram feitas algumas coletas botânicas da vegetação encontrada na superfície do sítio (figura 21) pela bióloga Msc. Marene Marcchi para a futura comparação entre o contexto atual e o arqueológico.



Figura 21: Coleta de amostras da vegetação encontrada na superfície do sítio.

Em relação aos processos de conservação arqueológica *in situ*, pode-se dizer que, como afirma Lorêdo (1994), mesmo que o principal objetivo do arqueólogo no exercício de sua pesquisa de campo não seja o da conservação, ao se exporem os materiais a condições diferentes, perturba-se o equilíbrio estabelecido entre estes e o contexto onde se encontravam, acelerando-se, assim, o processo de deterioração do material.

A partir disso, foram realizadas, pela coordenação de campo, juntamente com outros pesquisadores que participaram dessa escavação, discussões e levantamentos bibliográficos sobre o assunto. Buscou-se assim, caracterizar informações referentes às fragilidades e especificidades dos diferentes vestígios arqueológicos, das condições do terreno e a influência das variações ambientais, das metodologias de estabilização e consolidação dos artefatos, bem como questões ligadas ao armazenamento, transporte e acondicionamento dos mesmos (ALVES, 2010).

As atividades de conservação arqueológica desenvolvidas no sítio PS-03 Totó contaram com o auxílio de alguns acadêmicos do Curso de Bacharelado em Conservação de Bens Móveis, por meio da disciplina intitulada *Conservação de Materiais Arqueológicos: Prática de Campo*, ministrada pelo Prof. Dr. Jaime Mujica Sallés. Através dessa disciplina, pretendeu-se avaliar os processos de degradação que os materiais arqueológicos sofrem

quando exumados do solo, e, a partir daí, sugerir a incorporação de técnicas específicas²⁶ aos procedimentos de escavação para minimizar esses processos.

Nesse sentido, conforme Alves (2010), poucos materiais passaram pelo processo de limpeza a seco, com pinceis, em campo, procurando-se assim, manter as potenciais informações contidas nos sedimentos associados aos objetos. A partir dessa decisão, buscou-se minimizar a mudança brusca de estado físico, mantendo a umidade da peça por um período mais prolongado, tendo o cuidado para que essa fosse eliminada vagarosamente por orifícios presentes nas embalagens onde estavam armazenados, como forma de evitar proliferações de fungos, bactérias, entre outros (ALVES, 2010).

A intervenção através da consolidação de materiais em campo (figura 22) foi mínima, ocorrendo apenas para garantir a estabilidade dos vestígios quando as suas condições físicas encontravam-se muito fragilizadas (fragmentos cerâmicos trincados, materiais ósseos extremamente fragilizados).

A partir da revisão bibliográfica, discussão coletiva e alguns testes em materiais recentes, a equipe optou em realizar uma mínima intervenção nos vestígios coletados, onde a aplicação dos consolidantes seguiu critérios que obedeceram as características tipológicas, de fragilidade e umidade dos fragmentos, exceção em contextos onde foram efetuadas coletas para a realização de datação por radiocarbono e/ou sedimento, por não termos claro as possíveis contaminações desses produtos nas amostras (ALVES, 2010, p.68).

Em termos de acondicionamento, após terem todas as devidas informações registradas no protocolo de coleta, os materiais escavados foram acondicionados em embalagens plásticas com pequenos orifícios para que se evitasse a criação de um microclima no seu interior com proliferações de fungos, bactérias, entre outros. Dentro dessas embalagens plásticas, juntamente com o material arqueológico, foram adicionadas etiquetas²⁷ com dados do sítio e do contexto arqueológico de onde os materiais foram retirados (como já foi mencionado anteriormente ao se referir aos materiais plotados) (figura 23).

Após esse processo, os materiais embalados foram agrupados e colocados em outras embalagens com identificação das quadrículas e dos níveis de onde esses vestígios foram retirados (figura 24). A separação do material foi feita já em campo, facilitando assim o processamento posterior do material em laboratório.

²⁶ No decorrer da disciplina, ministrada pelo Prof. Dr. Jaime Mujica Sallés, foi aplicado um protocolo de conservação arqueológica aos materiais que passaram por algum tipo de técnica de conservação (anexo 12).

²⁷ As etiquetas com as informações dos materiais, antes de serem acondicionadas nas embalagens plásticas com os vestígios, foram também colocadas em sacos plásticos para evitar a perda de informações ao entrarem em contato com o material úmido.

A documentação arqueológica foi separada da mesma forma, os protocolos de coleta também foram agrupados por número de quadrícula (figura 25).



Figura 22: Consolidação de material (concentração de ossos fragilizados) *in situ* (a partir da substância primal 10%/água destilada), sua retirada do solo e acondicionamento.

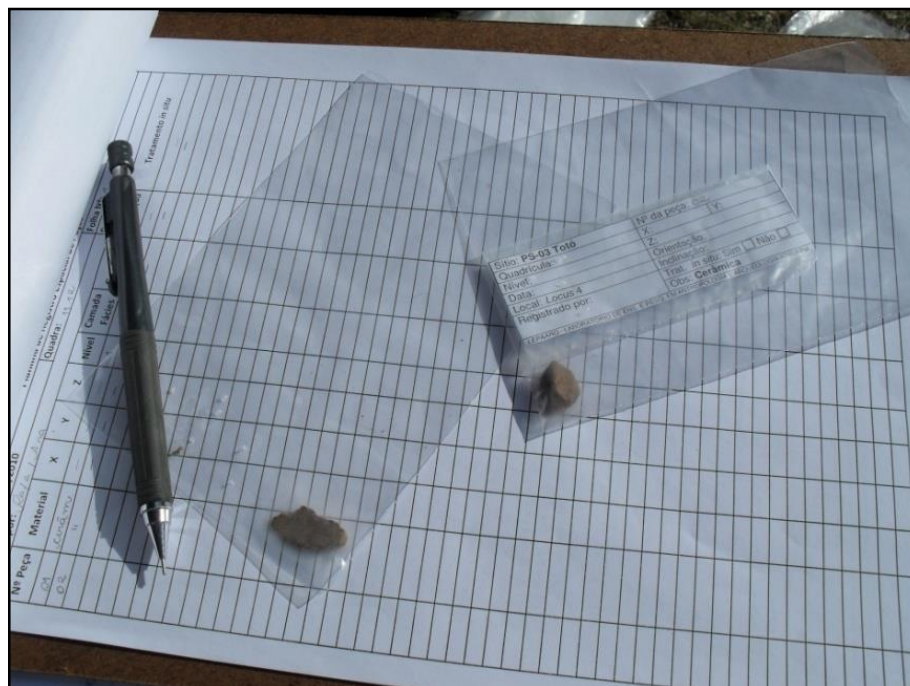


Figura 23: Materiais arqueológicos sendo acondicionados em embalagens plásticas juntamente com etiquetas informativas.



Figura 24: Materiais arqueológicos agrupados de acordo com as suas quadrículas e níveis de origem.



Figura 25: Protocolos de coleta agrupados de acordo com as quadrículas escavadas.

3.2. Gerenciamento dos vestígios culturais, e de suas informações, em laboratório

A conservação científica aponta como uma das responsabilidades fundamentais de uma instituição, esta revela a técnica pela qual a preservação do patrimônio cultural pode ser alcançada (WARD, 1986).

A cultura material, em uma reserva técnica, é um documento em potência e, para que se transmute em fonte de informação e se torne musealizada, é necessário que a mesma seja processada, sistematizada, investigada (RAMOS, 2010) e comunicada (através da publicação, extroversão das pesquisas relacionadas aos objetos).

O processamento do material em campo já foi descrito anteriormente, então, a partir deste tópico, pretende-se evidenciar como o material e a documentação arqueológica proveniente do sítio PS- 03 Totó foram administrados no laboratório.

3.2.1. Políticas de preservação utilizadas no LEPAARQ/UFPel

A documentação arqueológica e museológica são fundamentais²⁸ para a preservação de acervos arqueológicos, são peças chave dentro das políticas de preservação, porém:

(...) diferentemente de outras áreas correlatas tais como a biblioteconomia e a arquivologia, não há sistemas padronizados de caráter internacional que permitam que as linguagens documentárias para gestão de acervos museológicos seja uniformes. (...) o que existe são *procedimentos normatizados* por meio de tipos documentais distintos tais como fichas catalográficas, livros de tombo e inventários. (...) os conteúdos de tais documentos de controle são múltiplos e modificados em função das necessidades de cada coleção em particular (BOTTALLO, 1998, p. 257/258).

Dessa forma:

A documentação (...) deve permitir que a aproximação dos objetos aconteça de tal forma que o sistema de catalogação e gerenciamento, possa reconhecer sua heterogeneidade e distinção, de modo que tais diferenças sejam ressaltadas por procedimentos que têm suas características e potencial equiparados face à missão institucional (BOTTALLO, 1998, p.260).

A instituição LEPAARQ/UFPel, assim como todas as instituições arqueológicas, possui políticas de preservação direcionadas ao acervo arqueológico e suas informações contextuais. A seguir, a partir de Ramos (2010), será feita uma breve descrição de como estas se desenvolvem nessa instituição.

Essas políticas começam já a partir da identificação dos sítios e da constituição da nomenclatura destes. Essa nomenclatura é composta por duas partes, uma parte relativa aos principais limites geográficos circundantes aos sítios (neste caso os recursos hídricos) e outra mais convencional (a forma como a localidade do sítio é conhecida ou se dá a reconhecer) (RAMOS, 2010). O sítio PS-03 Totó, por exemplo, possui este nome porque está situado

²⁸ Os conceitos de documentação arqueológica e museológica serão explorados no capítulo seguinte.

próximo à Laguna dos Patos e ao Arroio Sujo, no local conhecido como praia do Totó, bem como foi o terceiro sítio da região a ser registrado.

Quando um sítio arqueológico é identificado e podendo vir a sofrer algum tipo de intervenção, ele é registrado em um livro tombo de registro de sítios e doações. Nesse livro são registradas algumas informações referentes ao sítio a ser trabalhado, como o nome do sítio, código, local, município, tipo de sítio (histórico ou pré-histórico), data da campanha, bem como observações. São registradas nesse livro também as doações que são realizadas ao laboratório, mediante a assinatura de um termo de doação.

Assim que o material arqueológico chega ao laboratório após o trabalho de campo, ou quando uma doação é realizada, imediatamente é atribuído um número de catálogo para esse material em outro livro tombo, o livro de catálogo. Neste livro as informações contidas são basicamente as mesmas do livro de registro de sítios e doações, porém com uma informação a mais, o número de catálogo.

O número de catálogo serve como um número de identificação para cada coleção, as quais são compostas tanto pelos materiais recuperados nos sítios quanto pelas doações feitas ao laboratório. Esse número é estipulado pela ordem dos sítios trabalhados e doações realizadas. Cada sítio e cada doação possuem um número de catálogo correspondente, contudo, pode haver a possibilidade de um único sítio conter mais de um número de catálogo, pois o número é estipulado pela campanha (data) da intervenção arqueológica.

O inventário das peças também é uma forma de preservação, uma vez que, essa metodologia contribui para conservar as informações contextuais do material. Esse procedimento é empregado por variadas instituições, sejam instituições arqueológicas, museus ou arquivos em geral. Qualquer instituição que possuir uma reserva técnica utiliza-se da constituição de inventários.

No LEPAARQ/UFPel, o inventário dos vestígios arqueológicos é composto por uma junção de três números de identificação distintos (anexo 13). Esses números são inscritos nas próprias peças e correspondem às informações contextuais dos objetos, isto é, o número de catálogo, o número correspondente à área de escavação onde o material foi encontrado e por fim o número da peça em si (dentro de determinado catálogo).

De forma geral, a gestão do acervo é processada da seguinte maneira: após serem feitos os devidos registros de procedência do material, este passa pelo processo de higienização, inventário, acondicionamento e registro das informações, geradas no decorrer dessas atividades, em um banco de dados adaptado à informática. O procedimento de gestão

desenvolve-se a partir de fichas descritivas denominadas *ficha de registro de inventário*²⁹ (anexo 14), nas quais são informados dados específicos dos objetos, bem como a futura localização destes na reserva técnica (anexo 15)³⁰.

Ter a localização exata dos materiais arqueológicos na reserva é de extrema importância. Como afirma Bacellar (2006), a surpresa de solicitar uma caixa e se dar conta de que o conteúdo não condiz com a identificação do rótulo e do instrumento de pesquisa costuma ser comum. Portanto, quando o pesquisador tem disponível a localização certa dos componentes do acervo a pesquisa é menos desgastante, e ao mesmo tempo, o material está sendo preservado, pois assim não haverá a necessidade de procurar o material vasculhando a reserva técnica e manuseando os objetos à procura da sua fonte de pesquisa (RAMOS, 2010).

A partir do ano de 2010, no momento que o laboratório salvaguardou o material arqueológico proveniente da Enfermaria Militar, localizada na cidade de Jaguarão (RS), se pensou em incorporar alguns aspectos da metodologia de gestão utilizada nesse material nas políticas de curadoria do LEPAARQ.

O Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar de Jaguarão – RS foi desenvolvido pelo Instituto de Memória e Patrimônio (IMP)³¹, bem como a gestão dos vestígios arqueológicos vinculados a esse sítio. As técnicas de curadoria desse material foram sugeridas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir do modelo empregado pela empresa Zanettini Arqueologia no gerenciamento do acervo associado aos sítios arqueológicos de São João Batista, São Nicolau, São Lourenço Mártir e São Miguel Arcanjo (ZANETTINI, 2008).

Após compartilhar destas informações, e de uma análise detalhada da metodologia sugerida pelo IPHAN ao IMP, pensou-se em adaptar e padronizar alguns desses procedimentos, atualizando, assim, as técnicas de gestão do LEPAARQ/UFPel. Foram feitas duas atualizações no sistema do laboratório, a primeira mudança realizada na organização do acervo foi em relação à guarda do material. Desde a criação do laboratório (em 2001) até o momento em que se optou por essas mudanças (em 2010), o material arqueológico foi acondicionado de acordo com a sua procedência, dentro de determinada coleção, e não por sua tipologia, dessa forma, algumas tipologias de materiais acabavam sendo guardadas juntas.

²⁹ Basicamente utiliza-se apenas um tipo de ficha de registro de inventário, porém esta é passível de adaptações dependendo do material que está sendo trabalhado, e de sua procedência.

³⁰ Mais detalhes sobre políticas de preservação do LEPAARQ em Ramos (2010).

³¹ Este projeto teve financiamento do Programa Brasil Patrimônio Cultural, conforme contrato 001/2010, processo nº 01512.003063/2009-57, decorrente da Tomada de Preços nº 002/2010, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autorizadas pela Portaria nº 27 (PEIXOTO, 2012).

Agora estes são guardados conforme procedência e tipologia, evitando ao máximo misturar diferentes tipos de objetos dentro de uma mesma caixa.

A segunda metodologia empregada pelo laboratório foi o sistema de lotes, isto é, o lote corresponde o local (a quadrícula e o nível do solo) onde o vestígio foi encontrado. São, então, adotados números de lote para cada conjunto de peças com a mesma proveniência e nível. Ou seja, cada nível de cada quadrícula é numerado a partir de 01 em sequência, dentro de cada sítio. Porém, esse número não é adicionado à peça, ele é relatado na documentação arqueológica, e também adicionado a uma etiqueta específica (anexo 16) a qual é acondicionada com o material na hora da sua guarda e transferência para a reserva técnica. Isso permite que se tenha informações mais precisas sobre a localização dos itens arqueológicos no sítio.

Após estas atualizações, o acervo arqueológico salvaguardado no laboratório, começou a ser reorganizado conforme as novas metodologias de sistema de lotes e acondicionamento de acordo com a tipologia do material. Atualmente a reserva técnica ainda se encontra em processo de reorganização, visto que, esse procedimento requer muito trabalho e dedicação, bem como são poucas as pessoas envolvidas nesse trabalho.

3.2.2. Processos de curadoria aplicados ao material oriundo do sítio PS-03 Totó

Os processos de organização, higienização, inventário, e sistematização dos dados³² do material arqueológico, desenvolveram-se na estrutura física do LEPAARQ/UFPel no decorrer dos anos de 2011, 2012 e 2013.

Acadêmicos do curso de Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Móveis participaram dessas atividades através da disciplina intitulada *Conservação de Materiais Arqueológicos – Prática de Laboratório*, novamente sob orientação do Prof. Dr. Jaime Mujica Sallés. No decorrer desta disciplina, foram realizados debates sobre diferentes procedimentos para auxiliar na preservação de informações que poderiam ser perdidas pela utilização dos métodos tradicionais de limpeza através de água corrente, bem como sobre a determinação de quais os melhores produtos a serem aplicados para efetuar a numeração das peças (inventário), e as condições de armazenamento do material (ALVES, 2010).

Ao chegar ao laboratório, os materiais arqueológicos foram acondicionados em caixas de arquivo provisórias (figura 26), e, antes de começar a limpeza destes, os protocolos de coleta (utilizados na escavação para registro de informações) foram digitalizados. Isso facilitaria

³² O processo de sistematização das informações dos materiais ainda não está finalizado, como será explicado mais adiante.

depois a inclusão de novos dados gerados a partir da numeração das peças e de outras atividades desenvolvidas no decorrer do processamento destas em laboratório.

Os procedimentos de gestão foram desenvolvidos de forma concomitante, pois havia uma quantidade considerável de pessoas envolvidas nesse processo, o qual fruiu de forma tranquila por consequência do material ter chagado ao laboratório já separado, de acordo com a sua localização no contexto arqueológico.

O primeiro passo, após os protocolos de campo serem digitalizados, consistiu em separar os materiais plotados de acordo com a sua tipologia, dentro dos níveis de escavação (figura 27), e na sequência triar³³ o material peneirado da mesma forma (figura 28).



Figura 26: Acondicionamento do material em caixas provisórias.

A ordem de limpeza e inventário das peças ocorreu de acordo com a abundância em que foram encontradas: as tipologias com maior número de elementos foram as primeiras a serem limpas e numeradas, e assim sucessivamente. A sequência se deu da seguinte forma: 1º Materiais cerâmicos; 2º Materiais arqueofaunísticos; 3º Materiais líticos; 4º Materiais arqueobotânicos; 5º Materiais conquiliológicos; 6º Outros.

A higienização e a numeração dos materiais obedeceram à ordem crescente de numeração das quadrículas, ou seja, esses processos começaram a partir da quadra 7.10 e

³³ O processo de triar os materiais consiste em separá-los e agrupá-los de acordo com a sua tipologia.

terminaram na 22.24, perfazendo um total de 84 quadras. A grande maioria desses vestígios foi limpa por água corrente (figuras 29 e 30).



Figura 27: Materiais separados de acordo com a sua tipologia.



Figura 28: Triagem do material oriundo das peneiras de acordo com a sua tipologia.

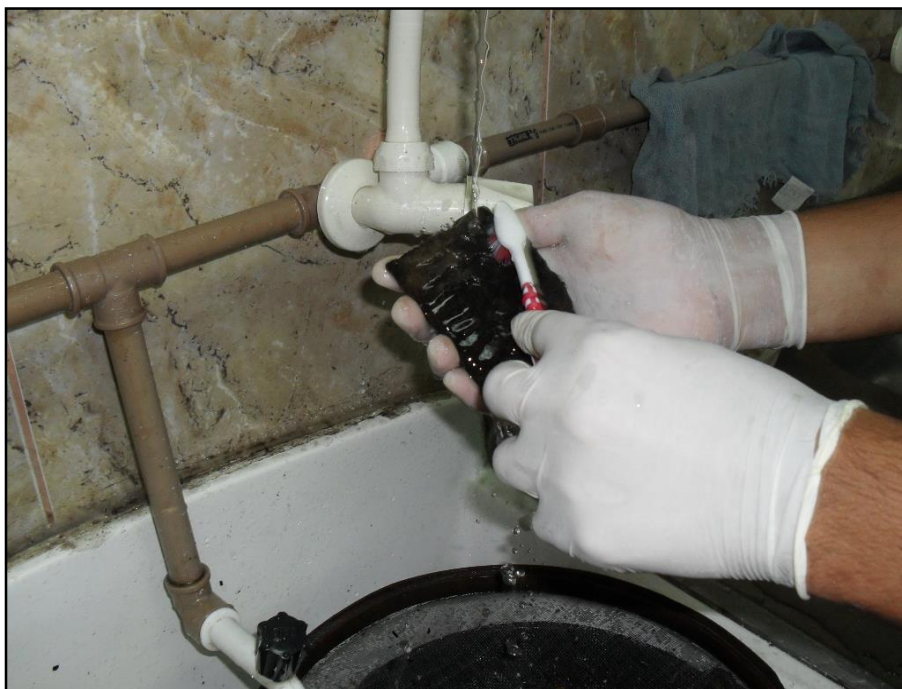


Figura 29: Higienização de um fragmento de cerâmica Guarani.



Figura 30: Higienização de variadas tipologias de fragmentos.

Alguns objetos não passaram direto pelo processo de higienização com água, e sim, primeiro, pela limpeza mecânica a seco com escovas de dente e pincéis. Isso ocorreu com alguns materiais que estavam com sedimentos e concentrações de outros vestígios incrustados em sua superfície. Optou-se, então, por retirar esses sedimentos dos materiais e guardá-los para a possibilidade de uma futura análise dos componentes ali encontrados (figura 31).



Figura 31: Fragmento de cerâmica Guarani com sedimento incrustado em sua superfície, passando pelo processo de limpeza mecânica a seco e com água corrente, bem como a guarda de sedimento para futura análise química.

Outros materiais (poucos fragmentos) não passaram por nenhum tipo de limpeza. Alguns fragmentos de borda de cerâmica foram mantidos, da mesma forma que chegaram do campo, para que no futuro pudessem ser enviadas para análise de lípidios em suas paredes.

Para a secagem dos materiais, foram utilizadas peneiras, onde estes foram agrupados, juntamente com etiquetas contendo informações de procedência (figura 32). Quando os vestígios encontravam-se secos iniciava-se o procedimento de numeração das peças, isto é, a inserção do inventário.

Antes dessa etapa, as peças (já higienizadas) foram separadas de acordo com as suas tipologias e nível de escavação dentro de determinada quadrícula (figura 33).

A numeração dos materiais prosseguiu de forma tripartida de acordo com a metodologia padrão desenvolvida no LEPAARQ. Cada peça recebeu três números de identificação, ou seja, o número do catálogo do sítio (97), o número correspondente à quadrícula de onde o vestígio foi exumado³⁴, e o número da peça em si dentro de determinada quadrícula (figuras 34 e 35).

³⁴ Antes de inventariar o material foi feita uma ficha de correspondência para as quadrículas, isto é, foi atribuído um número para cada uma delas com o intuito de acrescentá-los às peças posteriormente (anexo 17).



Figura 32: Materiais arqueológicos secando nas peneiras.



Figura 33: Materiais sendo separados para a numeração.

Utilizou-se para a aplicação dos números nos materiais uma camada de esmalte incolor em um local que não pudesse prejudicar a análise posterior da peça. Assim que o esmalte secava, eram aplicados os números com caneta nanquim preta ou branca, dependendo da coloração do material. Todavia, alguns objetos não tiveram os números inscritos em sua

superfície. Foi o caso de materiais muito pequenos ou com formas que impossibilitassem essa ação. Nesse caso, o número de inventário foi escrito na etiqueta que posteriormente seria adicionada ao vestígio na hora da sua guarda (figura 36).



Figura 34: Materiais sendo inventariados.



Figura 35: Em destaque a numeração tripartida inscrita na peça.

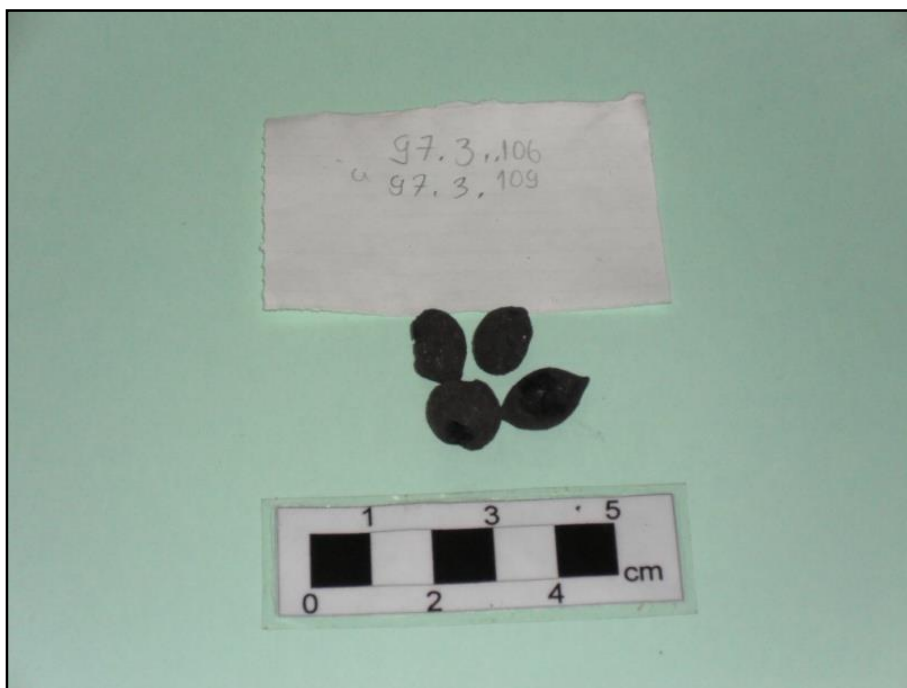


Figura 36: Número de inventário identificado na etiqueta em vez de ser adicionado no material (materiais arqueobotânicos carbonizados).

O inventário dos vestígios arqueológicos oriundos do sítio PS- 03 Totó se difere da forma padrão do LEPAARQ apenas em um ponto. Ao invés de todo material do sítio ser numerado de forma corrida, a numeração ocorreu de forma corrida apenas dentro de cada quadrícula.

Quando o inventário das peças de uma determinada quadrícula terminava o terceiro segmento de numeração do inventário era fechado, a partir da próxima quadrícula começava uma numeração nova. Por exemplo, o último número de inventário dos vestígios da quadrícula 7.10 (primeira a ter os materiais trabalhados) é 97.1. 1813, sendo assim, o primeiro número de inventário da quadrícula 7.11 (próxima quadrícula a ser trabalhada) seria 97.2.001. Optou-se por essa técnica, para facilitar a futura separação dos materiais para a análise, bem como para impedir a adição de uma numeração muito grande (muitos dígitos numéricos) nas peças.

Juntamente com o processo de limpeza e numeração dos vestígios, foi também feito o registro do inventário, ou de qualquer outra informação pertinente, nos protocolos de campo digitalizados (figura 37).

Após o inventário, o material foi guardado (de acordo com a sua tipologia e sequência de inventário) em sacos plásticos, juntamente com etiquetas contendo as informações de campo (figura 38). Em seguida, este foi acondicionado em novas caixas de arquivo e transferido para a área de análise (figura 39).



Figura 37: Processos de limpeza, inventário e sistematização de dados realizados de forma conjunta.



Figura 38: Material acondicionado de acordo com a sua tipologia e sequência de inventário.

Uma vez o material inventariado e numerado, este passou pela etapa de análise³⁵ (figura 40), e depois foi acondicionado de forma definitiva na reserva técnica. A etapa posterior a isso seria a sistematização das informações do sítio, da intervenção arqueológica, e também do

³⁵ Esta análise foi feita pelo arqueólogo Aluísio Gomes Alves em virtude de sua pesquisa de mestrado defendida no ano de 2012.

material resgatado com esse trabalho, no banco de dados digital desenvolvido para a gestão das informações ligadas ao acervo arqueológico salvaguardado no LEPAARQ. Porém, após 5 anos da criação dessa ferramenta e da incorporação dos novos métodos de gerenciamento, já mencionados anteriormente, foram interrompidas as atividades de inclusão de dados no *software*. Isso porque, como foram modificadas algumas técnicas de organização do acervo arqueológico, foi preciso atualizar também o banco de dados para que este pudesse ser adaptado à nova realidade de gestão do laboratório. Sendo assim, a empresa que construiu esse programa reuniu-se com a equipe responsável pela administração do acervo dessa instituição para iniciar essa adaptação.

Essa ação será um pouco demorada, em vista de que a equipe técnica da empresa de consultoria, juntamente com a equipe técnica do LEPAARQ precisam de constantes reuniões e de análises detalhadas de como essas atualizações serão desenvolvidas para que não se prejudiquem, ou se percam os dados que já estão armazenados neste programa. Portanto, somente após esse trabalho ser terminado é que se poderão registrar e sistematizar os dados referentes à documentação do Sítio PS-03 Totó nesse programa.



Figura 39: Material acondicionado em caixas de arquivo na área de análise do laboratório.



Figura 40: Exemplos de como os materiais foram dispostos para análise: Na parte superior da figura, à esquerda, fauna; à direita, materiais cerâmicos. Na parte inferior, à esquerda, material lítico; à direita, também material lítico separado para registro fotográfico.

Após a análise do material (antes deste ser transferido de forma definitiva para a reserva técnica), as peças foram reorganizadas de acordo com as suas respectivas quadrículas (figura 41), uma vez que, com o manuseio durante o processo de análise dos vestígios, materiais de diferentes quadrículas acabaram sendo misturados. Conforme o material foi sendo reorganizado de acordo com o contexto arqueológico, ao mesmo tempo foi conferido o protocolo digitalizado, o qual contém o inventário dos vestígios (figura 42).

Neste processo, as peças foram loteadas³⁶ de acordo com a nova metodologia de sistema de lotes, foram reacondicionadas em sacos plásticos³⁷ juntamente com etiquetas contendo informações de procedência (figura 43) e em seguida foram guardadas em caixas de arquivo com etiquetas em suas lombadas dispondo de referências sobre o catálogo do sítio, a tipologia do material ali acondicionado, bem como o número da caixa (figura 44).

³⁶ Assim como foi criada uma ficha de correspondência para as quadrículas antes das peças serem inventariadas, antes estas serem loteadas foi desenvolvido uma ficha de correspondência para os lotes (anexo 18)

³⁷ Quase todas as peças foram acondicionadas diretamente em sacos plásticos, exceto os fragmentos de cerâmica que foram enrolados em papel de pão antes de serem guardados nos sacos plásticos de forma definitiva. Isso para evitar o contato entre as peças, o que pode acabar comprometendo a integridade física do material.



Figura 41: Peças sendo reorganizadas de acordo com as suas respectivas quadrículas (material lítico).



Figura 42: Etapa em que foi reconferido o inventário adicionado ao protocolo de campo digitalizado.

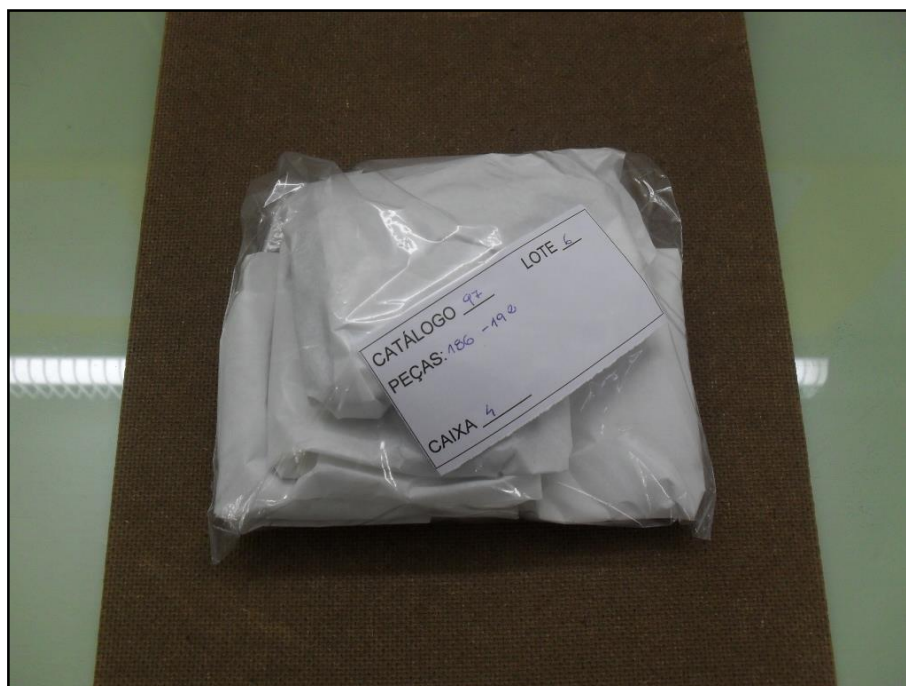


Figura 43: Fragmentos de cerâmica acondicionados em saco plástico com etiqueta contendo informações de procedência.

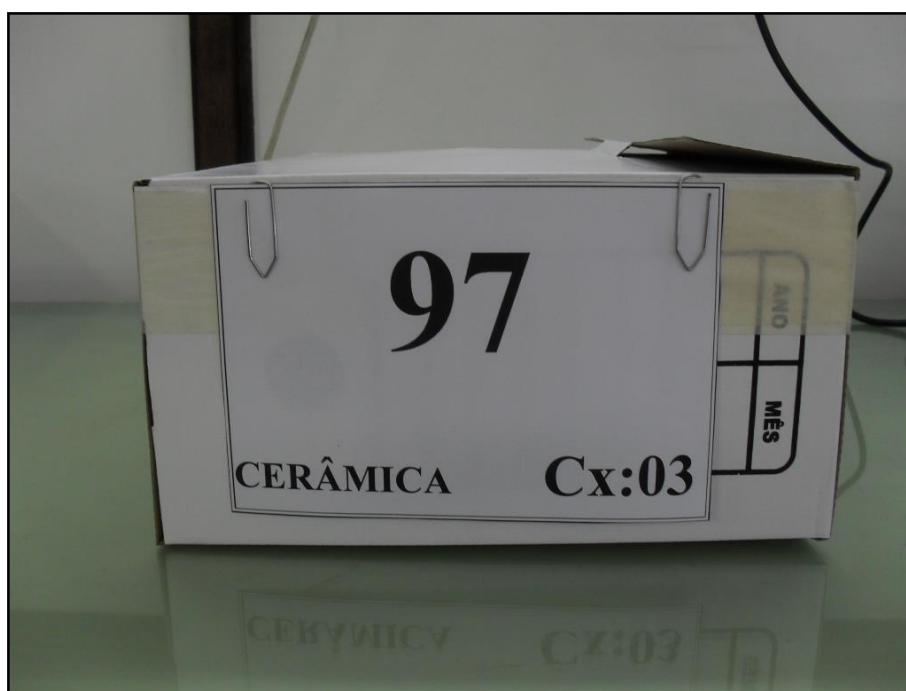


Figura 44: Caixa de arquivo com etiquetas em sua lombada dispendo de referências sobre o catálogo do sítio, a tipologia do material ali acondicionado, bem como o número da caixa.

Todas as caixas, contendo material, foram numeradas. Essa numeração foi registrada nos protocolos digitalizados para futuras consultas ao acervo deste sítio. Assim, quando alguém pretender pesquisar esse material, saberá exatamente onde procurar na reserva técnica.

Terminada esta etapa, foi impresso o protocolo de coleta da escavação onde consta o inventário e todas as informações referentes a esta intervenção arqueológica. Esse material foi

arquivado juntamente com as outras documentações (em suporte papel) referentes ao sítio. Após o banco de dados digital ser devidamente atualizado (em um futuro próximo) esse material será consultado novamente para o armazenamento da documentação do sítio em questão em suporte digital.

Este suporte (figura 45), o qual foi desenvolvido, em 2007, propriamente para o gerenciamento dos materiais que se encontram na reserva técnica do LEPAARQ/UFPel, foi batizado de PGAArq³⁸ (Programa para o Gerenciamento de Acervos Arqueológicos), e tem como principal função a organização e a gestão das informações relativas ao material arqueológico sob a guarda do Laboratório. Esse *Software* foi desenvolvido em parceria com a empresa de consultoria ANPH, adaptando “o sistema documental às exigências da linguagem informatizada” (BOTTALLO, 1998, p. 263), com a intenção de, futuramente, disponibilizar a consulta de dados referentes ao acervo arqueológico do laboratório via internet.

O LEPAARQ/UFPel conta com um acervo bastante representativo, o que acabou exigindo o desenvolvimento de um programa de gestão que possibilitasse, ao mesmo tempo, armazenar dados e os dispor com rapidez e facilidade. Esse programa permite que os dados relativos tanto aos sítios, quanto às doações, bem como ao acervo arqueológico, sejam armazenados de forma padronizada (sistemizada), permitindo, assim, a disponibilização de relatórios completos a qualquer momento (RAMOS, 2010).

O programa permite, basicamente, o registro de sítios arqueológicos com base nos formulários do IPHAN (anexo 19), registro de doação de material arqueológico, inventário de peças arqueológicas em formulários específicos, controle da reserva técnica com localização de peças por caixa, controle da movimentação do acervo arqueológico, cruzamento de dados com geração de tabelas e gráficos, consulta de dados, entre outras funções (RAMOS *et al*, 2007). Além de reunir e preservar dados, o programa agiliza a troca e a recuperação de informações para fins de pesquisa e curadoria de exposições museológicas.

Sistemas de gerenciamento, como o que foi exposto no capítulo 2 e também neste, são de extrema importância para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas e museológicas, pois para isso é necessário o constante acesso aos acervos arqueológicos. A constituição dos acervos demanda uma metodologia rigorosa, ou seja, o registro detalhado da intervenção no campo e da posterior organização do material e de suas informações no laboratório. Sem estes cuidados de gerenciamento das informações arqueológicas, pode se gerar a

³⁸ Informações mais detalhadas sobre a criação e o funcionamento do programa em Ramos (2010)

descontextualização dos vestígios da cultural material, o que coloca sérios problemas a sua utilização para o conhecimento do passado.

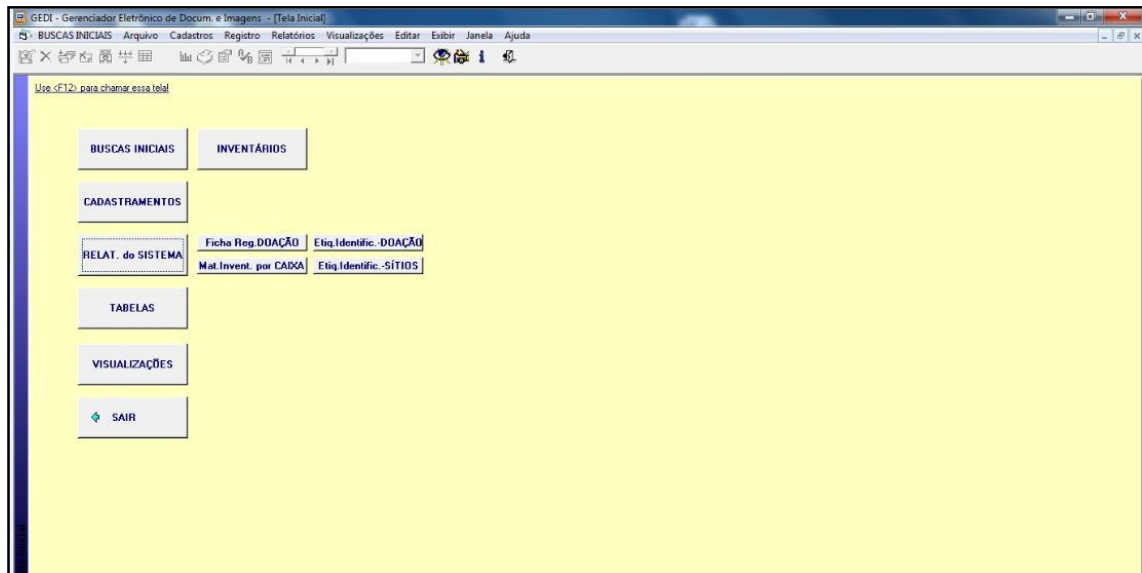


Figura 45: Janela inicial do banco de dados informatizado³⁹.

³⁹ O layout deste software já sofreu algumas adaptações, esta é a versão que está sendo utilizada atualmente. Porém essas adaptações não interferem, de forma alguma, no seu funcionamento.

Capítulo 4 – A Relevância dos Métodos de Preservação Direcionados à Cultura Material e Interpretação da Gestão do Acervo Arqueológico Proveniente do Sítio PS-03 Totó

Todas estas normas de proteção aos bens de valor arqueológico e técnicas de gestão para acervos, citadas ao longo deste trabalho, são importantes por duas razões primordiais: elas amparam e conservam a cultura material. Essas ações são de extrema relevância e justificam-se pelo grande valor que esta última possui não só para o entendimento do passado, mas também para os processos de construção do patrimônio cultural, bem como da memória e identidade sociais.

A cultura material engloba tudo o que é produzido pela humanidade, todas as coisas que fazem, ou fizeram, parte do cotidiano dos grupos sociais. Conforme Meneses (1983), esta engloba os segmentos do meio físico que são socialmente apropriados pelo homem. Os indivíduos intervêm e modelam os recursos naturais segundo propósitos e normas culturais, e, nesse contexto, se incluem os artefatos, as construções civis, as modificações da paisagem, as cerimônias simbólicas e ritualísticas, assim como o próprio corpo, já que este é passível de vários tipos de manipulações.

Além das propriedades inerentes da natureza, a cultura material possui um valor pragmático (o valor de uso do material), e um valor imaterial (simbólico) (RAMOS, 2010). É importante salientar que não existe uma oposição entre esses elementos, não se pode separá-los, “a cultura refere-se, a um só tempo, ao mundo material e espiritual” (FUNARI, 2006, p. 13). Como afirma Peixoto (2008, p.88), na própria materialidade dos objetos:

(...) estão imbricados os aspectos simbólicos e pragmáticos da cultura. Ou seja, os objetos carregam consigo, ao mesmo tempo, a sua dimensão prática (a sua finalidade de uso) e a sua dimensão simbólica (o conjunto de valores, princípios éticos, padrões de comportamento, etc.), associadas a estes objetos, na sua fabricação e no seu consumo.

Levando isso em conta, a dinâmica social não se desenvolve simplesmente entre os grupos, ela envolve sempre os objetos, considerados (como já mencionado anteriormente neste trabalho) como vetores de relações sociais (MENESES, 1994). Essas relações entranham-se na materialidade (FERREIRA, 2011), fato que torna evidente a afinidade da cultura material com a memória social e a sua relação com a construção do patrimônio e da identidade cultural dos grupos sociais. Dessa forma, fica claro, também, o seu valor como documento para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas, museológicas, e, conseqüentemente, históricas, pois estas disciplinas tratam do conhecimento das sociedades pretéritas por meio da cultura material. A história é igualmente construída a partir desta fonte de pesquisa, porque o documento escrito, base para a sua constituição, do mesmo modo, é fruto da ação cultural da humanidade, ou seja, é cultura material.

Os vestígios culturais humanos estão, então, ligados a estes elementos, a saber, arqueologia, museologia, história, patrimônio, memória e identidade, os quais, por sua vez, estão interligados de alguma forma. Estes passam por um processo de construção social semelhante e são constantemente permeados por conflitos sociais, relações de poder e classificações políticas.

4.1. Memória e identidade

Segundo Ferreira (2008), desde os anos 1980 vem se desenvolvendo uma preocupação, no campo das ciências humanas, referente à memória, aos processos de construção de memórias coletivas.

Vive-se hoje em tempos de “sedução da memória” (HUYSEN, 2000), ocorre uma ascensão da memória ao campo investigativo, ou seja, vive-se, como destaca Joel Candau (2010), em um tempo marcado por um “mnemotropismo imperioso”, uma compulsão memorial e patrimonial.

Um dos grandes pioneiros no estudo do conceito da memória foi o filósofo Henri Bergson, cuja obra *“Matéria e Memória”* (1999 [1896]), a aborda como sendo a conservação do passado que sobrevive quer pela evocação do presente, através das lembranças, ou em si mesmo, em estado inconsciente. Para esse autor, é no presente que surge o chamado pelo passado, um passado que se conserva como um todo (automaticamente) no inconsciente, como se fosse uma “sombra colada ao corpo”.

Porém, o conceito de memória social se impôs às Ciências Sociais principalmente a partir dos estudos de Maurice Halbwachs que, já no séc. XX, inaugura uma conceituação da memória enquanto fenômeno eminentemente coletivo. Este autor afirma que a função

primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo. Conforme Bosi (1987, p. 18), “Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo”. Sendo assim, considerando-se que o passado não existe, o que existe são as representações que fazemos dele. Esse autor não compartilha com Bergson a ideia de que o passado se conserva como um todo, mas sim de que este é permanentemente ressignificado e reconstruído através do presente, ou seja, para ele, recordar não é reviver, e sim repensar e renovar, as experiências do passado, com a ideologia de hoje (BOSI, 1987).

A questão central na obra de Maurice Halbwachs consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, é um ponto de vista desta, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Nesse sentido, ele faz uma articulação total entre memória e identidade. Izquierdo (2002) também faz essa articulação ao afirmar que a memória é o nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal, isto é, “sou quem sou porque lembro quem sou”. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós, são, na verdade, inspiradas pelo grupo.

Nessa teoria, não existe uma memória única, acumulada no inconsciente; ela deixa de ser uma faculdade para ser a interação do sujeito com os quadros sociais em que ele está envolvido. Em relação a isso, Halbwachs (2006, p.30) assegura:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos, que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

No entanto, Joel Candau (2008) atenta para o fato de que “identidade coletiva” é uma expressão de definição complexa, afirmando que ela é, até, imprópria. Para ele parece abusivo utilizar o termo “identidade cultural” ou “identidade coletiva” para designar um estado suposto de um grupo inteiro, pois todos os membros de um grupo não compartilham as mesmas memórias. Portanto, o adequado a afirmar é que a memória coletiva funciona como uma instância de regulação da memória individual.

A noção de que a memória coletiva pressupõe o compartilhamento social de um passado comum de um grupo é vista como uma hipótese frágil por Candau. Para ele, somente a memória individual é uma faculdade atestada por mecanismos atualmente bem conhecidos. O cérebro de cada pessoa aprende, memoriza, ou esquece. Isso, possibilita uma acumulação de marcas do mundo que o entorna, desencadeando muito mais uma reconstrução pessoal que

uma reconstituição fiel de eventos vividos. Cada sujeito é, assim, capaz de reconhecer de forma idiossincrática os grandes acontecimentos que marcaram a sua vida.

Para o indivíduo lidar com as suas recordações de natureza fortemente subjetivas, ele precisa levar em consideração o fenômeno da codificação das memórias influenciadas por modalidades sociais de transmissão de informações (CANDAU, 2008). Esse processo pode ser feito por reprodução, contágio, imitação, ou difusão, o qual é permitido pelos sócio-transmissores, que são definidos como todas as coisas que ocupam o mundo, objetos tangíveis ou intangíveis, os quais permitem estabelecer uma conexão entre pelo menos dois indivíduos (CANDAU, 2008).

Nas últimas décadas, expressões como “conflitos de memórias”, “disputas de memória”, “dever de memória”, bem como “justa memória”, são recorrentes. Nisso, se acrescenta tendências contemporâneas de reivindicações memoriais e patrimoniais, uma disputa pela memória como versão do passado. Essas reivindicações estão, normalmente, associadas à busca de consolidação de identidades, a afirmação de uma memória coletiva. Portanto, as ações patrimoniais são os desejos de produção de memórias coletivas, escolhas políticas do que lembrar e esquecer (FERREIRA, 2008). Através dessas ações os indivíduos selecionam o passado que lhes interessa para a constituição do patrimônio cultural, das suas memórias e identidades. Sobre isso Caundau (2011, p. 9) assevera que:

(...) Contra as concepções “objetivistas”, “reificadoras”, “primordialistas”, “substancialistas”, “essencialistas”, “originárias”, “fixistas” etc. de identidade, observa-se um relativo consenso entre os pesquisadores em admitir que essa seja uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialética com o *outro*. (...) O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo” (...).

Nesse contexto, a cultura material é utilizada, no presente, como representação do passado, para consolidar memórias, identidades, e para constituir patrimônios. O patrimônio é produzido ou reproduzido como categoria para atender as necessidades do presente, o seu compromisso é essencialmente com o presente (MENESES, 1994).

Através destes conceitos, vê-se a importância dos vestígios culturais, ou como indica Joel Candau, dos sociotransmissores como “lugares de memória”, expressão engendrada por Pierre Nora para indicar as unidades significativas (de ordem material ou ideal) cuja vontade dos homens fizeram com que se tornassem elementos simbólicos representantes do que se configura como patrimônio (FRANÇOIS, 2010). Os lugares de memória o são de acordo com três aspectos, isto é, nos sentidos material, simbólico e funcional, e isso, acontece de forma

simultânea e em graus diferentes. Pierre Nora (1984) exemplifica isso de duas formas: um depósito de arquivos, mesmo sendo um lugar de aparência puramente material, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Ou um testemunho, tendo uma função puramente funcional, só entra na categoria de lugar de memória se for objeto de um ritual. Esses três aspectos coexistem sempre, ou seja, é material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois permite a cristalização e a transmissão da lembrança; e simbólica por definição, uma vez que caracteriza a experiência vivida por uma porção de determinada sociedade, mas a simboliza como um todo.

A cultura material é, então, elemento fundamental no repertório individual e social, das trajetórias, referências e significados partilhados socialmente. As recordações são mediadas pelo impacto dessas experiências pessoais e coletivas com o mundo material (RADLEY, 1990 *apud* FERREIRA, 2008). Consequentemente, os remanescentes culturais são objetos memoriais, contextualizados e atualizados no presente (FERREIRA, 2008).

A busca pela memória legitima os objetos patrimoniais; através disso, ao mesmo tempo em que modela os indivíduos, a memória é modelada por eles. Há uma dialética entre a memória e a identidade, pela qual elas “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2011, p. 16).

A partir dessas discussões, constata-se, então, que a memória é uma construção social, de sorte que a identidade é também uma instituição social e cultural; não é um ser da natureza humana, mas sim da cultura e dos significados simbólicos que a compõem (SILVA, 2005). Assim, a identidade, e também o patrimônio, são resultados de um processo de produção simbólica e de discursos normativos. Essa produção nunca é inocente, está sempre sujeita a vetores de força e relações de poder, ou seja, não é definida, é imposta de forma hierarquizada e classificatória (SILVA, 2005). Isso implica um procedimento excludente, que distingue o que fica dentro e o que fica fora da configuração de patrimônio e identidade “oficiais”. Segundo Silva (2005), essa classificação se estrutura em torno de oposições binárias, onde existem duas classes polarizadas e uma delas é sempre privilegiada (recebendo um valor positivo), enquanto a outra recebe uma carga negativa. A partir disso é feita a normatização da identidade, onde o poder se manifesta a elegendo através de hierarquias.

4.2. A cultura material, o patrimônio e a compreensão do passado

Conforme Poulot (2008), atualmente o patrimônio se confunde com uma herança cuja presença constatamos ao nosso redor, e reivindicamos como sendo nossa. Os vestígios

culturais que o compõem recebem uma designação própria e são submetidos a um modo de gestão específico garantido pela lei e por regulamentos, bem como por uma militância dedicada a inscrever nos fatos o princípio da transmissão para o futuro.

Nesse sentido, o patrimônio tornou-se um sinônimo de vínculo social unido a um sentimento de urgência, “a eventual recusa da patrimonialização ou a sua contestação é rapidamente estigmatizada no debate público como “vândala”” (POULOT, 2008, p.35). Contudo, a constatação da importância da preservação do patrimônio cultural deve ser problematizada, pois este não é simplesmente definido, ele é fruto de classificações políticas que instituem memórias sociais e identidades culturais, ao mesmo tempo em que os bens alçados à categoria de patrimônio são lidos e acreditados como documentos sobre o desenvolvimento da história dos grupos sociais.

Esses bens são verdadeiros suportes de significação, são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas, as quais podem ser identificadas e, portanto, são considerados veículos de informações que geram conhecimento (FERREZ, 1994). As informações intrínsecas são desvendadas a partir do próprio objeto, de acordo com a análise das suas características físicas. As extrínsecas são deduzidas através de informações documentais e contextuais, ou seja, obtidas de outras fontes que não o objeto, permitindo o conhecimento dos contextos nos quais estes existiram (FERREZ, 1994).

Qualquer objeto pode funcionar como documento, mas não se pode esquecer que os artefatos dispõem apenas das propriedades da natureza (informações intrínsecas), tais como matéria-prima, densidade, peso, forma geométrica, etc., sendo os demais atributos (informações extrínsecas), como os valores simbólicos, são conferidos aos objetos materiais pelas sociedades que os produzem (MENESES, 1994) e consomem. E é de acordo com o valor simbólico dos objetos, que estes são enquadrados (oficializados) na categoria de patrimônio cultural.

O patrimônio possui uma intimidade social com o passado material, sendo ao mesmo tempo objeto e instituição de memória, bem como uma categoria de pensamento (POULOT, 2008). Isso por estar intimamente ligado à cosmologia, às representações do passado, sendo impensável fora das relações sociais. E, como fruto destas, é considerado uma invenção, e, assim como os processos de legitimação simbólica das ideologias, é capaz de gerar discursos sobre a realidade e sobre o poder (PRATS, 1998). Nessa perspectiva, os “artefatos e monumentos, por meio dos quais se interpreta e representa o passado ou o presente, apontam significativamente para as escolhas seletivas que constituirão o patrimônio cultural” (FERREIRA, 2011, p. 26) e as identidades dos grupos sociais.

A história também se encaixa nesse contexto, uma vez que ela é consequência da escolha dos pesquisadores do que lembrar, do que legitimar como passado histórico. Todavia, a história não se equivale ao passado, mas sim a uma narrativa sobre ele, uma hipótese histórica, a qual é descrita no presente (GLASSIE, 1999 *apud* HILBERT, 2006) com o propósito de construir a identidade das pessoas. Essa narrativa pode se desenvolver a partir de pesquisas acerca das relações sociais pretéritas que, obviamente, sempre foram permeadas pela cultura material. Portanto, esta última pode ser utilizada como fonte na construção dos estudos relacionados à arqueologia e à história.

A arqueologia faz parte da história, pois está vinculada à antropologia, à compreensão do gênero humano. Dessa forma, constitui uma disciplina humanística, e como se ocupa do passado do homem, é uma disciplina histórica (RENFREW; BAHN, 1993). Essa ciência escreve a história através das coisas que os outros deixaram para trás, transforma essas coisas em narrativas, e o diálogo com os objetos se dá a partir da atribuição de sentido a eles (HILBERT, 2006).

Os patrimônios são importantes portadores de mensagens, portanto, são utilizados pela sociedade para produzir significado (FUNARI; CARVALHO, 2009). Por isso, são estudados pela arqueologia, a qual trata a cultura material (enquadrada ou não na categoria de patrimônio) como uma instância que ordena e recria tanto a vida social, quanto a vida cotidiana, “(...) estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial” (FUNARI, 2006, p.15).

Os vestígios culturais são, então, importantes fontes para a arqueologia, pois:

(...) alinhavam o cotidiano dando uma coesão de sentido, posicionando a percepção de pertença ao tempo, a uma geração, a uma época, a um conjunto de códigos culturais que funcionam, ao mesmo tempo, como marcadores de identidade. É possível, através dos objetos, descobrirem-se redes de significados responsáveis por amarrar os sentidos que articulam a vida social e, ao mesmo tempo, informam a nós, pesquisadores, sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente (CERQUEIRA, 2006, p. 4).

Assim sendo, esses vestígios podem ser considerados uma “fonte primária de observação aberta à exploração. Neles se condensa um amplo leque de manifestações e relações humanas, tanto existidas como existentes” (GRUNEGERG, 2000, *apud* CERQUEIRA; SANTOS, 2011, p. 307). A arqueologia utiliza-se, então, dessas fontes para construir uma visão cultural do passado, levantando hipóteses históricas sustentadas em múltiplos testemunhos (ORSER, 2000). Nesse sentido, as características e significados dos vestígios culturais são analisados para o entendimento do homem na sociedade.

A museologia também se vale da cultura material para o seu desenvolvimento. O museu é um instrumento de implementação do patrimônio, é uma instituição que preserva e transmite (comunica) o patrimônio cultural. Esse espaço proporciona “(...) a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte da realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado (...)” (GUARNIERI, 1981 *apud* CURY, 2005 p. 366)

As práticas museológicas desenvolvidas nesse local são embasadas em três princípios: a preservação, a investigação e a comunicação (MENSCH, 1992). A partir dessas técnicas trabalha-se com diferentes suportes de memória, para a representação do passado e a consolidação de identidades. Portanto, conforme Cury (2005), os museus são considerados locais de memória social, onde o objeto é um vetor de conhecimento, de construção de significados culturais, bem como de diálogo com a sociedade.

Dessa forma, esses espaços são instituições estreitamente ligadas às informações de que são portadores os objetos de suas coleções, a cultura material (como veículo de informação) tem na conservação e na documentação as bases para transformar-se em fonte de pesquisa (FERREZ, 1994). Isso mostra que a arqueologia e a museologia são áreas próximas, pois partilham o mesmo objeto de estudo. Como coloca Leal (2011):

(...) embora tenham diferentes formas de operar a cultura material, ambas se aproximam na medida em que têm suas origens entrelaçadas e que se assemelham devido aos seus objetos de pesquisa. Ambas lidam com a materialidade como suporte para entender os sistemas sociais, os comportamentos humanos, as vivências, os vestígios da vida e da memória humana e valem-se disso para entender as relações do Homem com o seu meio e com o outro, contribuindo para a construção de identidades (LEAL, 2011, p. 16).

De acordo com o que foi discutido até este ponto, fica claro, então, que os objetos podem ser utilizados como documento. Todavia, o que os transforma em documento não é a sua carga de informação, de sorte que o documento não possui a sua própria identidade, uma vez que o que cria o sistema documental é o processo de conhecimento (MENESES, 1994). “O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance da sua fala” (MENESES, 1994, p. 21). Nessa perspectiva, deve-se entender que a fala do historiador nunca será neutra, as ciências criadas pelo homem jamais serão neutras. Por exemplo, o arqueólogo, enquanto cidadão da *polis*, está inserido em um contexto econômico, político e social que sinaliza a vida em sociedade. (FUNARI, 1998, 1990 / 2000; TRIGGER, 1989, 1990 *apud* OLIVEIRA, 2005), e isso reflete no desenvolvimento do seu trabalho.

A eleição de determinado objeto como patrimônio também nunca se desenvolverá de forma neutra.

Assim como a cultura material é produzida a partir de determinadas intencionalidades, a eleição de um patrimônio histórico-cultural ou natural é realizada a partir de escolhas políticas. Os patrimônios são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (FUNARI; CARVALHO, 2009, p.7).

As representações patrimoniais nutrem as identidades coletivas, porém, conforme Poulot (2008), não se deve compreendê-las sob uma forma exclusivamente conservadora, mas sim de maneira aberta para as transformações culturais que ocorrem dentro das sociedades. A cultura não existe como uma categoria sólida e homogênea, ela é compreendida como um processo fluido, variando sempre na ótica de seu interlocutor (FUNARI & CARVALHO, 2009). Portanto, o processo de patrimonialização requer um questionamento, uma reflexão, visto que o patrimônio não é natural, ele é descontínuo, como descrito no primeiro capítulo, passando por diferentes momentos históricos, e, se tiver a sua temporalidade respeitada, pode ser de grande valia para o entendimento das sociedades.

Ao pontuar estas questões políticas acerca da constituição do patrimônio, da memória, da identidade, e da própria história, se pretendeu deixar claro que todos esses elementos não são simplesmente definidos, eles são construídos e institucionalizados de forma classificatória. O que não desclassifica a sua importância para a vida em sociedade e para o conhecimento desta.

De acordo com os valores patrimoniais, memoriais, identitários e documentais da cultura material, é que se evidencia a importância da sua preservação. Os métodos de gestão direcionados a ela são o primeiro passo, antes de qualquer artifício político de escolha e classificação, para o seu enquadramento como patrimônio cultural. E fica evidente a relevância desse processo pelo fato de que, mesmo que determinado vestígio cultural não seja avaliado como patrimônio, este é, de fato, fonte de pesquisa que deve ser preservado.

4.3. Reflexões acerca da gestão arqueológica e museológica da coleção oriunda do sítio Guarani PS-03 Totó

De acordo com King (1980), a missão da maioria dos museus é coletar, preservar, estudar, e interpretar o patrimônio natural e cultural a serviço da sociedade. Os curadores são peças chave para isso, sendo seu dever preservar e decifrar as coleções dos museus. Nesse

cenário, preservação não significa necessariamente apenas a conservação do acervo, mas sim prover o constante cuidado em relação a todos os aspectos que o envolvem, e interpretação não significa apenas desenvolver ações educativas no espaço museológico, e sim fornecer informações apropriadas sobre as coleções que constituem o seu acervo (KING, 1980), como fonte de pesquisa científica para arqueólogos, historiadores, entre outros.

Como já abordado previamente, a arqueologia e a museologia são áreas próximas, e este fato acarreta a consequente troca de conhecimento técnico entre elas. Pelo menos é o que deveria ocorrer.

Segundo Leal (2011), quando os objetos adentram no universo museológico, estes necessitam ser patrimonializados, com o intuito de adquirir certos atributos, os quais são fundamentais para a sua gestão e extroversão. Para isso acontecer faz-se o uso da musealização, uma importante ferramenta que deveria ser utilizada como prática preservacionista em todas as realidades museológicas, sejam museus, que abriguem qualquer tipologia de material, ou, até mesmo laboratórios de pesquisa arqueológica, que possuam reserva técnica.

Essa metodologia desenvolve-se como uma cadeia operatória (LEAL, 2011), começando com o processo de aquisição de determinado material, seguido do tratamento de pesquisa, conservação, documentação e comunicação deste mesmo (CURY, 2006), através de exposições, ações educativas, e publicações.

A arqueologia deve utilizar-se desta metodologia já em campo, conforme Bruno (1996), musealizando ao mesmo tempo o trabalho e os objetos de estudo. Para a devida musealização de uma coleção arqueológica, as informações, relativas aos vestígios que a compõem, são extremamente importantes, sendo os dados mais relevantes aqueles presentes no próprio sítio, quando a cultura material ainda está relacionada ao seu contexto.

Como a arqueologia é um processo destrutivo, parte do sítio que sofre intervenção deixa de existir; dessa maneira, os pesquisadores devem recuperar o conjunto de informação contextual, o qual se viabiliza durante o trabalho de campo. Se esses dados, isto é, as informações que os achados carregam, em si e no seu contexto, não forem registradas (e gerenciadas) de forma adequada, as mesmas serão perdidas de forma irreversível (ORSER, 2000), prejudicando, assim, o processo de musealização.

A escavação efetuada no sítio PS-03 Totó procurou desde o princípio obedecer a esse processo, por meio da utilização dos protocolos de coleta, apresentados no capítulo anterior, os quais permitiram o registro abrangente de informações sobre os vestígios e a própria composição do sítio. Isso para evitar, ao máximo, a perda de dados relevantes para o

desenvolvimento da pesquisa arqueológica, pois, como alerta Lima (2007), quando extraviadas as informações sobre a origem das peças, tais como as referências espaciais, cronológicas, estratigráficas, as associações com as estruturas do solo e com os outros vestígios materiais, estas mesmas deixam de ter valor para a arqueologia. Com isso, torna-se:

(...) impossível recuperar o contexto da sua produção, utilização e deposição, justo o que permite entender o funcionamento de sistemas socioculturais extintos. Só escavações cientificamente controladas permitem resgatar esses dados, fundamentais para que se extraia deles algum sentido (LIMA, 2007, p.05).

Por essas razões, a coordenação de campo, antes mesmo da escavação, elaborou essa ferramenta de gestão documental por meio da consulta de bibliografias específicas, tais como: Kipnis (2003), Lorêdo (1994) e Schell-Ybert *et al* (2005/2006), o que permitiu a coleta de informações fundamentais para o processo de musealização da coleção recuperada no sítio, pois, através disso, se teve o constante cuidado não só na coleta dos materiais, como também dos dados, por meio da aplicação de uma documentação de gestão específica e padronizada.

A documentação apropriada das informações concernentes ao processo arqueológico é uma das etapas fundamentais no desenvolvimento da futura criação de uma documentação museológica, uma vez que esta:

(...) permite um reconhecimento do potencial de questionamentos que sugerem os objetos coletados. Seus objetivos estão diretamente vinculados com a possibilidade de musealização e os conseqüentes processos de comunicação: tanto por meio das exposições museológicas e ação educativa, como pela pesquisa científica (BOTTALLO, 1998, p. 263).

Além da preocupação referente à preservação das informações contextuais, houve também um esforço para a devida conservação física dos objetos exumados no sítio PS-03 Totó. Para tanto, de forma temporária, os fragmentos foram acondicionados, conforme a tipologia dos materiais, em sacos com pequenos orifícios, os quais permitiram a ventilação dentro desse espaço, com o intuito de não permitir a criação de um micro clima que acarretaria na proliferação de organismos, podendo, desse modo, ocasionar a deterioração das peças, prejudicando, assim, a sua integridade física e futura análise. A esses sacos foram adicionadas etiquetas informacionais relacionadas ao contexto arqueológico do material, e esses mesmos dados foram registrados nos protocolos de coleta.

Essas medidas foram discutidas, antes mesmo da sua aplicação, pela coordenação de campo juntamente com outros pesquisadores que participaram da escavação. Como esse trabalho se desenvolveu na forma de um sítio escola, com a participação de estudiosos e

profissionais de várias áreas, configurou-se em um trabalho multidisciplinar. Esse fator permitiu que atuantes, principalmente, nas áreas de arqueologia, museologia e conservação e restauro, discutissem e buscassem medidas que garantiriam a integridade física dos materiais.

A junção dessas três áreas distintas se mostrou essencial na organização de estratégias preservacionistas para os achados, funcionando como um eficiente “tripé científico” para a apropriada gestão e formação do acervo em questão. Dentro dessa perspectiva, ao longo da escavação, aplicou-se aos partícipes da intervenção um questionário, objetivando obter informações pertinentes aos estudos de musealização da arqueologia, sendo o roteiro elaborado e aplicado pelo Dr. Diego Lemos Ribeiro (ALVES, 2010) (anexo 20).

Também, nesse sentido, os procedimentos de conservação física dos materiais arqueológicos começaram ainda *in situ* com o apoio de uma equipe de acadêmicos e de um professor do curso de Conservação e Restauro de Bens Móveis e Imóveis da UFPel, bem como se seguiram quando os objetos de estudo foram transferidos para o laboratório de pesquisa, ainda com o auxílio desses pesquisadores.

As ações conservacionistas, desencadeadas em campo, foram, assim, direcionadas às formas de guarda dos materiais (já descritas) à tentativa de consolidação (em raros casos) dos fragmentos muito fragilizados. Nesse caso, foram utilizadas substâncias químicas apropriadas, quando estes ainda se encontravam no solo.

A partir dessas experiências, segundo Lacayo (2001), constata-se que as intervenções arqueológicas deveriam ser estruturadas por uma equipe multidisciplinar, contando com a presença de especialistas em conservação e restauro, responsáveis em assegurar a conservação dos materiais. Isso evita a perda de dados significantes para a leitura do contexto histórico dos objetos, e se faz necessário, em vista de que, muitas vezes, os arqueólogos se vêem obrigados a realizar processos de conservação nas peças sem possuírem uma preparação científica prévia (LACAYO, 2001).

O traslado dos vestígios arqueológicos para o LEPAARQ foi feito de forma cuidadosa e organizada. Os objetos, ainda no sítio, foram separados e agrupados de acordo com a sua procedência e tipologia material para facilitar o seu futuro processamento no laboratório. Os protocolos de coleta também foram organizados e digitalizados antes de se começar a segunda etapa de gestão das peças, ou seja, a higienização, o inventário e a sistematização dos dados do acervo composto. Isso ocorreu como primeiro passo para a construção de uma documentação de gestão museológica, na qual se unificaria a documentação de campo e aquela que começaria a ser gerada no laboratório com os processos de gerenciamento, documentações essas que, posteriormente, seriam sistematizadas no banco

de dados informatizado. Portanto, para a criação dessa documentação de gestão é preciso a unificação tanto dos dados provenientes da documentação arqueológica quanto da museológica. Essas duas são compostas através de diferentes formas de registro, porém, de certa forma, estão interligadas.

A documentação arqueológica, segundo Lima (2007) *apud* Leal (2011), consiste no montante dos dados ocasionados por consequência da escavação arqueológica e do tratamento posterior do material, compondo, então, quatro tipos de documentos: a documentação primária, a analítica, a administrativa e os relatórios. A documentação primária estabelece o contexto de onde foram retirados os materiais, nela estão agrupados os documentos gerados em campo, como as planilhas de escavação, os croquis com os desenhos da conjuntura arqueológica, os diários de campo, as fotografias e filmagens. Esta também abriga os documentos de acesso, formulados na instituição de guarda, isto é, utilizados para o gerenciamento do acervo. Entre eles estão os catálogos e inventários, os documentos legais, as fichas de conservação feitas em campo e no laboratório. A documentação analítica é dividida em primária e secundária, a primeira é referente às análises laboratoriais dos materiais, e a segunda é constituída por planilhas qualitativas e quantitativas, as quais analisam as informações primárias. A documentação administrativa refere-se aos projetos de pesquisa, os contratos, registros financeiros, entre outros. E os relatórios são documentos que apresentam as metodologias de campo, a tipologia do sítio e dos vestígios arqueológicos, bem como qualquer outra informação relevante.

Essa documentação, então, compõe dados sobre todos os aspectos que envolvem o material arqueológico, constituindo, assim, um fluxo de informações sobre a sua trajetória, desde a sua origem até sua salvaguarda, e os próprios usos desse material dentro da instituição que o abriga (conforme a figura 46). No que se refere ao uso dos acervos, a documentação arqueológica é de extrema importância, pois, de acordo com Novick (1980), é a base primordial para a futura pesquisa:

Assim que os artefatos são catalogados, realiza-se a sua análise. Os artefatos são quantificados, pesados, e medidos. Todas as formas de análise e descrição devem ser documentadas para futura referência. (...) Depois dos artefatos serem analisados são escritos os relatórios sobre os resultados. Manuscritos são, então, escritos, editados, e digitados. Estes devem ser mantidos para futura referência⁴⁰ (NOVICK, 1980, p. 37-38).

O conceito de documentação museológica é atribuído, de acordo com Ferrez (1994), ao conjunto informativo referente a cada um dos itens de determinado acervo. Este se apoia

⁴⁰ Tradução livre da autora.

em um sistema de recuperação de dados apto a transformar as suas coleções de fontes de informações em documentos de pesquisa científica, assim como em instrumentos de transmissão de conhecimento. Essa documentação é constituída por meio de livros tomo, fichas catalográficas, catálogos, inventários, e bancos de dados que sistematizam, e recuperam informações sobre os objetos e sua localização dentro da instituição.

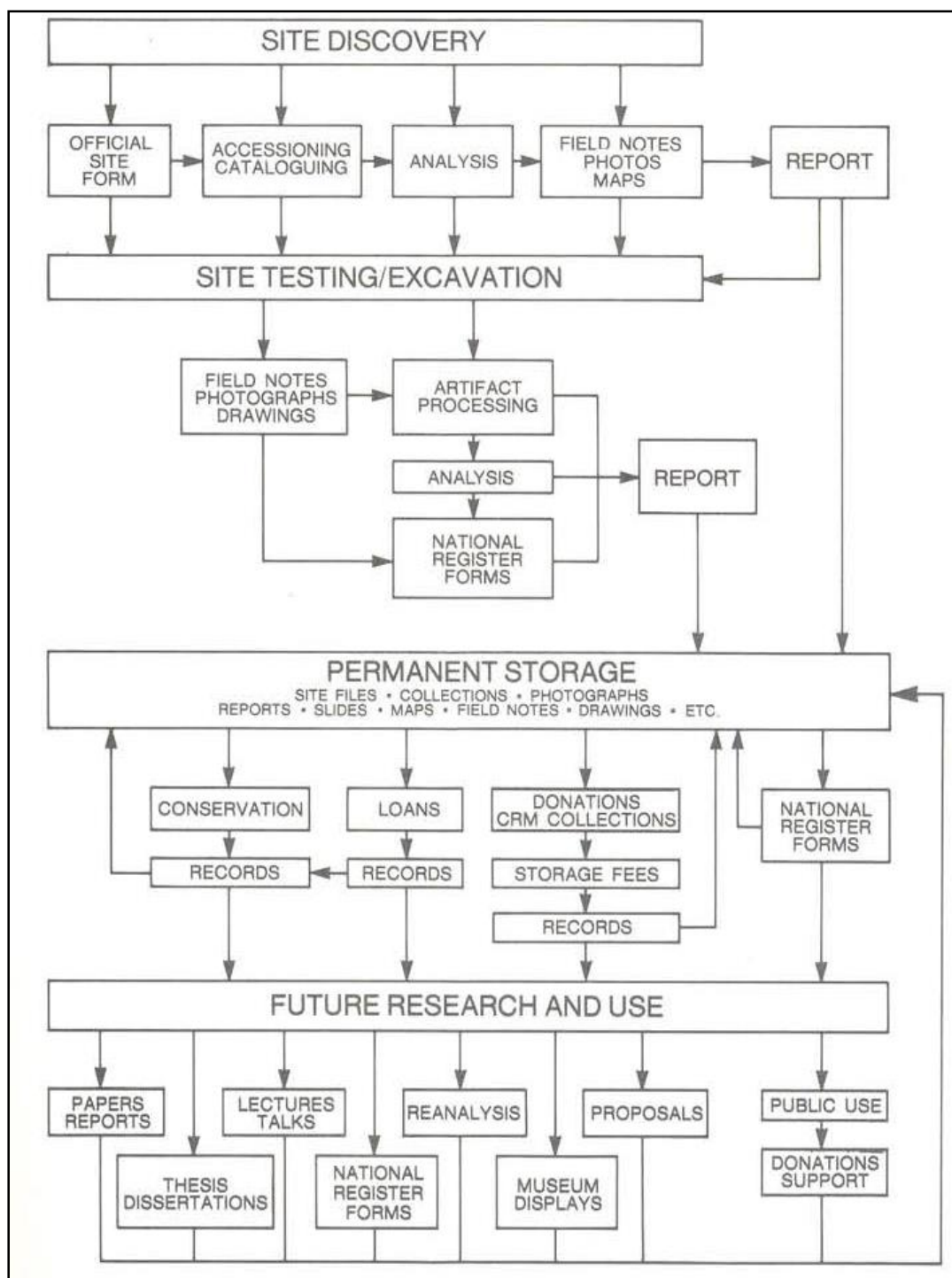


Figura 46: Fluxo ideal da documentação arqueológica proposto por Novick (1980). Fonte: Novick (1980).

Dessa forma, a prática dessa documentação tem como objetivo estabelecer uma ligação entre o acervo e a instituição que o salvaguarda. As categorias de informações sobre os materiais que o compõem e que devem ser documentadas, segundo Mensh (1987, 1990, *apud* Ferrez, 1994), são as seguintes: propriedades físicas (composição material, construção técnica, morfologia), função e significado (significação principal, isto é, significado da função, valor emocional); significado secundário (significado simbólico, metafísico), e história (gênese, uso, deterioração, conservação e restauração).

Tendo isso em vista, este tipo de documentação passa por um processo contínuo, em que são registradas e perpetuadas as informações sobre os materiais desde a sua origem até a sua trajetória pelo museu. Sua prática é relevante para o controle do acervo e o registro do seu movimento dentro da instituição (LEAL, 2011).

Os assuntos que envolvem tanto a documentação, quanto a preservação dos acervos arqueológicos em espaços museológicos, são vistos como questões chaves. Já na década de 1980, de acordo com Hichcock (1980), existiam alguns tópicos considerados críticos na área da curadoria, tais como: uso e o acesso, nível de documentação, controle do ambiente, entre outros.

No que se refere ao uso e ao acesso, conforme Hichcock (1980), para prever o futuro uso e acesso das coleções é preciso definir o propósito e o significado destas. Para isso é inevitável questionar-se sobre a importância do significado dos sítios arqueológicos, de onde foram retirados os materiais que compõem essas coleções (HICHCOCK, 1980), pois, estes são fontes não renováveis, e isso implica, normalmente, na constante volta dos arqueólogos ao museu pra retomar estudos relacionados aos sítios (NOVICK, 1980 *apud* HICHCOCK, 1980). Nesse sentido, a documentação possui um grande valor, pois nela devem constar os dados sobre os sítios.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento dos protocolos de coleta, aplicados durante a escavação no sítio PS-03 Totó, e na posterior curadoria do material exumado através desse trabalho, buscou agrupar os dados de campo e dos achados arqueológicos em um só documento, com a finalidade de poder se ter, através deste, de forma otimizada, o real conhecimento da quantidade e da potencialidade dessa coleção. Essa documentação só pode ser construída dessa forma porque, para tanto, utilizou-se uma metodologia padronizada de coleta de dados, considerada aqui como algo essencial. Segundo Hichcock (1980), uma vez que os arqueólogos, e também museólogos, definem a forma com que desejam usar seus objetos de estudo, eles devem ter em mente um modelo de gestão previsto, pois os objetivos

de uma instituição museológica, bem como os programas por ela utilizados, terão sempre um impacto direto no uso do seu acervo.

Analizando os dois tipos de documentação, arqueológica e museológica, pode-se afirmar, então, que estas se complementam e que, inclusive, não existe uma grande diferença entre elas. Esse fato fica claro no momento em que se percebe a real relação entre a arqueologia e a museologia. Levando em conta que os arqueólogos necessitam dos dados científicos para o desenvolvimento da sua pesquisa e, conforme Leal (2011), os museólogos preocupam-se com a gestão e a extroversão dessas informações, fica evidente a correlação dessas áreas no momento em que elas se cruzam no museu ou em qualquer instituição arqueológica. Isso se concretiza pelo fato de o museólogo precisar dos dados científicos para o seu trabalho, enquanto para o arqueólogo essas informações valeriam pouco se não geridas de forma apropriada.

Considerando isso, pode-se afirmar que o tratamento direcionado à cultura material oriunda do sítio PS-03 Totó utilizou-se da prática destes dois tipos de documentação, em vista de que, além desse material ter passado pela higienização, inventário, acondicionamento apropriado, sistematização dos dados⁴¹ e publicação de alguns dados científicos, também houve uma documentação precisa de todas estas etapas.

A higienização foi feita de modo a não prejudicar a integridade física do material arqueológico e a sua análise posterior. Portanto, nem todos os fragmentos foram lavados, e inclusive alguns (poucos materiais) passaram apenas pela limpeza mecânica a seco, feita com escovas de cerdas macias. Esse procedimento, antes de aplicado, foi discutido pela coordenação de campo em conjunto com a mesma equipe de pesquisadores relacionados à área de conservação e restauro a qual participou da escavação.

A instituição do inventário foi desenvolvida de acordo com a metodologia padrão do LEPAARQ, na qual as peças são marcadas com uma sigla numérica para a sua identificação dentro da coleção, como forma de assegurar a sua preservação e localização na reserva técnica. Após a constituição desse inventário, e do seu devido registro documental, a coleção foi transferida para a área de análise do laboratório onde teve as suas informações científicas pesquisadas pelo arqueólogo Aluísio Gomes Alves, para o desenvolvimento da sua dissertação de mestrado.

O processo do inventário deve ocorrer sempre de forma padronizada, de acordo com cada instituição, pois, segundo Novick (1980), se não houver uma política de catalogação, ou

⁴¹ Esta etapa ainda não foi terminada, como será explicado mais adiante.

de inventário, estes não têm sentido nenhum, já que, como, normalmente, diferentes pessoas fazem esse tipo de trabalho, se não houver uma padronização, podem ocorrer registros de informações errôneas, as quais podem prejudicar o futuro uso do material pra qualquer tipo de atividade. Porém, mesmo com a padronização, alguns erros, por vezes, são cometidos, como, por exemplo, marcar mais de uma peça com o mesmo número de inventário. Esses são equívocos recorrentes, mas passíveis de conserto; todavia, para isso, se faz necessária uma constante supervisão com o intuito de verificar esses erros ainda quando os materiais estão passando pelo processo do inventário. Quando esses erros passam despercebidos, torna-se mais complicado se fazer os ajustes necessários, como foi o caso de alguns (poucos) fragmentos derivados do Sítio PS-03Totó. A grande quantidade de estagiários trabalhando com esse material ocasionou tal falha, no entanto esta foi devidamente reparada após a análise do material e todas as informações referentes a isso foram devidamente documentadas.

Analizado o material, este foi acondicionado, com as devidas informações de procedência e localização, e, em seguida, foi alocado na reserva técnica. Todas essas etapas foram devidamente registradas, isto é, a trajetória do material dentro da instituição foi devidamente documentada.

Avaliando isso, pode-se afirmar que a gestão desse material desenvolveu-se no âmbito da musealização da arqueologia, porém não foram ainda concluídos todos os passos para a devida musealização dessa coleção. Como já alertado no capítulo anterior, o banco de dados (PGAArq), estabelecido como base para a inclusão de informações do acervo do LEPAARQ, e como ferramenta de busca através da recuperação desses dados e localização das peças na reserva técnica, está passando por um processo de atualização. Portanto, se interrompeu, temporariamente, o registro de novas informações nesse *software*. Apenas quando essa atualização for concluída se poderá utilizá-lo para o armazenamento da documentação concernente a essa coleção. No entanto, da mesma forma que já foi esclarecido no capítulo anterior, estas atualizações, as quais estão sendo desenvolvidas para o seu melhor funcionamento, não prejudicam de forma alguma os dados das outras coleções já registrados.

No que se refere à extroversão de informações referentes a esse acervo, pode-se dizer que pelo menos uma das etapas para isso foi concluída, pois, em 2012 foi publicada a dissertação de mestrado do arqueólogo já mencionado, intitulada “*Análise Espacial em um Sítio Guarani no Litoral Sudoeste da Laguna dos Patos, Sítio PS-O3 Totó*”. Este trabalho refere-se, segundo Alves (2012), a questões sobre espacialidade intra-sítio, funcionalidade de contextos, estilo tecnológico, bem como variabilidade artefactual. Com isso, pretendeu-se

expandir o conhecimento a propósito da variabilidade da cultura material, bem como da ocupação dos distintos espaços em um assentamento Guarani localizado na região.

Conforme Bruno (1995), o processo de musealização gera produtos a serviço da própria sociedade, como a preservação do patrimônio e a extroversão do mesmo. Esse último produto é a forma de tornar público o resultado das pesquisas que envolvem os acervos patrimoniais através das publicações científicas, das exposições, das ações de educação patrimonial, entre outros.

Tornar pública as informações sobre determinada coleção acaba por gerar conhecimento à sociedade acerca desses materiais, e essa é a razão principal da sua preservação. A função maior das pesquisas relacionadas aos bens patrimoniais é a publicação⁴² destas, a comunicação com os grupos sociais. De acordo com Chagas (1994) *apud* Leal (2011, p. 25):

O que fazer com o objeto preservado? A preservação por si só não lhe confere, ou mesmo não lhe restitui, o caráter de documento. A preservação não justifica a si mesma, ela é um meio e não um fim. É necessário que ao lado da preservação se instaure o processo de comunicação.

Evidencia-se, então, que a função do museu, assim como do desenvolvimento dos estudos arqueológicos, é a comunicação com a sociedade, isto é, a divulgação das pesquisas embasadas nos acervos compostos pela cultura material. Ou seja, “os museus (...) são instituições públicas; assim, a responsabilidade dos curadores é com o público⁴³” (KING, 1980, p. 10).

Os arqueólogos também são responsáveis por essa extroversão. Conforme Orser (2000), estes têm o dever de comunicar seus estudos, tanto para os colegas, quanto para o público em geral. Assim, os trabalhos de arqueologia devem ser apresentados de forma a expressar sua significação e sentido para as pessoas comuns, na sociedade moderna. Segundo o mesmo autor, a arqueologia não deve ser um campo de investigação que resulte somente da perspectiva de outros arqueólogos, isto é, deve-se aos leigos uma explicação do que essa ciência é capaz e de que forma as investigações são significativas para a vida cotidiana das pessoas.

Os arqueólogos não devem permanecer fechados em suas instituições de trabalho (universidades, museus, empresas, ONG's, etc.); eles também devem atingir o público em

⁴² Utiliza-se aqui a palavra publicação para designar o ato de tornar público, e não apenas ao desenvolvimento de publicações científicas como dissertações, teses, livros, periódicos, entre outros.

⁴³ Tradução livre da autora.

geral, pois essa é, com efeito, uma eficaz estratégia para socializar velhos e novos conhecimentos e contribuir para a preservação do patrimônio cultural (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Renfrew e Bahn (1993), os arqueólogos têm o dever de explicar o que fazem, e por que o fazem, para o público em geral. Do mesmo modo, devem divulgar suas descobertas para que outros pesquisadores disponham dos resultados e o público possa desfrutar e compreender. Esses autores afirmam que, ainda que o objetivo imediato da grande maioria das pesquisas seja dar resposta a perguntas científicas específicas, o propósito fundamental da arqueologia deve ser o de proporcionar às pessoas em geral uma melhor compreensão sobre o passado.

As pesquisas desenvolvidas através da cultura material propiciam a produção de informações que geram conhecimento (sobre o passado e o presente). Por meio da comunicação, esse conhecimento pode ser incorporado à memória social coletiva, e uma situação como essa pode possibilitar a inclusão de componentes sócio-históricos ao processo de resignificação (OLIVEIRA, 2005) da própria identidade social.

No entanto, a comunicação das pesquisas relativas ao patrimônio não deve acontecer apenas após o seu término. Essa comunicação pode se dar também durante o andamento dessas pesquisas, através da arqueologia comunitária/pública. Isso significa envolver as comunidades nas intervenções e nos estudos arqueológicos, nas políticas de representação do patrimônio (MARCHALL, 2002 *apud* FERREIRA, 2011), e também permitir que a população local tenha conhecimento da existência dos acervos patrimoniais, e do propósito da sua preservação. Nesse sentido, durante o processo de escavação do sítio PS-03 Totó desenvolveu-se uma ação educativa com os alunos da escola técnica CVG (Conjunto Agrotécnico Visconde de Graça), à época vinculada à UFPel. Esses alunos fizeram uma visita ao sítio e lá foi proferida uma palestra sobre arqueologia e sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

Esse tipo de ação educativa é relevante tendo em vista que a constituição de identidades culturais, de certa forma, também é promovida pela arqueologia (FERREIRA, 2011). Assim, a arqueologia pública, a partir da educação patrimonial, por exemplo, deve promover a construção, juntamente com as comunidades, do conceito de bem público, evitando o distanciamento entre o sujeito e o patrimônio cultural (FUNARI; CARVALHO, 2011). Com isso, trabalha-se para que o cidadão seja capaz de compreender a sua importância no processo cultural em que está incluído (BASTOS; FUNARI, 2008 *apud* FUNARI; CARVALHO, 2011).

A educação patrimonial é um dos exemplos de como praticar a interação da arqueologia com o público em geral, todavia os meios utilizados para o desenvolvimento da arqueologia comunitária não são únicos, variam de acordo com as especificidades culturais e os problemas de pesquisa (FERREIRA, 2011).

De qualquer forma, é evidente a necessidade de informar o público a respeito do patrimônio e da relevância da sua preservação, em vista de que a própria identificação e conhecimento deste já promove e impulsiona a sua preservação (ICAHM, 1990 *apud* FUNARI; CARVALHO, 2011).

A partir desta reflexão sobre a metodologia de gestão direcionada à cultura material recuperada no sítio em questão, conclui-se que este processo foi desenvolvido na esfera na musealização da arqueologia, pois respeitou, de certa forma, as etapas da cadeia operatória: coleta (ou aquisição), gerenciamento (pesquisa, conservação e documentação), e extroversão. A própria confecção desta dissertação, bem como a sua futura defesa e publicação podem ser consideradas como um componente da documentação arqueológica e como forma de extroversão respectivamente. Isso se verifica pelo fato da autora desse trabalho ter sido partícipe de todos os processos da gestão arqueológica relatados aqui, registrando os métodos preservacionistas utilizados desde a retirada dos vestígios culturais do solo até o seu acondicionamento na reserva técnica; e, ademais, porque por meio da defesa e publicação deste estudo, será gerado conhecimento referente aos princípios que regeram os procedimentos de cura, preservação e divulgação dessa coleção.

Considerações finais

Por meio desta pesquisa se buscou evidenciar a relevância da existência de métodos específicos para a preservação do patrimônio arqueológico, pois este é composto pelos vestígios culturais materiais da humanidade, os quais evocam o passado, e, ao mesmo tempo, constituem patrimônios, reforçando, assim, identidades no presente. Dessa forma, estes podem ser entendidos como fonte de pesquisa para a compreensão das relações sociais, bem como suportes de memória e identidade coletivas.

Procurou-se também mostrar que o patrimônio, a memória e a identidade sociais, e mesmo a própria história são selecionados de modo classificatório, a partir de escolhas políticas, do que é digno de ser representado como testemunho histórico. A cultura material, assimilada, ou não, como patrimônio cultural, sempre vai possuir a marca de seu tempo, de uma determinada mentalidade, e, mesmo assim, ela pode ser manipulada de várias formas no presente, já que o enquadramento patrimonial é construído socialmente, portanto, pode expressar opções políticas. Cabe ao pesquisador ter isso em mente ao utilizar-se desse tipo de fonte para sua pesquisa, pois, é inegável o grande valor documental dos vestígios materiais e imateriais da cultura para o entendimento dos grupos sociais, visto que estes são verdadeiros condutores de relações sociais.

Devido a isso, destaca-se a importância das leis de proteção ao patrimônio de valor arqueológico brasileiro, as quais foram elaboradas e aplicadas a partir de meados do século XX, com a finalidade de resguardá-lo e conservá-lo. Essas normas são segmentos que

compõem um conjunto maior de especificações legais criadas para atingir também o patrimônio (material e imaterial) histórico-cultural e ambiental.

Além desses regulamentos existem, ainda, outros métodos igualmente importantes para o devido amparo dessas fontes. Isso se configura como se fosse o segundo nível para o tratamento apropriado da cultura material, para que se possa utilizá-la como fonte de pesquisa. Para tanto ela precisa ser submetida a um processo de gestão adequado que precisa dar conta da sua integridade física e da preservação de suas informações contextuais, ou seja, segundo Pebbles e Galloway (1981), o gerenciamento eficiente dos dados arqueológicos, e, também, a elaboração de uma documentação de gestão museológica apropriada.

A arqueologia trabalha com a cultura material vinculada ao seu contexto, sendo assim, não se trata apenas de coletar os vestígios arqueológicos, mas sim todos os elementos informacionais do sítio. Portanto, pode-se dizer que o uso dos protocolos de coleta durante a intervenção no sítio PS-03 Totó foi de grande valor para o devido gerenciamento dos achados e sistematização dos dados referentes a estes e ao sítio. Este procedimento permitiu a composição de uma documentação arqueológica e museológica completa, contendo informações abrangentes sobre a procedência, a quantidade, a potencialidade e a localização na reserva técnica da coleção arqueológica formada.

A partir dos exemplos de gestão de acervos arqueológicos nas instituições citadas neste estudo, pode-se notar a importância que é atribuída para esse tipo de documentação, pois, por meio desta se tem conhecimento da trajetória dos materiais, desde que estes são exumados do sítio, passando pelo tratamento, e indo até o seu acondicionamento nas reservas técnicas. Os exemplos mostraram também a importância da criação de uma metodologia padrão para o processamento das peças para evitar a perda de dados pertinentes para o desenvolvimento de pesquisas científicas que se basearão na consulta a esses acervos. Nisso se acrescenta a relevância da criação de bancos de dados que permitam a recuperação de informações abrangentes sobre os acervos, em vista de que para se iniciar uma pesquisa é necessária a localização das fontes, sendo preciso verificar-se quais conjuntos documentais se utilizarão para a busca de dados (BACELLAR, 2006). Sendo assim, “instrumentos de pesquisa são obras fundamentais à pesquisa, pois remetem o consulente, com maior ou menor precisão, às fontes disponíveis. Essas fontes devem ter passado, portanto, por algum tratamento (...) prévio, visando a sua organização e identificação” (BACELLAR, 2006, p.51).

Esses processos, que visam à organização, identificação e criação de uma documentação específica, se concretizam pelo artifício da musealização, o qual se desenvolve através do momento da aquisição dos itens, e se conclui após o gerenciamento e extroversão

destes, formando, assim, uma cadeia operatória. Assim sendo, no caso da arqueologia, esta começa já em campo, onde os materiais são adquiridos; então, durante esta etapa, já se devem produzir documentos pensando na futura curadoria dos achados arqueológicos (PEBBLES; GALLOWAY, 1981). Nesse sentido, conclui-se que o tratamento da coleção advinda do sítio PS-03 Totó começou desde o princípio no campo da musealização da arqueologia, pois o gerenciamento das informações se desenvolveu a partir da coleta do material por meio dos protocolos de coleta.

A curadoria dos 16836 vestígios arqueológicos (anexo 21) oriundos deste sítio seguiu também os princípios da musealização, uma vez que se teve o cuidado em garantir a integridade física dos materiais e das suas informações no processo de higienização, inventário, documentação, e acondicionamento.

A documentação formada por meio destes procedimentos é entendida como um fator de extrema importância, visto que ela garante o acesso ao acervo formado, bem como o seu uso para pesquisa científica (HICHCOCK, 1980). O acesso é garantido porque na documentação consta a localização exata do material na reserva técnica, de sorte que a utilização deste como fonte de estudo é permitida pelo fato de que os dados abrangentes do sítio se encontram também nessa documentação. Destaca-se esse fato como algo importante, pois futuros pesquisadores desse material não necessariamente poderão voltar ao sítio para o desenvolvimento dos seus estudos, e, mesmo que voltem, essa documentação se faz necessária, visto que a cada intervenção arqueológica uma parte do sítio é destruída, de modo que essa documentação serve para suprir as informações que estes não conseguirão encontrar novamente no sítio.

Essas técnicas de gestão mencionadas, por vezes, são consideradas apenas como os “bastidores” do resultado final, que é a extroversão, a publicação das pesquisas arqueológicas ou museológicas. Entretanto, essa etapa intermediária é fundamental, já que, sem esta, dificilmente se conseguirão dados suficientes para pesquisa. Mesmo que a missão primordial dos museus e das pesquisas arqueológicas seja direcionada à sociedade através da extroversão, conforme King (1980), os curadores são peças chave nesse processo.

Sendo considerada a extroversão como etapa final da musealização, pode-se afirmar que a coleção arqueológica proveniente do sítio PS-03 Totó também atingiu esse ponto no momento em que foi publicada a dissertação de mestrado do arqueólogo Aluísio Gomes Alves, já mencionada no capítulo anterior, bem como este próprio trabalho, do mesmo modo, pode ser considerado uma forma de publicar as bases que conduziram a gestão da coleção em questão. Esse último ponto tem um papel relevante para a próprio LEPAARQ/UFPel, visto

que é uma forma de publicizar os procedimentos, desenvolvidos nessa instituição, e que permitiram o gerenciamento apropriado desse acervo específico, os fundamentando no contexto da museologia, da arqueologia, bem como do patrimônio cultural.

Nessa perspectiva, afirma-se que os objetivos propostos na introdução deste trabalho foram alcançados, no sentido de que, além da descrição das metodologias utilizadas para o gerenciamento do acervo formado, a partir da intervenção no sítio PS-03 Totó (questão pragmática), houve também uma problematização desses processos na esfera da musealização da arqueologia. Dessa forma, se interligaram diferentes elementos (arqueologia, museologia e patrimônio cultural) num mesmo foco, que é a gestão de acervos arqueológicos, até porque esses elementos, de certa forma, se entrecruzam no desenvolver de suas pesquisas, já que são áreas que se aproximam e estabelecem um necessário diálogo.

Conclui-se, assim, que, como as fontes escritas, sonoras, visuais e audiovisuais, que são organizadas e inventariadas em arquivos, e são utilizadas como documentos históricos, os vestígios arqueológicos também devem receber os mesmos cuidados, e serem aproveitados da mesma forma como elementos de pesquisa para o levantamento de hipóteses históricas (RAMOS, 2010). Esses cuidados devem envolver uma administração apropriada desses vestígios, de preferência através da musealização, ou seja, um desenvolvimento específico para a sua gestão, uma vez que esse é o ponto inicial de preparo das informações arqueológicas, as quais, além de consultadas como fonte de pesquisa, podem também serem incorporadas pelo patrimônio cultural, pela memória coletiva e pela própria identidade social.

É pertinente aqui apontar que, com base na literatura pesquisada e na própria experiência da autora deste estudo na área de gestão de acervos arqueológicos, chega-se a conclusão de que o método da musealização não possui uma etapa final com o artifício da extroversão, uma vez que o trabalho com os acervos não cessa, é um trabalho contínuo, posto que os itens que compõem os acervos de natureza arqueológica não permanecem estáticos, eles movimentam-se dentro da instituição que os abriga, seja devido à análise, o empréstimo para pesquisas, o uso em exposições, ou por qualquer outro motivo. Esses processos devem ser sempre supervisionados e documentados, o que acaba por ocasionar a renovação de dados sobre esses materiais.

Em última instância, esclarece-se que algumas questões decorrentes desta pesquisa, tais como a construção social do patrimônio, da memória e da identidade, não foram exploradas mais a fundo, pois estavam fora dos propósitos, do foco deste estudo. No entanto, verificou-se ser relevante abordar, de forma breve, esses elementos, visto que, de alguma forma, estes podem reunir aspectos arqueológicos. Desse modo, se buscou apontá-los de

maneira crítica, procurando ultrapassar o senso comum e deixar claro que o patrimônio e a memória são regulamentados, oficializados, classificados, bem como a identidade também a é, não se configurando como uma essência, como algo da natureza e imutável, e estando sempre passível de receber influências de novos discursos sobre o passado que possam emergir dos conhecimentos proporcionados, inclusive, pelos vestígios advindos da cultura material, ofício *par excellence* da arqueologia.

Referências bibliográficas

AFONSO, M. C. *et al.* Curadoria das Coleções Arqueológicas Pré-Históricas Brasileiras no MAE/USP. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.7, p.199-201, 1997.

AFONSO, M. C. *et al.* Organização e Gerenciamento do Acervo Arqueológico Pré-Histórico Brasileiro no MAE/USP: O Projeto CAB. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 9, p. 223-238, 1999.

AFONSO, M. C. Os Arqueólogos no Processo Cultural do MAE/USP: da Pesquisa de Campo à Divulgação ao Público. In: Programa e Resumos do II Seminário Museus, Identidades e Patrimônio Cultural, “Arqueologia, Etnologia e Museologia: Desafios no Brasil”. **Dedalus-Acervo- MAE**, São Paulo, p. 7-11, 2008.

ALVES, A. G. **Arqueologia Guarani em uma Aldeia no Litoral Sudoeste da Laguna dos Patos, Sítio PS-03 Totó**. 2010. 152 f. Memorial de Qualificação (Mestrado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo (não publicada).

ALVES, A. G. **Análise Espacial em um Sítio Guarani no Litoral Sudoeste da Laguna dos Patos, Sítio PS- 03 Totó**. 2012. 281 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós- Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BACELLAR, C. Fontes documentais: Uso e Mau Uso dos Arquivos. In:_____ **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 25-79.

BALLARDO, L. O. M.; Milder, S. E. S. Um Sistema Documental para Acervos Arqueológicos Aplicado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM. **Cadernos do LEPAARQ**. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. 8, nº 15/16, p. 27-40, 2011.

BASTOS, R.; SOUZA, M.; GALLO, H. (org.). **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: IPHAN, 2005.

BASTOS, R. L.; FUNARI, P. P. A. Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage. Handbook of South American Archaeology. SILVERMAN, HELAINE, e ISBELL, WILLIAM H. (orgs). New York: Springer, 1127-1133, 2008.

BOSI, E. Memória- Sonho e Memória- Trabalho. In:_____ **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo:T. A Queiroz Editor, 1987. P. 5-15.

BOTTALLO, M. As Coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: Um exercício de Documentação Museológica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.8, p.257-268, 1998.

BOTALLO, M. A Gestão Documental do Patrimônio Arqueológico e Etnográfico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.6, p. 287-292, 1996.

BRAGA, G. B. A Conservação das Coleções do MAE/USP. In:_____ **Brasil 50 mil anos: Uma viagem ao Passado Pré-Colonial**. Eduardo Góes Neves; Erika M. Robrahn-González; Paulo De Blasis. (Org.). São Paulo: MAE/USP / EDUSP, v. 1, p. 59-69, 2001.

BRAGA, G. B. A Conservação Preventiva e as Reservas Técnicas. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 8, p. 269-277, 1998.

BRUNO, M. C. O. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: MAE-USP, nº 2 , p. 293- 313, 1996.

BUENO, L. de M. R. Arqueologia, Patrimônio e Sociedade: Quem Define a Agenda?. **Esboços (UFSC)**, v. 18, p. 55-72, 2011.

CALDARELLI, S. B.; SANTOS, M. do C. M. M. Arqueologia de Contrato no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, 44(1), p.52-73, 1999/2000.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo:Contexto, 2011.

CANDAU, J. Mémoire collective et mémoire individuelle fonctionnent-elles selon Le même modèle? **Archives**, n. 25, Avril, 2008.

CANDAU, J. Bases Antropológicas e Expressões Mundanas da Busca Patrimonial: Memória, Tradição e Identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, dez. 2009/mar, 2010.

CERQUEIRA, F. V. Projeto de mapeamento arqueológico de Pelotas e Região (São Lourenço do Sul, Capão do Leão, Morro Redondo, Turucu e Arroio do Padre). 2005. 12f. Projeto de Pesquisa. Instituto de Ciências Humanas/LEPAARQ (UFPel) - Universidade de Federal de Pelotas, Pelotas.

CERQUEIRA, F. V. Proteção Legal do Patrimônio Histórico e Arqueológico: Avanços e Percalços no Brasil Contemporâneo; In:_____ **Brasil Contemporâneo**. SCHULER; GUNTER (org). Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2006.

CERQUEIRA, F. V. *et al.* Programa Memoriar: sensibilização de jovens para a diversidade identitária por meio da educação patrimonial. In: Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul, de 20 a 23/11/2006, Rio Grande, RS. São Leopoldo: Editora da Unisinos, p. 01-08, 2006.

CERQUEIRA, F. V. ; SANTOS, D. O. M. dos. A Camisola do Dia. Patrimônio têxtil da cultura material nupcial (Rio Grande do Sul, de início a meados do século XX). **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 24, p. 305-330, 2011.

CHAGAS, M. de S. Em busca do Documento Perdido: A Problemática da Construção Teórica na Área da Documentação. **Caderno de Ensaios**. Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, nº 2, p. 41- 53, 1994.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. 3.ed. São Paulo:Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CURY, M. Comunicação e pesquisa de recepção: Uma perspectiva teórico- metodológico para os museus. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v.12 (suplemento), p.365-380, 2005.

CURY, M. X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006.

DIAS, A. S. Um Projeto para a Arqueologia Brasileira: Breve Histórico da Implementação do PRONAPA. **Rev. do CEPA**, Santa Cruz do Sul, 19 (22), p. 25-39, mar. 1995.

FERREIRA, M. L. M. Guerra nos Museus, Mesa-redonda do **Seminário Internacional “A Democratização da Memória: A Função Social dos Museus Ibero-Americanos”**, MHN, Rio de Janeiro, Outubro de 2008.

FERREIRA, L. M. Quieta Non Movere: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural. In: FUNARI, P. P; CARVALHO, A. V. (Org.). **Patrimônio Cultural, Diversidade e Comunidades**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 15-36, 2011.

FERREZ, H. D. Documentação Museológica: Teoria para uma boa Prática. **Cadernos de Ensaio: Estudos de Museologia**, Rio de Janeiro: Mic. IPHAN, n.2, p.64-74, 1994.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 2 ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

FRANÇOIS, E. As novas relações entre memória e História após a queda do Muro de Berlim. **Revista Memória em Rede**, nº 2, p. 17-29, 2010.

FROEHLICH, A. Conservação de materiais arqueológicos. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, nº52, 1994.

FUNARI, P. P.. **Arqueologia**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. V. Cultura material e patrimônio científico: discussões atuais. In: II Seminário Internacional - Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia. Rio de Janeiro : MAST, 2009, v. 1., p. 1-13.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GUARNIERI, W. R. C. L'interdisciplinarité en Muséologie. **Muwop/DoTraM**, v.2, p. 58-58, 1981.

GLASSIE, H. **Material Culture**. Bloomington, Indiana University Press, 1999.

GRUNBERG, E. Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Argos, n.12, p 159–180, 2000.

HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22., nº 36, p.261-273, jul/dez 2006.

HAUBWACHS, M. A **Memória Coletiva**. Editora Centauro, 2006.

HILBERT, K. Qual o Compromisso Social do Arqueólogo Brasileiro. **Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira**, São Paulo:SAB,v. 19, p.89-101, 2006.

HITHCOCK, A. Discussion Paper. **Curator**, 23 (1), p. 71-79, 1980.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro:Aeroplano, 2000.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KING, M. E. Curators: Ethics and Obligations. **Curator**, 23 (1), p. 10-18, 1980.

KIPNIS, R. **Protocolo de Campo: Escavação**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Biociências, Departamento de Biologia, Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos, 2003.

KOPEZINSKI, I. **Mineração X Meio Ambiente: Considerações Legais, Principais Impactos Ambientais e Seus Processos Modificadores**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000.

LACAYO, T. E. Factores de Alteración *in situ*: Conservación Preventiva del Material Arqueológico. In: **XV Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala** (editado por J.P. Laporte, H. Escobedo y B. Arroyo). Museo Nacional de Arqueología y Etnología, Guatemala), p.453-457, 2001.

LEAL, A. P. **Musealização da Arqueologia: Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná**. 2011. 76 f. Monografia (Bacharelado em Museologia) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

LIMA, T. A. Um Passado para o Presente: Preservação Arqueológica em Questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, p. 05-21, 2007.

LORÊDO, W. M. **Manual de Conservação em Arqueologia de Campo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Proteção, 1994.

MALARO, M. C. **A Legal Primer on Managing Museum Collections**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1985.

MARSHALL, Y. What is Community Archaeology? **World Archaeology**, (32):2, p. 211-219, 2002.

MENSCH, P. V. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. **Boletim ICOFOM/LAM**. 1ª Reunião Anual do ICOFOM/LAM. Ano II, n.4/5, 1992.

MENSCH, P. V. O Objeto de Estudo da Museologia. **Pretextos Museológicos I**, Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

MENESES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do museu Paulista**, São Paulo, v.2, n. ser, p.9-42, jan./dez. 1994.

MENESES, U. T. B. de. A Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. **Revista de História**, São Paulo, n.115, p.103-117, 1983.

MILET, V. **A Teimosia das Pedras: Um Estudo Sobre a Proteção do Patrimônio Ambiental Urbano**. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MILHEIRA, R. G. Um Modelo de Ocupação Regional Guarani no Sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 18:19-46, 2008.

MILHEIRA, R. G. **Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste**. 2008. 273f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil: Uma Crítica aos Contextos**. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (Tese de Livre Docência).

MORAIS, J. L. ; AFONSO, M. C. Arqueologia Brasileira no MAE/USP: Pesquisa, Ensino, Extensão e Curadoria. In: Anais da I Semana dos Museus da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 37-43, 1997.

NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. IN: Pierre Nora (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. Vol 1 La République, 1984.

NOVICK, A. L. The management of Archaeological Documentation. **Curator**, 23 (1), p.30-42, 1980.

OLIVEIRA, J. E. Por uma Arqueologia Socialmente Engajada: Arqueologia Pública, Universidade pública e Cidadania. In: _____ **Identidades, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea**. Organização de Pedro Paulo Abreu Funari; Charles E. Orser; Solange Nunes de Oliveira Schiavetto. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005, p. 117-136.

ORSER, C. E. **Introducción a La Arqueología Histórica**. Tradução e Prólogo: Andrés Zarankin; Revisão à versão em Espanhol: Maria X. Senatore. Buenos Aires: AINA, 2000.

PALLESTRINI, L.; MORAIS, J. L. **Arqueologia Pré-Histórica Brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Museu Paulista, Fundo de Pesquisas, 1980.

PEARCE, S. M. **Archaeological Curatorship**. Leicester Museum Studies Series. Leicester University Press, 1990.

PEBBLES, C. S.; GALLOWAY, P. Notes for Underground: Archaeological Data Management from Excavation to Curation. **Curator** 24/4, p. 225-251, 1981.

PEIXOTO, L. da S. Arqueologia e Patrimônio: O Urbano na Ótica da Cultura Material. In: CERQUEIRA, F. V.; GUTIERREZ, E. J. B.; SANTOS, D. O. M. dos; MELO, A. D. de (orgs) **Educação Patrimonial: Perspectivas Multidisciplinares**. Pelotas: Instituto de Memória e Patrimônio, p.87-90, 2008.

PEIXOTO, L. **Curadoria dos Materiais Arqueológicos dos Sítios da BR 392 sob a Guarda do LEPAARQ**. Projeto de Monitoramento, Resgate Arqueológico e Cultural da Área Diretamente Afetada pela Implantação da BR 116 e 392 Trecho Pelotas – Rio Grande - Estado do Rio Grande do Sul. 2012. 15 f. Relatório técnico parcial.

PINHO, E. G.; FREITAS, I. da C. **Normas Gerais**. Normas de Inventário. 1.ed., Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

POULOT, D. **Um Ecossistema do Patrimônio**. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 26-43.

PRATS, L. El Concepto de Patrimonio Cultural. **Política y Sociedad**, v. 27, p. 63-76, 1998.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, A. Arqueologia, Pré-História e História. In: _____ **Pré-História da Terra Brasilis**. Maria Cristina Tenório (org.). Editora UFRJ, primeira reimpressão, Rio de Janeiro, 2000. p. 19-32.

RAMOS, R. N. **Gestão, Preservação e Informação: Uma Proposta Digital para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) da Universidade Federal de Pelotas**. 2010. 59f. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RAMOS, R. N.; PEIXOTO, L.; ZORZI, M. PGAARQ - Programa de Gerenciamento de Acervo Arqueológico. In: Anais do I Congresso Internacional da SAB, XIV Congresso da SAB, III Encontro Nacional do IPHAN e Arqueólogos. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 223-224.

RAPOSO, L.; MARTINS, A. S.; CORREIA, V. **Arqueologia**. Normas de Inventário. 1.ed., Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

REDMAN, C. Multistage Fieldwork and Analytical Techniques. **American Antiquity**. 38 (1), p. 61-79, 1973.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueologia: teorias, métodos y práctica**. Madrid: Akal, 1993.

RIBEIRO, B. G. Museu e memória: reflexões sobre o colecionamento. **Ciências em Museus**, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. 1 (2), p.109-122, 1989.

ROCHA, L. M. G. **Museu, informação e comunicação**: Processo de construção do discurso museográfico e suas estratégias. 1999. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, V. C. B. ; SALLÈS, J. M. . O Conservador e o gerenciamento do patrimônio arqueológico. In: I Congresso Internacional de Arqueología de la Cuenca del Plata, 2011, Buenos Aires, 2011.

SANTOS, V. C. B. ; SANTOS, R. J. ; GALLI, F. ; SALLÈS, J. M. . La interdisciplinaridad aplicada en el Sitio arqueológico guaraní. In: Primer Encuentro Regional sobre el Patrimonio Cultural Marítimo e Costero, 2010, Piriápolis. Resúmenes del Primer Encuentro Regional sobre el Patrimonio Cultural Marítimo e Costero. Montevideo : Universidad de la República/Programa de Arqueología Subacuática, 2010.

SANTOS JÚNIOR, V. A Influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e Estratégias de Preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. **mneme – Revista de Humanidades**. Dossiê Arqueologias Brasileiras, v.6, nº 13, dez. 2004/jan.2005.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SCHELL-YBERT, R.; GASPARD, M. D.; KÖKLER, D.; FIGUTI, L. Proposta de Amostragem Padronizada Para Macro-vestígios Bioarqueológicos: Antracologia, Arqueobotânica, Zooarqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, p. 139-163, 2005-2006.

SILVA, T. T. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In:_____ **Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SILVA, A. S. N. F. da. **Musealização da Arqueologia**: Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico em Museus Pontiguares. 2008. 178f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, R. C. P. da. Os Desafios da Proteção Legal: Uma Arqueologia da Lei nº 3.924/61. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Brasília, nº 33, p.50-73, 2007.

SPENCER, W. B. **Patrimônio**: legislação e instrumentos normativos: ecos de silêncio! A memória indígena recusada. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal.

TELLES, M. F. de P. Direitos Culturais e Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico Brasileiro: Notas sobre a Lei 3.924/61. **Direitos Culturais**, v.4, p.199-212, 2009.

TRIGGER, B. G.. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauro** . Apresentação, Tradução, e Comentários Críticos por Odete Dourado. 3 ed. Ver. Ampl. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UFBA, 1996.

WARD, P. 1989. **The Nature of Conservation - A Race Against Time**. Marina del Rey - California, The Getty Conservation Institute. Second edition, 1989.

YANG, M. Manual for Museum Policy and Procedures. **Curator**, 32 (4), p.269-274, 1989.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANETTINI, P. **Organização da Reserva Técnica de São Miguel das Missões, RS – Projeto de Catalogação e Armazenamento**. Relatório Final. 2008. 35 f. Catálogo dos Acervos Arqueológicos – Escritório Técnico das Missões.

Decreto de lei nº 25/37. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Carta de Veneza. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

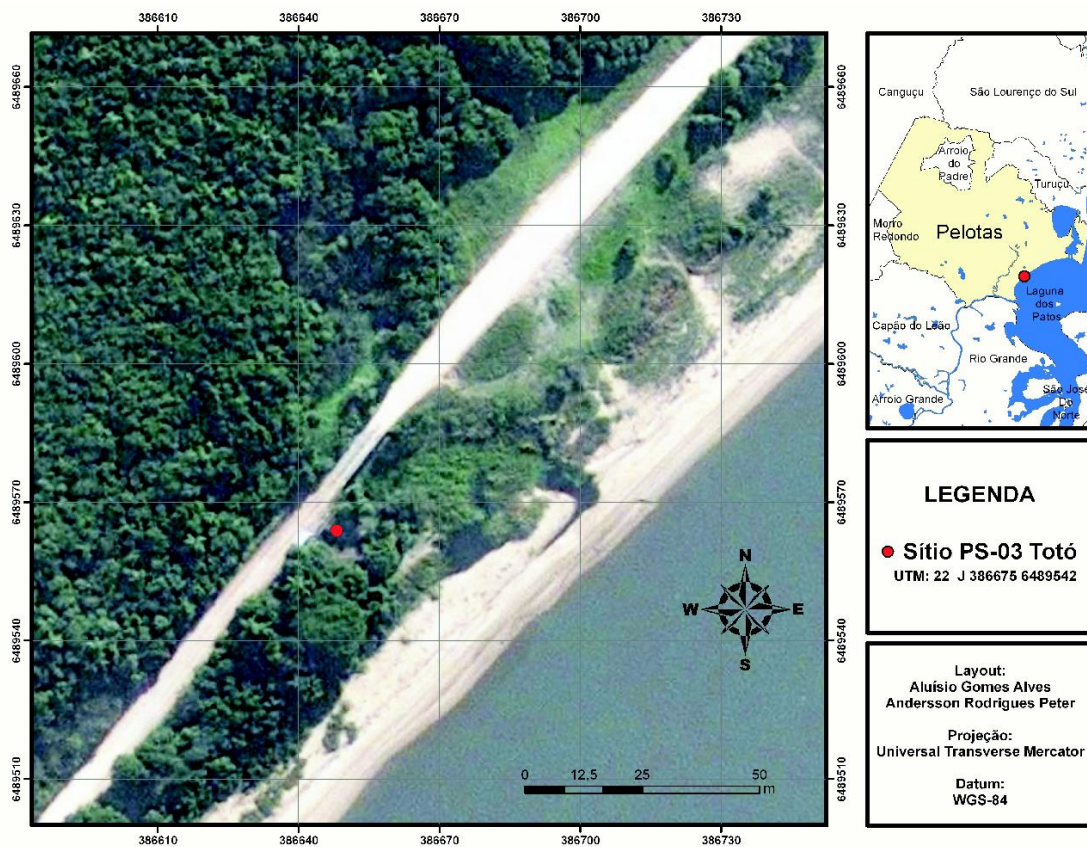
Carta de Burra. Disponível em:

<<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Anexos

Anexo 01 - Mapa de Localização do Sítio PS-03 Totó

Fonte: Alves (2010)



Anexo 02 – Imagens da Demarcação de Quadículas Adicionais



Anexo 03 – Coleta Superficial do Material Arqueológico que Aflorou com a Passagem do Trator na Estrada

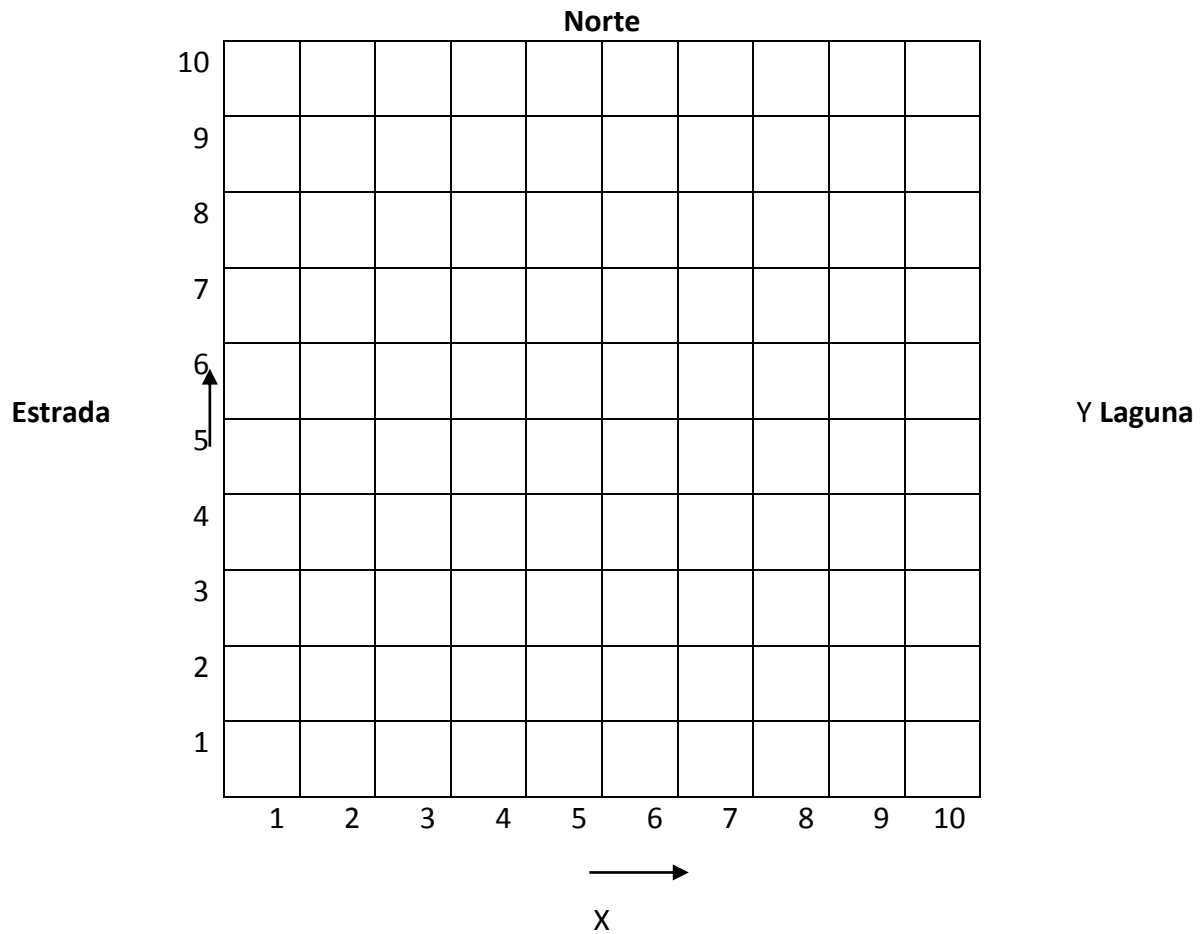


Anexo 04 –Ficha de Campo– Controle de Quadricula

Sítio/Ano: PS-03 Totó/2010	Quadricula:	Nível:
Registrado por:	Data:	Folha Nº:

Medidas da Quadra

Início do nível	NW:	NE:	SW:	SE:	CE:
Fim do nível	NW:	NE:	SW:	SE:	CE:



LEGENDA:

* Cerâmica

 Δ Lítico

● Carvão

+ Arqueofauna

 Θ Arqueobotânico

© Conquiliológico

¥ Raízes

..... Limite difuso entre fácies

— — — Limite claro entre fácies

———— Limite entre camadas

— . . — .

**Área de coleta de amostra**

(indicar número, tipo):



Anexo 05 – Planilha de Registro Espacial de Peças

[illegible]

Anexo 06 – Planilha de Volume Escavado

[illegible]

Anexo 07 – Planilha de Registro Sobre as Camadas do Solo, Materiais Encontrados e Amostras Coletadas para Futura Análise

LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – LEPAARQ/UFPEL

Formulário de Descrição de Quadricula		Folha Nº:
Sítio/Ano: PS-03 Totó/2010	Quadra:	Nível:
Registrado por:		Data:

Descrição da Matriz

Camada/Fácies	Cor (Munsell)	Compactação	Textura	Inclusões (>10%)

Material Encontrado

- | | |
|--------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Lítico | <input type="checkbox"/> Arqueobotânico |
| <input type="checkbox"/> Cerâmico | <input type="checkbox"/> Osso humano |
| <input type="checkbox"/> Arqueofauna | <input type="checkbox"/> Argila |
| <input type="checkbox"/> Carvão | <input type="checkbox"/> Outros (especificar): |

Amostras Coletadas (indicar o número de amostras para cada tipo de material)

☐ Sim ☐ Não

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Carvão (datação): | <input type="checkbox"/> Sedimento (fitólito): |
| <input type="checkbox"/> Carvão (antracologia): | <input type="checkbox"/> Sedimento (pólem): |
| <input type="checkbox"/> TL: | <input type="checkbox"/> Sedimento (granulometria): |
| <input type="checkbox"/> Sedimento (zooarqueologia): | <input type="checkbox"/> Sedimento (análise química): |
| <input type="checkbox"/> Sedimento (antracologia): | <input type="checkbox"/> Outras (especificar): |

Contexto da Coleta

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Disperso no sedimento | <input type="checkbox"/> Outros (especificar): |
|--|--|

(descrever e propor interpretação)

☐ Concentrado em estruturas

Modo de Coleta

- ☐ Manual
- ☐ Flotação
- ☐ Peneiragem a seco
- ☐ Peneiragem com água
- ☐ Outras (especificar):

- Malha peneira
- ☐ 2mm
 - ☐ 3mm
 - ☐ 4mm
 - ☐ Outras(especificar):

Descrição da Coleta Amostral

Nº da Coleta	Camada/Fácies	Nº de Baldes	Sedimento	Observações

Documentação Registrada (indicar a quantidade)

- ☐ Croqui:
- ☐ Fotos:

- ☐ Video:
- ☐ Outros (especificar)

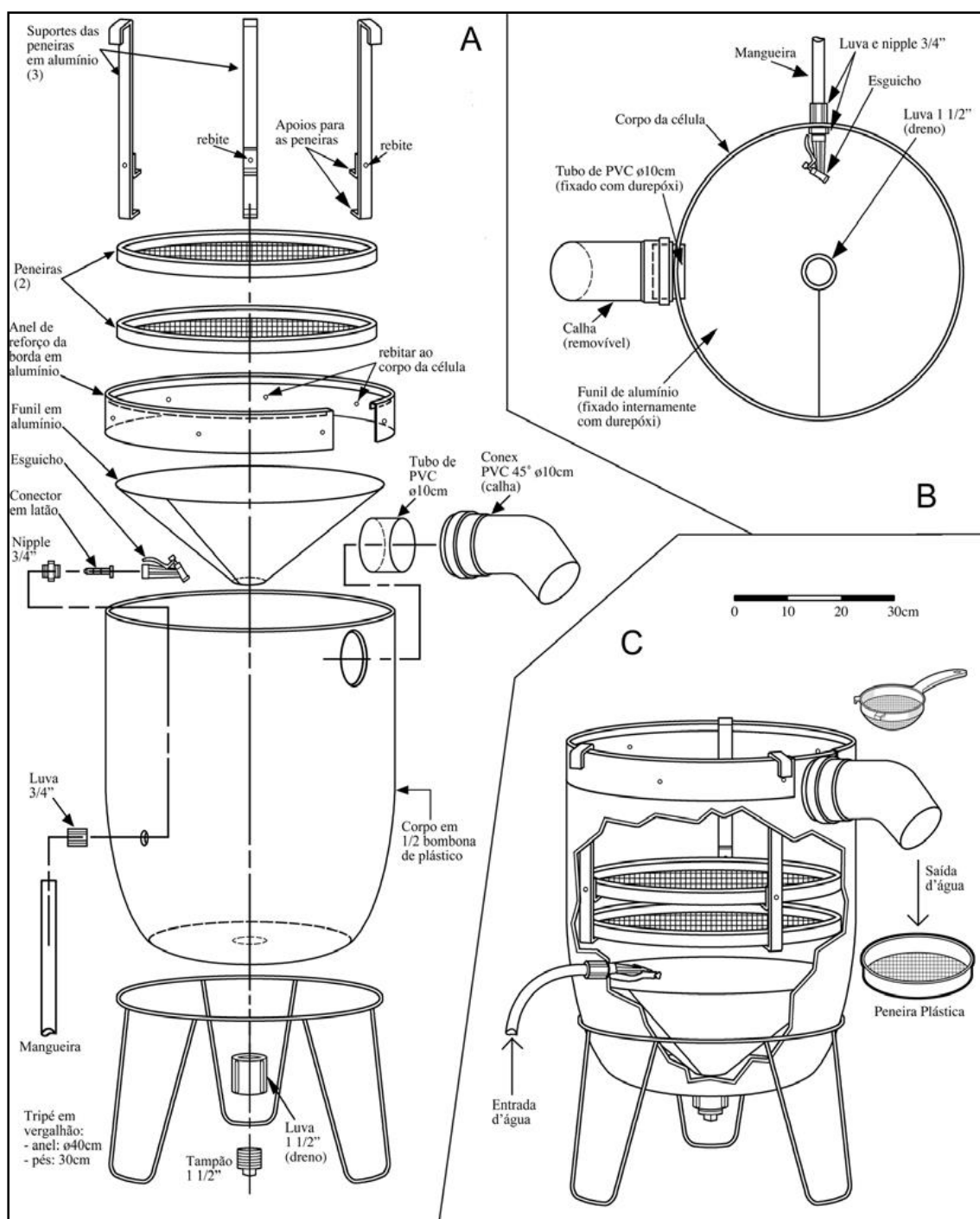
Comentários: _____

Anexo 09- Etiquetas que são Acondicionadas Juntamente com o Material Arqueológico

Sítio:	Nº da peça:	
Quadrícula:	X:	Y:
Nível:	Z:	
Data:	Orientação:	
Local:	Inclinação:	
Registrado por:	Trat. <i>in situ</i> : Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
	Obs:	
LEPAARQ - LABORATÓRIO DE ENS. E PESQ. EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA-ICH/UFPel		

Anexo 10 - Modelo de uma Célula de Flotação

Fonte: SCHELL-YBERT *et al* (2005/2006)



Anexo 11 - Protocolo de Flotação. Roteiro para Realização de Flotação das Amostras de Sedimento

Fonte: SCHELL-YBERT *et al* (2005/2006)

PROTOCOLO DE FLOTAÇÃO

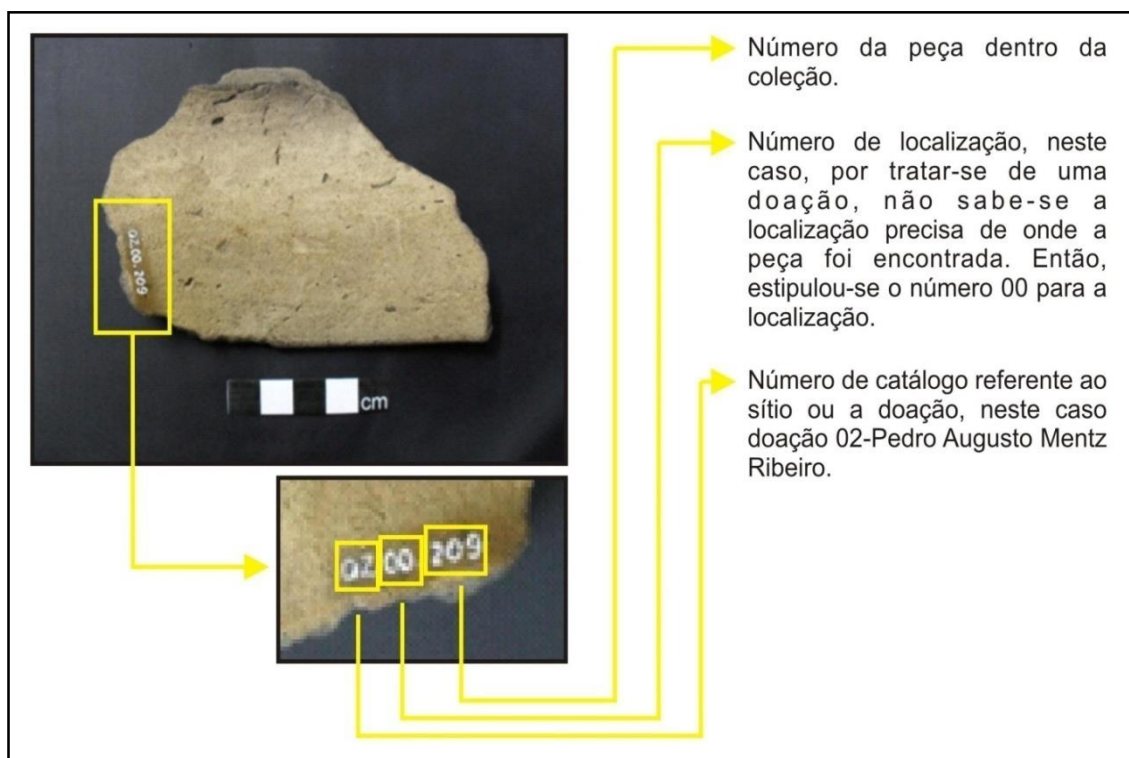
1. Colocar o sedimento do balde ou do saco plástico na peneira da célula de flotação cheia de água (usar sempre peneiras com malha de 2mm).
2. Se necessário, revolver o sedimento com as mãos para soltar os carvões, mas sem esmagá-los.
3. Para agilizar o processo, os carvões flutuantes podem ser recolhidos com um coador de plástico; colocá-los delicadamente na peneirinha de saída da célula de flotação.
4. Quando todos os carvões tiverem sido recolhidos, ou tiverem caído na peneirinha externa, retirar a peneira da célula.
5. O sedimento que permaneceu sobre a peneira (refugo de peneira) deve ser sistematicamente triado, a fim de recuperar os fragmentos de carvão que não flutuaram.
6. Quaisquer restos faunísticos que sobraem na peneira devem ser recuperados, de preferência, coletar todos os vestígios, independente do tamanho, pois mesmo fragmentos mínimos podem conter elementos passíveis de identificação no laboratório.
7. **Manipular os carvões molhados com extremo cuidado, pois eles são muito frágeis e podem se desagregar à menor pressão.**
8. Deixar os carvões ao ar livre para que sequem, longe de uma fonte de calor intensa, a fim de evitar sua fragmentação e deterioração da estrutura anatômica. A melhor forma de secá-los é utilizar cones de papel jornal.
9. **Todos** os carvões, restos faunísticos e restos botânicos flotados ou retidos pela peneira devem ser coletados.

Anexo 12 - Protocolo de Conservação Arqueológica

		FICHA Nº: _____	
DATA: _____		RESPONSÁVEL: _____	
PROVENIÊNCIA			
Sítio: _____	Quadricula: _____		
Nível: _____	N.º do objeto: _____		
IDENTIFICAÇÃO			
Tipologia: <input type="checkbox"/> cerâmica <input type="checkbox"/> arqueofauna <input type="checkbox"/> lítico <input type="checkbox"/> outro: _____			
Estado de conservação: <input type="checkbox"/> pouco alterado <input type="checkbox"/> alterado <input type="checkbox"/> muito alterado			
INTERVENÇÃO			
In situ:	Data	Responsável	
Em laboratório de campo:	Data:	Responsável	
Em laboratório da instituição:	Data:	Responsável	
OBSERVAÇÕES:			

Anexo 13- Esquema Ilustrativo da Metodologia Utilizada no LEPAARQ para o Inventário das Peças Antes das Atualizações que Trouxeram modificações a essa Prática

Fonte: Ramos (2010)



Anexo 14 – Ficha de Registro de Inventário**

Lote	Procedência	UTM	UTM	Nº Individual	Categoria	Tipologia	Descrição	Quant.	Data	Caixa	Total do lote	Total sondagem
1	Ma20 Nível 1	221	64572480	102.001	Cerâmica	Pré-histórica		1	30/9/2010	1	1	
											1	
2	Ma20 Nível 2	221	64572480	102.002	Cerâmica	Pré-histórica		1	30/9/2010	1		
	Ma20 Nível 2	221	64572480	102.003	Cerâmica	Pré-histórica		1	30/9/2010	1		
3	Ma20 Nível 3	221	64572480	102.004				1	30/9/2010	1	2	
											1	4
4	Ma16 Nível 2	221	64572522	102.005	Lítico			1	29/9/2010	1		
											1	
5	Ma16 Nível 3	221	64572522	102.006	Lítico			1	29/9/2010	1		
											1	2
6	Ma39 Nível 1	221	64572668	102.007	Cerâmica	Pré-histórica		1	2/10/2010	1		
											1	1
	Ma43 Nível 1	221	64572707	102.008	Cerâmica	Pré-histórica		1	2/10/2010	1		
	Ma43 Nível 1	221	64572707	102.009	Cerâmica	Pré-histórica		1	2/10/2010	1		
	Ma43 Nível 1	221	64572707	102.010	Lítico			1	2/10/2010	1		
	Ma43 Nível 1	221	64572707	102.011	Metal			1	2/10/2010	1		
8											4	4
	Ma45 Nível 2	221	64572701	102.012	Cerâmica			1	2/10/2010	1		
9											1	1
	Ta-3C Nível 4	221	64572707	102.013	Louça			1	12/11/2010	1		
											1	1
												13

** Utiliza-se como exemplo esta ficha, a qual representa o catálogo 102, sítio arqueológico BR – Marcelino. As fichas de registro de inventário originais são arquivadas em arquivos do Excel, esta é apenas uma representação em figura.

Anexo 15 - Reserva Técnica do LEPAARQ/UFPeI



Anexo 16 – Etiqueta de Lote

CATÁLOGO ____	LOTE ____
PEÇAS:	
CAIXA _____	

Anexo 17 - Ficha de Correspondência das Quadrículas do Sítio Guarani PS-03 Totó

Quadrícula	Número Correspondente
7.10	1
7.11	2
7.12	3
7.13	4
7.14	5
7.15	6
8.10	7
8.11	8
8.12	9
8.13	10
8.14	11
8.15	12
9.10	13
9.11	14
9.12	15
9.13	16
9.14	17
9.15	18
10.10	19
10.11	20
10.12	21
10.13	22
10.14	23
10.15	24
11.10	25
11.11	26

11.12	27
11.13	28
11.14	29
11.15	30
12.10	31
12.11	32
12.12	33
12.13	34
12.14	35
12.15	36
13.10	37
13.11	38
13.12	39
13.13	40
13.14	41
13.15	42
14.10	43
14.11	44
14.12	45
14.13	46
14.14	47
14.15	48
15.10	49
15.11	50
15.12	51
15.13	52
15.14	53
15.15	54

16.10	55
16.11	56
16.12	57
16.13	58
16.14	59
16.15	60
17.10	61
17.11	62
17.12	63
17.13	64
17.14	65
17.15	66
18.10	67
18.11	68
18.12	69
18.13	70
18.14	71
18.15	72
15.22	73
16.22	74
17.16	75
18.21 e 18.22	76
22.14	77
22.16	78
22.17	79
22.18	80
22.19	81
22.20	82

22.24	83
13.17	84
Coleta superficial	85

Anexo 18 - Ficha de Correspondência dos Lotes do Sítio Guarani PS-03 Totó

Lote	Procedência (Quadrícula + Nível)
1	Q.7.10 Nível 1
2	Q 7.10 Nível 2
3	Q 7.10 Nível 3
4	Q 7.11 Nível 1
5	Q 7.11 Nível 2
6	Q 7.11 Nível 3
7	Q 7.12 Nível 1
8	Q 7.12 Nível 2
9	Q 7.12 Nível 3
10	Q 7.13 Nível 1
11	Q 7.13 Nível 2
12	Q 7.13 Nível 3
13	Q 7.14 Nível 1
14	Q 7.14 Nível 2
15	Q 7.14 Nível 3
16	Q 7.15 Nível 1
17	Q 7.15 Nível 2
18	Q 7.15 Nível 3
19	Q 8.10 Nível 1
20	Q 8.10 Nível 2
21	Q 8.10 Nível 3
22	Q 8.11 Nível 1
23	Q 8.11 Nível 2
24	Q 8.11 Nível 3
25	Q 8.12 Nível 1

26	Q 8.12 Nível 2
27	Q 8.12 Nível 3
28	Q 8.13 Nível 1
29	Q 8.13 Nível 2
30	Q 8.13 Nível 3
31	Q 8.14 Nível 1
32	Q 8.14 Nível 2
33	Q 8.14 Nível 3
34	Q 8.15 Nível 1
35	Q 8.15 Nível 2
36	Q 8.15 Nível 3
37	Q 9.10 Nível 1
38	Q 9.10 Nível 2
39	Q 9.10 Nível 3
40	Q 9.11 Nível 1
41	Q 9.11 Nível 2
42	Q 9.11 Nível 3
43	Q 9.12 Nível 1
44	Q 9.12 Nível 2
45	Q 9.12 Nível 3
46	Q 9.13 Nível 1
47	Q 9.13 Nível 2
48	Q 9.13 Nível 3
49	Q 9.14 Nível 1
50	Q 9.14 Nível 2
51	Q 9.14 Nível 3
52	Q 9.15 Nível 1
53	Q 9.15 Nível 2

54	Q 9.15 Nível 3
55	Q 10.10 Nível 1
56	Q 10.10 Nível 2
57	Q 10.10 Nível 3
58	Q10.11. Nível 1
59	Q 10.11 Nível 2
60	Q 10.11 Nível 3
61	Q 10.12 Nível 1
62	Q 10.12 Nível 2
63	Q 10.12 Nível 3
64	Q 10.13 Nível 1
65	Q 10.13 Nível 2
66	Q 10.13 Nível 3
67	Q 10.14 Nível 1
68	Q 10.14 Nível 2
69	Q 10.14 Nível 3
70	Q 10.15 Nível 1
71	Q 10.15 Nível 2
72	Q 10.15 Nível 3
73	Q 11.10 Nível 1
74	Q 11.10 Nível 2
75	Q 11.10 Nível 3
76	Q 11.11 Nível 1
77	Q 11.11 Nível 2
78	Q 11.11 Nível 3
79	Q 11.12 Nível 1
80	Q 11.12 Nível 2
81	Q 11.12 Nível 3

82	Q 11.13 Nível 1
83	Q 11.13 Nível 2
84	Q 11.13 Nível 3
85	Q 11.14 Nível 1
86	Q 11.14 Nível 2
87	Q 11.14 Nível 3
88	Q 11.15 Nível 1
89	Q 11.15 Nível 2
90	Q 11.15 Nível 3
91	Q 12.10 Nível 1
92	Q 12.10 Nível 2
93	Q 12.10 Nível 3
94	Q 12.11 Nível 1
95	Q 12.11 Nível 2
96	Q 12.11 Nível 3
97	Q 12.12 Nível 1
98	Q 12.12 Nível 2
99	Q 12.12 Nível 3
100	Q 12.13 Nível 1
101	Q 12.13 Nível 2
102	Q 12.13 Nível 3
103	Q 12.14 Nível 1
104	Q 12.14 Nível 2
105	Q 12.14 Nível 3
106	Q 12.15 Nível 1
107	Q 12.15 Nível 2
108	Q 12.15 Nível 3
109	Q 13.10 Nível 1

110	Q 13.10 Nível 2
111	Q 13.10 Nível 3
112	Q 13.11 Nível 1
113	Q 13.11 Nível 2
114	Q 13.11 Nível 3
115	Q 13.12 Nível 1
116	Q 13.12 Nível 2
117	Q 13.12 Nível 3
118	Q 13.13 Nível 1
119	Q 13.13 Nível 2
120	Q 13.13 Nível 3
121	Q 13.14 Nível 1
122	Q 13.14 Nível 2
123	Q 13.14 Nível 3
124	Q 13.15 Nível 1
125	Q 13.15 Nível 2
126	Q 13.15 Nível 3
127	Q 13.17 Nível 3
128	Q 14.10 Nível 1
129	Q 14.10 Nível 2
130	Q 14.10 Nível 3
131	Q 14.11 Nível 1
132	Q 14.11 Nível 2
133	Q 14.11 Nível 3
134	Q 14.12 Nível 1
135	Q 14.12 Nível 2
136	Q 14.12 Nível 3
137	Q 14.13 Nível 1



138	Q 14.13 Nível 2
139	Q 14.13 Nível 3
140	Q 14.14 Nível 1
141	Q 14.14 Nível 2
142	Q 14.14 Nível 3
143	Q 14.15 Nível 1
144	Q 14.15 Nível 2
145	Q 14.15 Nível 3
146	Q 15.10 Nível 1
147	Q 15.10 Nível 2
148	Q 15.10 Nível 3
149	Q 15.11 Nível 1
150	Q 15.11 Nível 2
151	Q 15.11 Nível 3
152	Q 15.12 Nível 1
153	Q 15.12 Nível 2
154	Q 15.12 Nível 3
155	Q 15.13 Nível 1
156	Q 15.13 Nível 2
157	Q 15.13 Nível 3
158	Q 15.14 Nível 1
159	Q 15.14 Nível 2
160	Q 15.14 Nível 3
161	Q 15.15 Nível 1
162	Q 15.15 Nível 2
163	Q 15.15 Nível 3
164	Q 15.22 Nível 3
165	Q 16.10 Nível 1

166	Q 16.10 Nível 2
167	Q 16.10 Nível 3
168	Q 16.11 Nível 1
169	Q 16.11 Nível 2
170	Q 16.11 Nível 3
171	Q 16.12 Nível 1
172	Q 16.12 Nível 2
173	Q 16.12 Nível 3
174	Q 16.13 Nível 1
175	Q 16.13 Nível 2
176	Q 16.13 Nível 3
177	Q 16.14 Nível 1
178	Q 16.14 Nível 2
179	Q 16.14 Nível 3
180	Q 16.15 Nível 1
181	Q 16.15 Nível 2
182	Q 16.15 Nível 3
183	Q 16.22 Nível 3
184	Q 17.10 Nível 1
185	Q 17.10 Nível 2
186	Q 17.10 Nível 3
187	Q 17.11 Nível 1
188	Q 17.11 Nível 2
189	Q 17.11 Nível 3
190	Q 17.12 Nível 1
191	Q 17.12 Nível 2
192	Q 17.12 Nível 3
193	Q 17.13 Nível 1

194	Q 17.13Nível 2
195	Q 17.13 Nível 3
196	Q 17.14 Nível 1
197	Q 17.14 Nível 2
198	Q 17.14 Nível 3
199	Q 17.15 Nível 1
200	Q 17.15 Nível 2
201	Q 17.15 Nível 3
202	Q 17.16 Nível 1
203	Q 18.10 Nível 1
204	Q 18.10 Nível 2
205	Q 18.10 Nível 3
206	Q 18.11 Nível 1
207	Q 18.11 Nível 2
208	Q 18.11 Nível 3
209	Q 18.12 Nível 1
210	Q 18.12 Nível 2
211	Q 18.12 Nível 3
212	Q 18.13 Nível 1
213	Q 18.13 Nível 2
214	Q 18.13 Nível 3
215	Q 18.14 Nível 1
216	Q 18.14 Nível 2
217	Q 18.14 Nível 3
218	Q 18.15 Nível 1
219	Q 18.15 Nível 2
220	Q 18.15 Nível 3
221	Q 18.21/22 Nível3

222	Q 22.14 Nível 3
223	Q 22.16 Nível3
224	Q 22.17 Nível 3
225	Q 22.18 Nível 3
226	Q 22.19 Nível 3
227	Q 22.20 Nível 3
228	Q 22.24 Nível 3

Anexo 19 - Formulários do IPHAN

 MINISTÉRIO DA CULTURA Sist. Nac. de Informações Culturais - SNIC		Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos* - CNSA -		 IPHAN Depto. de Identificação e Documentação - DID	
Nome do sítio: _____					
Outras designações e siglas: _____				CNSA: _____	
Município: _____				UF: _____	
Localidade: _____					
Outras designações da localidade: _____					
Descrição sumária do sítio: _____					
Sítios relacionados: _____					
Nome do proprietário do terreno: _____					
Endereço: _____					
CEP: _____		Cidade: _____		UF: _____	
E-mail: _____		Fone/Fax: _____			
Ocupante atual: _____					
Acesso ao sítio: _____					
Comprimento: _____ m		Largura: _____ m		Altura máxima: _____ m (a partir do nível do solo)	
Área: _____ m²		Medição: Estimada		Passo Mapa Instrumento	
Nome e sigla do documento cartográfico: _____					
Ano de edição: _____		Órgão: IBGE		DSG Outro Escala: _____	
Delimitação da área / Coordenadas UTM					
Ponto central: Zona: E: N:		Unidade geomorfológica: _____			
Perímetro: Zona: E: N:		Compartimento topográfico: _____			
Zona: E: N:		Altitude: _____ m (com relação ao nível do mar)			
Zona: E: N:		Água mais próxima: _____			
Zona: E: N:		Distância: _____ m			
GPS DATUM: _____		Rio: _____			
Em mapa Margem de erro: _____ m		Bacia: _____			
Outras referências de localização: _____					
Vegetação atual:					
<input type="checkbox"/> Floresta ombrófila		<input type="checkbox"/> Savana (cerrado)		<input type="checkbox"/> Atividade urbana	
<input type="checkbox"/> Floresta estacional		<input type="checkbox"/> Savana-estépica (caatinga)		<input type="checkbox"/> Pasto	
<input type="checkbox"/> Campinarana		<input type="checkbox"/> Estepa		<input type="checkbox"/> Via pública	
<input type="checkbox"/> Capoeira		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> Estrutura de fazenda	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> Área não utilizada	
Outra: _____					
Uso atual do terreno:					
Propriedade da terra: <input type="checkbox"/> Área pública		<input type="checkbox"/> Área privada		<input type="checkbox"/> Área militar	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> Área indígena	
Outra: _____					
Proteção legal: <input type="checkbox"/> Unid. de conservação ambiental					
Em área tombada: <input type="checkbox"/> Municipal		<input type="checkbox"/> Estadual		<input type="checkbox"/> Federal	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> Patrim. da humanidade	
Categoria:					
<input type="radio"/> Unicomponencial		<input type="checkbox"/> Pré-colonial		Tipo de sítio: _____	
<input type="radio"/> Multicomponencial		<input type="checkbox"/> De contato		Forma: _____	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> Histórico		Tipo de solo: _____	
Estratigrafia:					
Contexto de deposição: <input type="checkbox"/> Em superfície		<input type="checkbox"/> Em profundidade			
Exposição: <input type="radio"/> Céu aberto		<input type="radio"/> Abrigo sob rocha		<input type="radio"/> Gruta	
<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/> Submerso	
Outra: _____					

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos

00002

1

MINISTÉRIO
DA CULTURA
Sist. Nac. de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos*
- CNSA -

IPHAN
Instituto
do Patrimônio
Histórico e
Artístico
Nacional
Depto. de Identificação e Documentação - DID

Estruturas

Áreas de refúgio

De Lascamento

De Combustão

(fogueira, forno, fogão)

Funerárias

Vestígios de edificação

Vestígios de mineração

Alinhamento de pedras

Manchas pretas

Concentrações cerâmicas

Outras:

Canais tipo

trincheiras, valetas

Círculos de pedra

Estacas, buracos de

Fossas

Muros de terra, linhas de

argila

Palafitas

Paliçadas

Quantidade:

Artefatos:

Lítico lascado

Lítico polido

Sobre material orgânico

Cerâmico

Sobre concha

Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições:

Números de catálogo:

Arte rupestre:	Pintura	Gravura	Ausente
----------------	---------	---------	---------

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos: Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Arte rupestre: Tradições:
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições:

Datações absolutas:

Datações relativas:

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
Erosão pluvial Atividades agrícolas
Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local:	Registro	Sondagem ou Corte estratigráfico
	Coleta de superfície	Escavação de grande superfície
		Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Data do registro:

Ano do registro:

(para quando a data completa não puder ser informada)

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos

MINISTÉRIO DA CULTURA
Sist. Nac. de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*
- CNSA -

IPHAN
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Depto. de Identificação e Documentação - DID

Nome do projeto:

Nome da instituição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Documentação produzida (quantidade)

Mapa com sítio plotado:

Foto preto e branco:

Croqui:

Reprografia de imagem:

Planta baixa do sítio:

Imagem de satélite:

Planta baixa dos locais afetados:

Cópia total de arte rupestre:

Planta baixa de estruturas:

Cópia parcial de arte rupestre:

Perfil estratigráfico:

Ilustração do material:

Perfil topográfico:

Cademeta de campo:

Foto aérea:

Video / filme:

Foto colorida:

Outra:

Bibliografia:

Observações

Responsável pelo preenchimento da ficha

Data:

Localização dos dados:

Atualizações

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.524 de 24 de março de 1960, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Anexo 20 – Protocolo de Musealização da Arqueologia- Pesquisa de Campo, Sítio PS-03 Totó

- 1) O que os arqueólogos estão buscando responder? Existe uma pergunta prévia? Qual?
- 2) Quais os critérios de seleção artefactual? Existe uma expectativa de seleção para exibição pública? O que será de fato patrimonializável?
- 3) De que maneira a informação primária coletada está sendo gerenciada? Tendo aí informações como artefatos e outros dados (numerações, cadernos de campo, registro de informação, fotografias, etc.)
- 4) Para onde esta informação será enviada? Como será armazenada? Terá uma sistematização? Terá uso público?
- 5) Como está sendo a conservação *in situ*?
- 6) Existe um critério de descarte? Qual?

Anexo 21 – Quantificação dos Vestígios Arqueológicos Oriundos do Sítio PS-03 Totó

Tabela de Quantificação de Materiais do Sítio PS03 Totó							
Lote	Arqueobotânico	Arqueofauna	Carvão	Cerâmica	Conquiliológico	Lítico	Total
1	1	10	0	6	1	3	21
2	0	5	0	5	1	0	11
3	123	9	2	246	3	51	434
4	1	1	0	6	1	0	9
5	0	10	0	28	0	2	40
6	90	3119	1	152	0	38	3400
7	0	11	0	16	0	0	27
8	0	4	0	3	0	0	7
9	6	50	1	17	2	3	79
10	2	10	0	0	0	0	12
11	0	7	0	2	0	0	9
12	0	3	0	1	0	0	4
13	0	0	0	0	0	0	0
14	0	0	0	2	0	0	2
15	0	0	0	2	0	0	2
16	0	0	0	0	0	0	0
17	0	7	0	1	1	0	9
18	0	1	0	2	0	0	3
19	0	7	0	7	0	0	14
20	0	5	0	16	0	0	21
21	7	24	0	83	1	13	128
22	0	3	0	5	0	2	10

23	0	51	0	24	0	4	79
24	9	220	1	75	1	11	317
25	1	16	0	2	0	0	19
26	1	17	0	14	1	1	34
27	0	26	2	16	1	2	47
28	0	0	0	1	0	0	1
29	0	28	0	5	0	1	34
30	0	6	1	13	0	1	21
31	0	0	0	0	0	0	0
32	0	4	0	2	0	1	7
33	0	0	0	6	0	0	6
34	0	6	0	0	0	0	6
35	0	0	0	0	0	0	0
36	0	0	0	3	0	0	3
37	0	18	0	36	0	2	56
38	0	7	0	8	0	3	18
39	2	67	2	74	0	13	158
40	0	14	0	10	0	5	29
41	0	6	0	5	0	0	11
42	0	189	20	84	0	13	306
43	0	9	0	4	0	0	13
44	0	0	0	3	1	0	4
45	1	97	6	70	2	10	186
46	0	2	0	0	0	0	2
47	0	5	0	8	0	0	13
48	5	244	3	72	0	22	346

49	0	2	0	13	0	3	18
50	0	5	0	2	0	1	8
51	0	42	4	23	9	10	88
52	0	1	0	1	0	0	2
53	0	12	0	7	0	0	19
54	0	12	1	16	1	4	34
55	0	5	0	4	0	0	9
56	0	5	0	14	0	0	19
57	1	51	2	87	0	5	146
58	0	5	1	4	0	0	10
59	0	4	0	9	0	0	13
60	2	34	1	50	1	8	96
61	0	7	0	2	0	1	10
62	0	12	0	13	0	1	26
63	0	45	1	49	2	6	103
64	0	14	0	0	0	0	14
65	0	16	0	2	0	1	19
66	1	18	7	63	0	9	98
67	0	0	0	0	0	0	0
68	0	18	0	4	0	1	23
69	0	63	16	76	2	5	162
70	0	2	0	0	0	0	2
71	0	0	0	6	0	1	7
72	0	41	0	61	0	7	109
73	0	5	0	9	0	1	15
74	0	1	0	3	0	0	4

75	0	71	3	64	0	4	142
76	0	6	0	3	0	1	10
77	0	6	1	6	0	0	13
78	0	4	0	7	0	0	11
79	0	5	0	2	0	0	7
80	0	7	0	86	0	0	93
81	1	53	3	42	0	14	113
82	0	1	0	3	0	0	4
83	0	4	0	9	0	1	14
84	0	34	2	43	0	4	83
85	0	0	0	0	0	0	0
86	0	0	0	9	0	0	9
87	0	65	1	60	0	3	129
88	0	2	0	0	0	0	2
89	0	1	0	3	0	0	4
90	0	94	4	63	21	5	187
91	0	2	0	13	0	1	16
92	0	0	0	18	0	1	19
93	0	163	4	59	0	5	231
94	1	7	0	4	0	0	12
95	0	0	0	1	0	1	2
96	0	35	1	0	0	2	38
97	0	4	0	0	0	0	4
98	0	0	0	0	0	0	0
99	0	39	1	50	3	6	99
100	0	0	0	1	0	0	1

101	0	0	0	6	0	1	7
102	2	23	1	39	0	2	67
103	0	0	0	1	0	0	1
104	0	3	1	11	0	0	15
105	1	52	11	61	0	10	135
106	0	0	0	0	0	0	0
107	0	0	0	4	0	1	5
108	1	154	23	85	0	10	273
109	0	5	0	15	0	1	21
110	0	6	0	12	0	0	18
111	2	9	1	13	2	10	37
112	0	2	0	8	0	1	11
113	0	5	0	11	0	2	18
114	0	34	2	25	0	1	62
115	0	0	0	0	0	0	0
116	0	13	0	43	0	0	56
117	0	36	0	33	3	3	75
118	0	0	0	0	0	0	0
119	0	5	0	9	0	1	15
120	1	116	3	42	5	5	172
121	0	0	0	3	0	0	3
122	0	0	0	2	0	0	2
123	2	358	6	141	4	6	517
124	0	0	0	0	0	0	0
125	0	0	0	4	0	1	5
126	0	196	4	97	0	8	305

127	0	3	0	0	1	1	5
128	0	1		8	0	0	9
129	0	3	0	3	0	1	7
130	1	54	1	119	0	9	184
131	0	3	0	4	0	0	7
132	0	5	0	11	0	0	16
133	0	0	0	1	0	0	1
134	0	0	0	1	0	0	1
135	0	1	0	4	0	3	8
136	0	10	0	22	0	2	34
137	0	3	0	6	0	0	9
138	1	4	1	5	0	0	11
139	1	215	10	270	2	10	508
140	0	2	0	4	0	1	7
141	0	1	0	5	0	1	7
142	2	316	24	64	6	12	424
143	0	0	0	1	0	0	1
144	0	2	0	4	0	0	6
145	17	527	10	128	4	14	700
146	0	0	0	7	0	0	7
147	0	7	0	3	0	2	12
148	1	49	2	91	0	7	150
149	0	0	0	7	0	0	7
150	1	21	0	6	0	0	28
151	1	34	2	41	0	3	81
152	0	0	0	6	0	0	6

153	0	0	0	4	0	0	4
154	0	20	0	17	0	1	38
155	0	8	0	12	0	0	20
156	0	0	0	2	0	1	3
157	0	17	2	14	0	3	36
158	0	0	0	5	0	1	6
159	0	9	3	9	0	6	27
160	0	30	3	48	2	4	87
161	0	0	0	0	0	0	0
162	0	2	0	0	3	0	5
163	16	206	5	116	3	8	354
164	0	0	0	6	0	0	6
165	0	1	0	0	0	0	1
166	0	3	0	2	0	0	5
167	4	86	26	76	0	9	201
168	0	7	0	4	0	0	11
169	1	2	0	4	0	1	8
170	3	78	0	68	0	6	155
171	0	6	0	3	0	0	9
172	0	14	0	4	0	2	20
173	1	6	0	33	0	2	42
174	0	0	0	1	0	0	1
175	0	6	0	1	0	2	9
176	0	3	0	25	0	2	30
177	0	0	0	0	0	0	0
178	0	2	0	12	0	0	14

179	1	23	5	25	0	0	54
180	1	6	0	0	0	0	7
181	1	6	0	8	0	1	16
182	0	49	1	34	0	2	86
183	0	0	0	6	0	0	6
184	0	35	0	0	0	0	35
185	0	0	0	2	0	0	2
186	42	105	2	97	0	11	257
187	0	5	0	3	0	0	8
188	0	0	0	3	0	0	3
189	32	101	2	97	0	8	240
190	0	0	0	1	0	1	2
191	0	3	0	0	0	0	3
192	0	24	1	42	0	4	71
193	7	5	0	1	0	0	13
194	0	2	0	5	0	1	8
195	2	133	2	214	0	9	360
196	0	2	0	0	0	0	2
197	0	1	0	5	0	3	9
198	0	16	0	30	3	2	51
199	0	1	0	2	0	0	3
200	1	7	0	14	1	1	24
201	0	27	0	8	0	1	36
202	0	0	0	1	0	0	1
203	0	0	0	0	1	0	1
204	0	3	0	5	0	1	9

205	34	108	3	76	1	20	242
206	0	0	0	5	0	1	6
207	0	0	0	0	0	0	0
208	15	289	1	88	2	32	427
209	0	0	0	1	0	0	1
210	1	4	0	2	0	0	7
211	13	370	1	128	1	21	534
212	0	37	0	2	0	0	39
213	0	3	0	3	0	0	6
214	27	223	1	83	0	4	338
215	0	11	0	2	0	0	13
216	0	0	0	5	0	0	5
217	1	99	0	62	0	5	167
218	0	5	0	0	0	0	5
219	0	3	0	2	0	0	5
220	12	192	0	26	0	3	233
221	1	11	0	62	0	0	74
222	0	0	0	3	0	0	3
223	1	0	0	0	0	0	1
224	0	0	0	7	0	0	7
225	0	0	0	4	0	0	4
226	0	2	0	2	0	0	4
227	0	0	0	3	0	0	3
228	0	0	0	2	0	0	2
Total	506	10036	252	5322	99	621	16836